

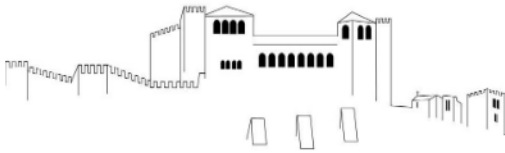
ATA N.º 4/2022

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA DE 29 DE ABRIL DE 2022

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, no teatro Miguel Franco, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e um membros que a compõem estiveram presentes os seguintes deputados:

1. Abel de Oliveira Vieira;
2. Acácio Fernando dos Santos Lopes de Sousa;
3. Adriano Barreiro Neto;
4. António Lacerda Sales;
5. António Ferreira Pereira de Melo;
6. Artur Rogério de Jesus Santos;
7. Carlos Alberto Garcia Poço;
8. Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra;
9. Cristiana Duarte Pinto;
10. Eugénia Maria de Jesus Costa;
11. Fábio Micael Costa Bernardino;
12. Fernando Paulo Mateus Elias;
13. Helena Cristina da Fonseca Brites;
14. Hugo Miguel Heleno Morgado;
15. João Paulo Lavos de Moraes;
16. José Carlos Matias Filipe;
17. José da Silva Alves;
18. José Manuel da Cunha;
19. José Pereira dos Santos;
20. Júlio Paulo Videira de Jesus;
21. Luís Manuel Coelho Prata;
22. Luís Paulo Pereira Fernandes;
23. Manuel António Azenha dos Santos Pereira;
24. Manuel Carreira Bernardes da Cruz;
25. Maria Alexandra Faria Fernandes Silva Serôdio;
26. Maria Margarida Guarda Verdades de Sá;



Município de Leiria
Assembleia Municipal

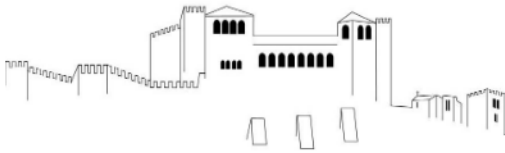
27. Mário de Sousa Gomes;
28. Mário João Ley Garcia;
29. Mário Rodrigues;
30. Marta Soria Sampaio de Sousa Violante;
31. Nelson Manuel Carreira Ferreira;
32. Paula Cristina Pires Marques Jorge;
33. Paulo Alexandre Jesus Clemente;
34. Paulo Pedrosa Pedro;
35. Pedro António Amado da Assunção;
36. Raul Testa Fortunato Faustino;
37. Renato José dos Santos Cruz;
38. Sandro Miguel Monteiro Ferreira;
39. Sofia da Silva Francisco;
40. Telma Carreira Curado;
41. Telmo Filipe Moreira Marques;
42. Tiago António Leal Duarte;
43. Tiago Gago dos Santos;
44. Tiago Manuel Pereira dos Santos;
45. Vítor Manuel Casimiro Matos;

Estiveram presentes os seguintes **membros do executivo**:

- Álvaro José Madureira;
- Ana Margarida Félix Valentim;
- Anabela Fernandes Graça;
- Branca da Conceição Cliveira e Silva Meireles de Matos;
- Carlos Jorge Pedro Simões Palheira;
- Daniel Rodrigues Marques;
- Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes;
- Luís Manuel da Silva Almeida Lopes;
- Ricardo de Jesus Gomes;
- Ricardo Miguel Faustino dos Santos;

Os seguintes deputados municipais solicitaram a sua **substituição**:

- Joana Brito Cartaxo, substituída por Manuel Lopes;
- Alexandra Cristina Pinheiro Carvalho, substituída por Olga Sofia Gomes Marques;
- Filomena Marília Henriques Carvalho, substituída por Dário Seguro Joaquim;
- José Artur das Neves Ferreira (UF Santa Catarina da Serra e Chainça), substituído por João Pedro Regalado Rito (Tesoureiro UF);



Município de Leiria
Assembleia Municipal

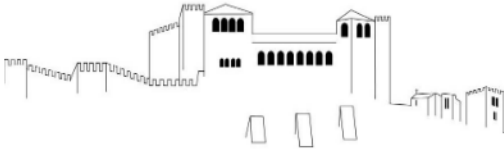
- Céline Moreira Gaspar (Presidente UF Monte Redondo e Carreira), substituída por Lina Maria António (Secretária UF);

Faltou a senhora deputada Oriana Cláudia Ferreira Cristóvão (Presidente da Freguesia da Caranguejeira) e a senhora Vereadora Ana Catarina de Moura Louro.

A sessão foi presidida por **António Lacerda Sales, Presidente da Assembleia Municipal**, e secretariada por **José da Silva Alves, 1.º Secretário da Mesa**, e **Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra, 2.ª Secretária da Mesa**.

Havendo "quórum", foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram **21h08** horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- 1. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**
- 2. Prestação de contas:**
 - 2.1. Relatório e Contas do Município de Leiria referente ao ano de 2021 - Apreciação, discussão e votação;**
 - 2.2. Relatório e Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria referentes ao ano de 2021 - Apreciação, discussão e votação;**
 - 2.3. Relatório e Contas de 2021 e Relatório de Execução Orçamental do 4º trimestre do Teatro José Lúcio da Silva de 2021 - Apreciação, discussão e votação;**
- 3. Adenda ao contrato-programa estabelecido entre o Município de Leiria e o Teatro José Lúcio da Silva, para 2022, sem revisão orçamental - Apreciação, discussão e votação;**
- 4. Relatório n.º 2020/120 - Ação de Controlo ao Município de Leiria elaborado pela Inspeção-Geral de Finanças – Para conhecimento e tomada de posição;**
- 5. Organização interna:**
 - 5.1. Declaração de extinção e abertura de procedimentos concursais. Proposta de designação, pela Assembleia Municipal de Leiria, de júris de recrutamento - Apreciação, discussão e votação;**
 - 5.2. 1ª alteração à proposta de criação dos serviços do Município de Leiria. 1ª alteração à proposta de mapa de pessoal para 2022. Competências da Assembleia Municipal - Apreciação, discussão e votação;**
- 6. Regulamentos:**
 - 6.1. Projeto de Alteração ao Regulamento do Fundo Municipal de Emergência Municipal – Apreciação, discussão e votação;**



- 6.2. Projeto de Alteração ao Regulamento do Programa de Participação ao Arrendamento** - Apreciação, discussão e votação;
- 7. Orçamento Participativo – Aprovação da Carta de Princípios e Normas de Participação da edição 2022-2023** - Apreciação, discussão e votação;
- 8. Feira de Levante de Leiria; Redução e isenção temporária da taxa de terrado 2022** - Apreciação, discussão e votação;
- 9. CLPQ n.º 01/2017/DIAP - Aquisição dos serviços de recolha e transporte a destino final adequado de resíduos urbanos (RU), resíduos de construção e demolição (RCD) – Reprogramação da Assunção de Compromissos Plurianuais** - Apreciação, discussão e votação;
- 10. Proposta de deliberação para uma correção material da 5.ª alteração (PDM)** - Apreciação, discussão e votação;
- 11. Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Estratégico Municipal** - Apreciação, discussão e votação;

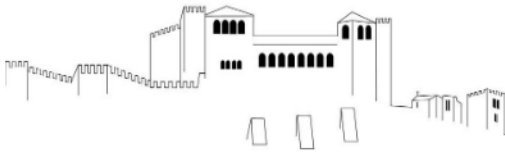
O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** a todos cumprimentou e deu início à segunda sessão ordinária do ano de 2022.

Começou por fazer o ponto de situação relativamente ao novo edifício da Assembleia Municipal dizendo que os projetos em que era necessário uma consulta externa já foram aprovados nomeadamente o projeto das águas, o projeto das águas pluviais e o projeto das águas residuais domésticas pelos Serviços Municipalizados de Águas de Leiria e o projeto de segurança contra incêndios também já teve a aprovação da ANEPE seguindo-se a fase de entrega do projeto na base da arquitetura para aprovação pela Câmara Municipal, sendo que há um compromisso do senhor Arquiteto de entregar até ao dia 15 de maio este projeto na Câmara Municipal. Referiu que após a aprovação do projeto serão iniciados com certeza os projetos de execução.

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referiu os senhores deputados que solicitaram a sua substituição na sessão e enumerou os seus substitutos. Continuando a sua intervenção, disse que passariam à Tomada de Posse da senhora deputada Susana Margarida Martins Sequeira Bertão, em substituição do senhor deputado José da Silva Pereira. Passou de seguida a ler o texto da referida Tomada de Posse:

Transcrição:

"Aos vinte e nove dias de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, em sessão ordinária realizada no Teatro Miguel Franco, tomou posse como membro da Assembleia Municipal de Leiria, o seguinte cidadão eleito:



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Susana Margarida Martins Sequeira Bertão, portadora do Cartão de Cidadão n.º ..., com validade at ¢ ... (representante do partido PS).

Verificada a legitimidade e identidade da eleita, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Lacerda Sales, declarou-a investida nas suas funções do que, para constar, se lavrou o presente termo de posse que eu, Catarina Isabel dos Santos Clemente, Técnica Superior para o eiteito designada, redigi, e vai ser assinado por mim e pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** fez saber que existiam três atas referentes a sessões anteriores (que foram disponibilizadas a todos para leitura) para aprovação, submetendo à apreciação a ata n.º 9/2021, referente à sessão ordinária realizada no dia 10 de dezembro de 2021, a ata 10/2021, referente à sessão extraordinária realizada no dia 14 de dezembro de 2021 e a ata 1/2022, referente à sessão extraordinária realizada no dia 21 de janeiro de 2022.

Começou por submeter a ata n.º 9/2021 (sessão ordinária 10 dezembro 2021) à votação.

A ata foi aprovada **por maioria, com 1 abstenção** (PCP).

De seguida, submeteu a votação a ata n.º 10/2021 (sessão extraordinária 14 dezembro 2021).

A ata foi aprovada **por maioria, com 1 abstenção** (PCP).

Por fim, submeteu a votação a ata n.º 1/2022 (sessão extraordinária 21 janeiro 2022).

A ata foi aprovada **por maioria, com 1 abstenção** (PCP).

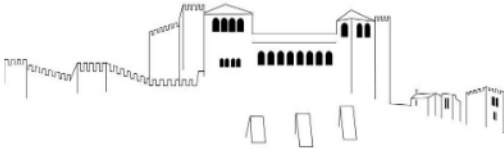
Continuando a sua intervenção enumerou algumas das representações da Assembleia Municipal:

- **12/03/2022** – Taça da Europa de Lançamentos (Dra. Célia Afra);
- **13/03/2022** – Entrada solene novo Bispo Leiria-Fátima, D. José Ornelas (Presidente Assembleia Municipal));
- **31/03/2022** – Assembleia dos Pequenos Deputados (Dra. Célia Afra);
- **05/04/2022** – Apresentação Feira Leiria 2022 (Dra. Célia Afra);
- **21/04/2022** – Assembleia dos Jovens Deputados (Dr. José Alves);
- **25/04/2022** – Comemorações 25 Abril

De seguida, como tem vindo a ser feito em outras Assembleias Municipais e de modo a não retirar aos munícipes o seu direito a usar da palavra na sessão, também a Assembleia Municipal de Leiria permitiu a sua inscrição, tendo-se inscrito dois munícipes. O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** começou por dar a palavra ao munícipe Luís Carlos Santos Carreira não tendo o mesmo estado presente.

Munícipe Maria Emília Silva Fernandes

Transcrição:



Município de Leiria Assembleia Municipal

"Boa noite senhores Presidentes, senhores Vereadores, senhores deputados, senhoras e senhores munícipes aqui presentes. O meu nome é Emília Fernandes, administradora do lote 9 da rua Saint-Maur-des-Fossés, Leiria. Venho acompanhada por mais 3 administradores dos respetivos condomínios da mesma rua. O assunto que nos traz a esta Assembleia é o seguinte: os condóminos da citada rua são donos de um muro que separa os nossos logradouros da rua Dr. Vitorino Silva Araújo, muro que se encontra danificado para não dizer mesmo destruído pelas casuarinas, árvores de grande porte que são pertença da Câmara Municipal de Leiria. Há 7 anos atrás, os administradores mandatados em assembleia geral dos condomínios apresentaram um abaixo-assinado ao senhor Vereador do pelouro responsável por este assunto a pedir a reparação do referido muro. Foram feitas algumas reuniões, umas no local outras no gabinete, mas já vai no terceiro vereador e o muro continua sem ser arranjado. Alertamos esta Assembleia para o facto de o muro constituir um perigo grave para os adolescentes e adultos que todos os dias saltou o muro de um lado para o outro embora ali não haja passagem alguma. Queremos também dizer que estamos cansados desta situação e queremos o muro reconstruído no mesmo sítio onde foi construído, com licença passada pela Câmara cujo processo é o nº 582/86. Agradecemos a atenção dispensada. Tenho dito."

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Cumprimentou todos os presentes.

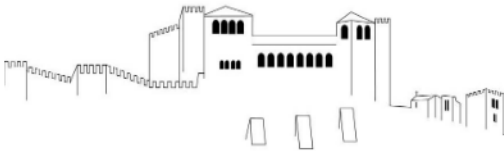
Iniciou a sua intervenção solicitando que fosse passada uma imagem de localização da situação para as pessoas que eventualmente não conhecem a mesma poderem visualizar a mesma. Esclareceu que fica junto à rotunda da Cruz da Areia, na zona traseira. Admitiu que o muro esteja debilitado uma vez que são árvores de grande porte. Referiu terem já sido abatidas algumas árvores no passado.

Como é natural tentam fazer o equilíbrio entre as árvores e a segurança, no entanto, disse que os serviços camarários iriam propor que o muro fosse reconstruído não junto às árvores o que permitiria salvá-las. Disse que o que os moradores estão a propor é que o muro seja reparado onde está e que se abatam as árvores. Esclareceu que o que estão a tentar fazer é que haja um equilíbrio e que não seja efetuado esse abate de árvores uma vez que se está a falar de uma cortina arbórea de alto porte.

De seguida, o senhor Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes, solicitou ao senhor Vereador Carlos Palheira, que é quem tem acompanhado esta situação, que fizesse o ponto de situação.

Intervenção do senhor **Vereador Carlos Palheira**

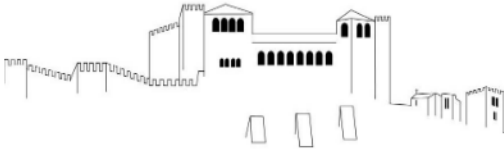
Transcrição:



Município de Leiria
Assembleia Municipal

"Muito boa noite a todos cumprimentar os presentes na figura do senhor Presidente da Assembleia.

Dizer que realmente as árvores já foram identificadas como casuarinas, como tinha dito, são árvores de grande porte, podem atingir 25 a 30 metros e ao nível da sua raiz de cerca de mais de um metro, mas podem ter até um pouco mais. Também dizer que estas árvores foram colocadas há cerca de 20 anos no âmbito do loteamento em 1999 e que, elas estão colocadas como se vê na própria imagem entre o passeio e o murete e têm uma distância de 60 centímetros, sendo certo que a parte onde está implantada a parte estrutural da árvore, onde está mesmo a árvore. O que aqui acontece é que, como disse e bem, é que a árvore vai sempre desenvolver de uma forma harmoniosa. Mesmo que nós retirássemos o passeio, coisa que também não podemos fazer porque temos infraestruturas elétricas, iria sempre pelo desenvolvimento da própria árvore pressionar o próprio murete e fazendo pressão sobre o murete poderia fazer com que o mesmo entrasse em desequilíbrio. Também sabe a D. Emília, até porque já participa também em reuniões como disse e muito bem, que a Câmara já avaliou esta situação deste complexo arbóreo que aqui está e que nove foram identificadas com alguns problemas de estabilidade e também fitossanitários e que foram removidas e que há, de acordo com os técnicos da Câmara na avaliação que fizeram do próprio murete a descrição que faz, que há aqui um desequilíbrio do próprio murete, tem um grande grau de degradação e uma fissuração com uma rotação do próprio muro no sentido da vossa propriedade, na propriedade que está virada aos loteamentos da rua de Saint-Maur-des-Fossés. Foi proposto pela Câmara Municipal no sentido de salvar as árvores, porque essa será sempre a nossa intenção, a fazer o recuo desse muro de sustentação dali da própria estrada e solicitámos que fosse feito esse muro, a construção do muro, um metro no sentido da vossa propriedade. Depois foi meio metro e não foi nunca da vossa parte, nunca anuíram nesse sentido, disseram que o que pretendiam era que o próprio muro ficasse e fosse colocado no sítio onde se encontra atualmente. Houve uma proposta da Câmara que vos foi feita de recuar o muro no sentido da vossa propriedade meio metro e dessa forma poderíamos salvar as árvores, proposta que não foi, que não acolheu o vosso consentimento pelo que aqui nós só temos por um lado os habitantes do condomínio da rua de Saint-Maur-des-Fossés que pretendem que o muro seja restituído no mesmo local coisa semelhante os habitantes da rua e do loteamento em frente a questão é que querem que o muro seja colocado no mesmo local. A colocação do muro no mesmo local terá duas consequências. A primeira, naturalmente, é que o muro por mais que seja construído de novo irá sempre cair, não há volta a dar, e a segunda questão também, que é uma questão que também colocará sempre em risco, é que o processo de crescimento da árvore fará com que ela faça fissuras naturais pelo bater da própria árvore no muro e



Município de Leiria
Assembleia Municipal

isso poderá causar danos estruturais à própria árvore condicionando-lhe a própria viabilidade. Aqui nós só temos de tomar uma decisão ou há um recuo do muro em cerca de meio metro e conseguimos salvar as árvores e retiramos o muro que lá está atual ou não há outra viabilidade e teremos que retirar as árvores, é isso que nós estamos aqui a discutir ou fazemos ou tomamos uma opção ou tomamos outra sendo certo que o recuo do muro implica com propriedade privada e terá que ter a anuência de todo o loteamento de Saint-Maur-des-Fossés, o loteamento 10/78. É isto que estamos a discutir. Obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Telmo Marques – Iniciativa Liberal

Transcrição:

“Boa noite. Telmo Marques, Iniciativa Liberal.

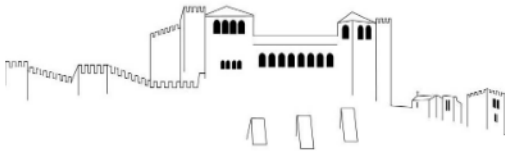
Portanto, é a 1ª vez que estou a tomar conhecimento deste assunto. No entanto, fica a questão no ar se já houve várias reuniões com os munícipes e com o senhor Vereador porque é que a questão que o senhor Vereador coloca não está respondida ainda, porque é que esta questão foi levantada na Assembleia Municipal e ficou a questão em aberto, portanto, a questão de o muro ser, fica a questão no ar de se não existe realmente um consenso de todos os moradores para o recuo do muro ou para o abatimento das árvores ou para a substituição das árvores.”

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** convidou a Dra. Laura Esperança, ex-deputada da Assembleia Municipal, a efetuar uma pequena apresentação do livro de sua autoria “À volta da Morcela de Arroz de Leiria” aproveitando para deixar a indicação de que os mesmos poderiam ser levantados no gabinete de apoio à Assembleia Municipal.

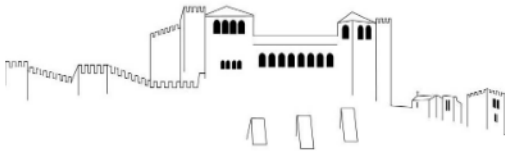
Transcrição:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal António Sales, senhor Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Lopes e nas 2 pessoas cumprimento todos os deputados municipais eleitos, todos os deputados municipais por inerência, Presidentes de Junta de Freguesia e das Uniões de Freguesia, demais pessoas presentes, comunicação social e também todas as pessoas que nos seguem através dos meios audiovisuais disponíveis.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores em primeiro lugar quero desde já agradecer-lhe esta oportunidade a propósito de um novo livro com o título “À volta da morcela de arroz de Leiria” da minha autoria editado pela Confraria Gastronómica Pinhal do Rei e da morcela de arroz de Leiria, mas que é um livro onde muitas pessoas e entidades participaram e tem uma história, uma verdadeira e valiosa história da região de Leiria que se iniciou em 2002 quando tomei posse pela primeira vez como Presidente da Junta de Freguesia de Leiria. Tive a sorte de ter ganho uma junta sem maioria e sem saber grande coisa do que se lá fazia, além dos cartões de eleitor e a minha



ignorância era tanta que nem sabia que existiam, por exemplo, atestados de residência. No nosso caso, considerando que como eu muitas pessoas também dividem os políticos em exercício em 2 grupos, os que servem e os que se servem, tive também a sorte de ter comigo pessoas e executivos que trabalharam sempre com o espírito de servir para concretizar as expectativas de quem nos elegeu executando o que tínhamos prometido nas campanhas eleitorais, o que aconteceu é conhecido de todos. Unimo-nos, aceitámos juntar as nossas capacidades e os nossos projetos e colocar em prática a concretização desses mesmos projetos, naturalmente, onde também a gastronomia se incluía. E entre tantas atividades que desenvolvemos logo em 2004 foi possível concretizar com os estabelecimentos de restauração de Leiria o 1º roteiro do petisco e da doçaria da freguesia de Leiria de 12 de junho a 4 de julho onde a morcela de arroz de Leiria teve uma participação muito expressiva, uma adesão à iniciativa como nunca se tinha visto em Leiria, incluindo precisamente essa oportunidade da realização em Leiria dos jogos do Euro 2004. Naturalmente que o foco de uma Junta de Freguesia 100% urbana como a de Leiria não é a gastronomia, convido-vos a ler um trabalho tão plural, onde tantas pessoas colaboraram que desenvolve o tema da morcela de arroz de Leiria, nomeadamente o caldo e a sopa de morcela, os bolos de morcela e o bucho e bem assim a sua história e enquadramentos socioeconómico, culturais, socioculturais sociofamiliares e geográficos, produção caseira e fabrico industrial que é o objetivo da publicação. Nela se apresentou ainda outros temas que lhe estão associados o porco, naturalmente, não esquecendo o nosso excepcional Leitão à moda da Boavista, a matança, o sal, o arroz e o vinho "por cima de morcela não bebas água sobre ela" e ainda algumas atividades de promoção e divulgação realizadas. Não se esquece também o papel do movimento confrádico europeu e nacional. Num trabalho com estas características, ainda que sucinto, procurámos reunir o que considerámos com mais interesse na convicção de que poderá constituir além de um desafio mais um contributo para o futuro desta iguaria na gastronomia da região. O foco do livro é divulgar e valorizar a morcela de arroz de Leiria e a região na convicção de que isso manterá viva uma das nossas tradições gastronómicas mais genuínas. Naturalmente que não vos vou contar a história do que aconteceu a partir de 2004, isso está lá escrito, mas a convite da Confraria teve a oportunidade e a responsabilidade de elaborar a candidatura da morcela de arroz a um dos mais prestigiados prémios europeus, talvez até o mais prestigiado e almejamos, de facto, o prémio ao melhor produto europeu na categoria de produto artesanal em 2009, mas estávamos no mês de novembro. Em março de 2020 veio a pandemia, mas este prémio tão saboroso constituiu o ímpeto e a força que nos norteou mesmo em contexto difícil de pandemia candidatarmos a um programa de desenvolvimento rural, Portugal, 2020, de modo a poder um financiamento que permitisse a produção do livro. O livro já está a ser



Município de Leiria Assembleia Municipal

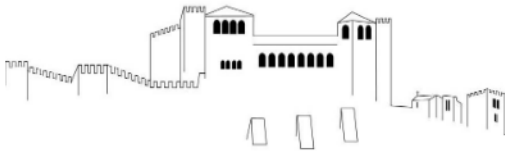
traduzido para Braille pela Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, nomeadamente pelo CRID, irá ser por isso uma publicação inclusiva. Teve apreciação muito positiva de várias entidades, nomeadamente a do senhor presidente da Câmara Municipal de Leiria obtendo a pontuação máxima que permitiu a obtenção a fundo perdido de 85% do seu investimento, razão pela qual o livro não poderá ser vendido. A distribuição irá ser efetuada por os Municípios a quem ele se refere, também pelos Executivos Municipais, Assembleias Municipais, Uniões e Juntas de Freguesia, Turismo Centro de Portugal postos de turismo, bibliotecas, museus, estabelecimentos de ensino superior e agrupamento de escola, produtores de morcela, pessoas que colaboraram no livro, confrarias, órgãos de comunicação social entre outros que a possam divulgar e, por isso, gostaria de vos pedir também essa colaboração para que possa chegar ao maior número de pessoas. Quando a publicação esgotar é intenção da Confraria disponibilizá-lo em formato digital. Com prefácio de Marques da Cruz, posfácio de Mapone e a conclusão baseada num belíssimo texto da autoria do cardeal poeta José Tolentino Mendonça, que traduziu com rigor a essência do livro, irá ser apresentado pelo Professor Doutor Saúl António Gomes na feira de maio no próximo dia 21 de maio, às 16 horas, a convite da Câmara Municipal a quem publicamente agradecemos o trabalho que está a ser desenvolvido e o interesse que tem demonstrado para que decorra da melhor forma possível. Naturalmente que gostaríamos de ter connosco quem irá também contribuir para a sua divulgação e dar-nos já a oportunidade de poder ter dele conhecimento antes da sua apresentação e, portanto, contamos também convosco lá. Os livros autografados, como disse o senhor Presidente da Assembleia Municipal, já estão no gabinete da Assembleia Municipal, à guarda da Catarina Clemente a quem agradeço também a sua colaboração. No caso de entenderem útil que possamos entregar também a mais alguma entidade ou pessoa individual que também o possa divulgar peço por favor que entre em contato comigo ou com a Confraria e muito obrigado pelo tempo que me concederam. Desse. Muito obrigada, uma boa noite a todos e uma boa continuação dos trabalhos.”

No âmbito da realização da Assembleia dos Pequenos Deputados, que teve lugar no dia 31 de março e na qual a Assembleia se fez representar pela senhora 2ª Secretária da Mesa, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à Dra. Célia Afra que efetuasse uma apresentação sobre a mesma.

Transcrição:

“Obrigada senhor Presidente. Permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes assim como todos os que nos estão a acompanhar através do Facebook.

A 31 de março, pelas 9 horas e trinta minutos, e por motivos de agenda do senhor Presidente e do senhor 1º Secretário, tive o privilégio de presidir à Assembleia dos



Pequenos Deputados, cujo formato foi muito semelhante ao das Assembleias Municipais e igualmente transmitida em direto nas páginas oficiais do Município e da Assembleia, através do Facebook.

Participaram neste plenário, que já conta com 25 anos de existência, 51 deputados efetivos e 21 suplentes eleitos no universo de escolas do 1º ciclo do ensino básico deste concelho, numa perspetiva da Educação para a Cidadania e Empreendedorismo, pretendendo assim dar voz às opiniões e sugestões das crianças, proporcionando-lhes um verdadeiro espaço de debate.

Não conseguimos ficar indiferentes a esta atividade pelo que, decidimos partilhar convosco e deixar-vos umas breves notas.

A primeira por ter sido um plenário de crianças com apenas 7 e 8 anos de idade que, durante toda a manhã revelaram concentração, solidariedade e empenho, como se de uma verdadeira Assembleia se tratasse.

Uma segunda nota, por se ter proporcionado aos alunos um excelente exercício de democracia, promovendo a sua participação ativa, a liberdade de expressão e o direito à opinião, potencializando assim, a aquisição de valores e uma consciência crítica determinantes na construção da Identidade das crianças e jovens.

Depois pelas ideias, sugestões e solicitações apresentadas, reveladoras do amor que sentem pelos outros e da sua determinação em tornar os espaços onde residem e as suas escolas mais confortáveis e mais adequadas às suas pretensões.

O período antes da ordem do dia foi preenchido com agradecimentos dirigidos a Diretores, Professores e Auxiliares de Educação, profissionais de saúde e autarcas de proximidade.

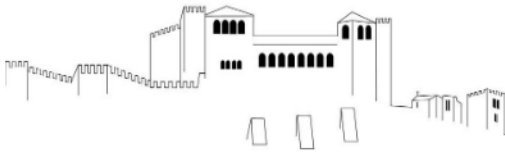
Com os Votos de Pesar foram recordadas e louvadas pessoas das diversas comunidades que marcaram o ainda pequeno percurso académico destes alunos.

Mas, o povo ucraniano, a viver os horrores da Guerra, a destruição, as crianças sem direito às suas escolas e os sucessivos apelos à Paz, pela voz tenra e doce dos pequenos deputados, encheu de orgulho todos quantos estavam na sala.

No período da ordem do dia, no ponto 1, subordinado ao tema "Leiria, cidade do Desporto – Ideias grandes de gente pequena", as propostas centraram-se na construção de mais espaços para a prática desportiva, na requalificação dos recreios de diversas escolas e na criação de projetos concelhios que permitam a prática de diversas modalidades.

No ponto 2 – "Brincar e aprender, um direito e um dever" – as propostas dirigiram-se fundamentalmente à requalificação de espaços ao ar livre, onde possam brincar e aprender em segurança.

As propostas foram votadas e aprovadas por maioria.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Os objetivos foram amplamente alcançados e não podemos deixar de valorizar as intervenções dos pequenos deputados, assim como a sensibilidade demonstrada ao longo de todo o plenário.

Enaltecer o empenho e dedicação dos diretores e professores das nossas escolas que, saindo da sua zona de conforto contribuíram de forma relevante para o sucesso desta atividade, não pode passar em vão. Bem hajam pelo vosso trabalho!

Agradecer ainda à Câmara Municipal, na pessoa da Senhora Vereadora Dr^a Anabela Graça e dos seus colaboradores, o rigor e o profissionalismo colocados na preparação desta Assembleia.

São estes desafios, (e todos nós precisamos de ser desafiados), a que a Divisão de Educação já nos habituou, que contribuem para o sucesso dos nossos alunos.

Leiria possui escolas de referência e de qualidade, formando alunos que, com estas experiências, serão num futuro próximo, adultos mais capazes.

Parabéns por mais esta iniciativa que, tão bem dignifica e valoriza a Assembleia Municipal e os seus Deputados.

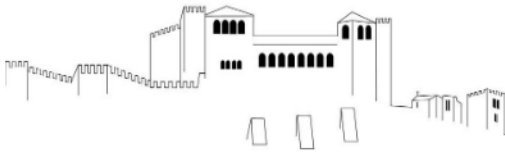
Estes alunos, não esquecerão jamais, a função deste Órgão do Poder Local.

Obrigada.”

No âmbito da realização da Assembleia dos Jovens Deputados, que teve lugar no dia 21 de abril e na qual a Assembleia se fez representar pelo senhor 1º Secretário da Mesa, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou ao Dr. José da Silva Alves que efetuasse uma apresentação sobre a mesma.

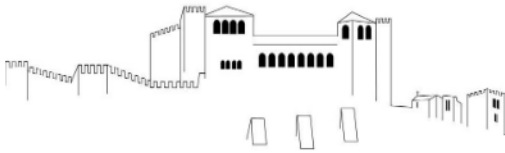
Transcrição:

"Boa noite a todos, na sala e em casa. No dia 21/4 participei então na Assembleia dos Jovens Deputados 2022, a tal parceria entre a Câmara Municipal e Assembleia Municipal que já se desenrola há bastantes anos. Dando por reproduzido o que a senhora 2ª Secretária disse, se as crianças, eu tive experiências anteriores de crianças, não falo destas em concreto, mas todas em geral, têm alguma dificuldade em exprimir as suas ideias, naturalmente os professores têm de ajudar a preencher os textos, enfim, a formular as propostas, os jovens têm outra postura como é natural, fruto da sua idade e da sua escolaridade e trataram, abreviando tudo, trataram mais do que um assunto, transportes escolares, falta de assistentes operacionais, um passaporte para a cultura, roteiros na zona histórica em Leiria, enfim, o turismo, enfim, trataram de uma série de assuntos no período da ordem do dia, além dos votos de pesar pelo falecimento de professores e da Eunice Muñoz, e de louvor também, trataram dos dois temas que estavam agendados que era cidadania cultural – cocriar, reativar e programar e o ponto 2 era "Paz - ideias para o manifesto capaz". É claro que o primeiro ponto tratava do concelho de Leiria e dos



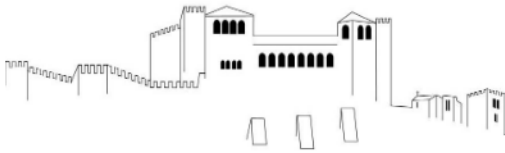
Município de Leiria
Assembleia Municipal

problemas mais relacionados com as escolas, mas não só, e o segundo tema tratava, obviamente, da grande preocupação que hoje todos temos com a falta de paz na Europa, neste caso concreto. Eu achei que mais que as propostas vastas, recuperar a casa de pessoal da Maceira para um núcleo museológico, tantas propostas que eles apresentaram, umas chumbadas e outras não, penso que por unanimidade não foi nenhuma, mas eles estabeleceram entre eles um grande diálogo até excessivo porque o tempo escasseou como é claro. Há uma da tarde acabou, mas porque ainda tive de tentar alinhar as coisas para acabar à uma da tarde, estava previsto acabar mais cedo. O que me sensibilizou nos jovens deputados foi não tanto os textos que eles traziam, mas mais o facto de serem questionados e saberem responder às questões, portanto, ou seja, eles vinham apresentar uma coisa deles e pensada por eles e os colegas concordavam ou discordavam, mas tinham questões para colocar e muitas das questões fazem-me lembrar a mim o que se passa na Assembleia da República ou até eventualmente aqui, mas ao contrário. É que estes jovens, e perdoem-me a crítica, também me incluo nos criticados, é que eles perguntavam sempre pela exequibilidade das propostas, ou seja, nós queremos isto então e como é que se faz? e o transporte é a que horas? e isto é só para ucranianos ou também para outros refugiados? isto é para aquilo ou para aqueloutro? e questionavam a credibilidade das propostas e também a logística. Quanto é que isso custa? isso é da competência da Câmara Municipal ou é da competência de outra entidade qualquer? do agrupamento ou de outra coisa qualquer? E, portanto, eles tinham sempre a preocupação, sempre com o orçamento e com a logística com todos os meios que vão ser afetos às suas próprias ideias para saber se elas eram exequíveis ou não, se cabiam ou não dentro do orçamento municipal e, portanto, eu acho que sempre que se apresenta uma proposta de despesa devia-se apresentar uma proposta de receita ou transferência de receita ou despesa de uma rubrica para outra porque só assim é que nós podemos de facto ter uma atividade política rigorosa. Esta imagem de rigor, esta preocupação com as coisas práticas que eu acho que nos falta em geral, preocupamo-nos com ideias gerais, quem está no poder responde como entende, quem está na oposição critica quem está no poder, é a vida normal democrática que nós temos não é nenhuma crítica, mas, de facto, quando a gente esmiúça as questões chegamos à conclusão que queremos mais dinheiro nas Forças Armadas, todos queremos, pelo menos 2% do PIB segundo o que parece que está indicado pela NATO e, no entanto, ninguém sabe onde é que vai buscar os 2% do PIB nem para as Forças Armadas nem para a cultura que era outro objetivo que havia governamental. E, portanto, esta preocupação dos jovens para a cidadania, esta preocupação com a prática da vida sendo eles tão jovens, embora do secundário, mas sendo tão jovens sensibilizou-me bastante, mais as preocupações deles do que propriamente as propostas, embora as propostas tivessem o



Município de Leiria
Assembleia Municipal

seu sentido positivo e sejam de louvar, houve até um jovem que propôs, perguntou aqui "vocês sabem como é que se toma uma decisão política? sabem como é que se faz uma lei? sabem como é que se faz uma norma qualquer jurídica?" As pessoas ficaram a olhar para ele e eu ofereci-me para, em nome da Assembleia, enfim, em nome de nós todos, para se eles quiserem, uma vez por ano, em cada agrupamento escolar, portanto, ofereci-me para participar numa parte de uma aula deles de cidadania, de uma aula qualquer, e ir tentar explicar em cada agrupamento, não só aos 51 que vieram mais os suplentes, mas a todos os alunos daquela escola, explicar como é que a Assembleia Municipal funciona, como é que se tomam as decisões, como é que se tomam as deliberações, aliás, expliquei também as competências da Assembleia, o sentido do voto, o que é que o voto traduzia e expliquei-lhes sobretudo da participação que eles podem ter na Assembleia Municipal mesmo, não sendo membros ou seja a participação que nós no Regimento criámos, todos por unanimidade de abertura do Regimento à intervenção do público como hoje aqui estive, mas também da participação através das redes sociais, também da participação através de questões quer queiram levantar, do direito de petição, etc. Acho que estas sessões são de manter, estive no congresso, como sabem, da ANAM há um mês e tal ou 2 e vi que os colegas estão todos preocupados em institucionalizar a participação dos jovens deputados nas suas Assembleias, criar regulamentos, criar regimentos específicos para os jovens deputados. É claro que tudo isto em parceria com o pelouro da educação, naturalmente, e não só, pode ser com o pelouro da juventude, com o pelouro do desporto, mas neste caso foi com o da educação, mas isto é uma questão cultural, é uma questão educacional é uma questão desportiva, é uma questão de juventude e até há questões que ultrapassam isso tudo e são até de nós todos. Eu acho que esta parceria é de louvar, é de progredir e de talvez no futuro incentivar mais ainda a sensibilidade dos jovens e a participação da Assembleia Municipal nesse evento, aumentar este incremento e, portanto, só tenho que dar os parabéns à Câmara Municipal por esta iniciativa na pessoa do senhor Presidente, dos senhores Vereadores e também aqui ao nosso Presidente da Assembleia Municipal por não ter vindo, porque não pôde é claro, eu também expliquei que ele não estava cá porque estava em funções no país e, portanto, há outros sítios que reclamaria a sua presença e não poderia faltar, mas deu-me oportunidade mais uma vez de estar a representar a Assembleia Municipal e o seu Presidente e fiquei muito satisfeito mais uma vez também e já defendi isso em sessões anteriores que há jovens com 16 anos, que era o caso dos que ali estavam naquele dia, que têm mais sensibilidade política e mais sensibilidade social do que muitos com 50, 60, 70 ou 80 anos, ou seja, se votassem aos 16 anos, nalguns casos não me parecia nada mal. Muito obrigado."



**** PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA ****

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** iniciou este período referindo a existência de uma moção apresentada pelo CHEGA tendo dado a palavra ao senhor deputado Hugo Morgado.

Moção "Pela instauração da celebração solene do 25 de novembro"

Transcrição:

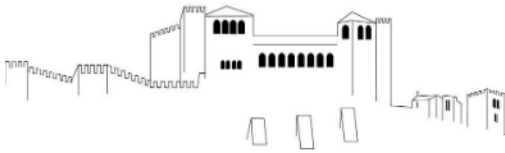
"Comemorámos há poucos dias mais um aniversário do 25 de Abril de 1974, data em que foi derrubado o regime da ditadura do Estado Novo, trazendo a Portugal e aos Portugueses o sonho da LIBERDADE, c que, como tal, é, e muito bem, conhecida.

Mas não podemos esquecer, muito menos tentar branquear, que essa liberdade recentemente conquistada em Abril, não tardou a que alguns, tudo tenham feito para a destruir, com a implantação em Portugal, e contra a vontade da esmagadora maioria da população já expressa em eleições livres a 25/04/1975, de um regime ditatorial de tipo soviético, ou para outros, uma democracia dita popular. Ou seja, não tardou a que se pretendesse substituir uma ditadura por outra ditadura.

Após os acontecimentos do dia 25 de Abril de 1974, sob a influência de Partidos Comunistas e Marxistas junto dos oficiais que lideraram o Movimento das Forças Armadas, esteve prestes a vingar em Portugal, a estratégia que visava colocar o nosso país solo tutela de um regime totalitário à imagem da então existente e hoje defunta, mas infelizmente ainda tão presente, União Soviética. Destes tempos, lembramos as perseguições, as prisões discricionárias sem mandato ou culpa formada, a perseguição aos partidos ditos de direita e a impunidade dos crimes então cometidos, muitos deles, crimes de sangue. Levados a cabo por estes movimentos antidemocráticos e anti liberdade.

Mas no rescaldo desse verão quente de 1975, a LIBERDADE venceu de novo graças a homens como Mário Soares, António Barreto, Sá Carneiro, Amaro da Costa, Freitas do Amaral, Pinheiro de Azevedo, Ramalho Eanes, Salgueiro Maia e muitos outros, civis e militares, mas sobretudo graças ao povo português que soube ganhar de novo a LIBERDADE, nas ruas deste país, de norte a sul, tudo culminando no 25 de Novembro de 1975, data que, por muito que aqueles que atentaram contra a liberdade após o 25 de Abril de 1974, não queiram, ficará para sempre associada ao processo de restituição da liberdade ao povo português, e como tal deve, de novo, voltar a ser comemorado.

Através de uma análise histórica e política séria e isenta, é inegável que os primeiros passos rumo a uma ditadura comunista foram dados, felizmente falhados, graça à corajosa e pronta intervenção daqueles e de outros homens e mulheres, democratas, que souberam honrar os nobres ideais do 25 de Abril de 1974, e a quem todos nós, independentemente



da cor política, devemos a liberdade e o regime democrático de que hoje podemos usufruir. Sem esta intervenção, a revolução de Abril não seria certamente estudada como um primeiro passo para a Liberdade, pelo menos como todos nós a idealizamos e conhecemos, mas seria o primeiro passo para a substituição de um regime autoritário por um regime totalitário.

Comemorar o 25 de Novembro de 1975, é também comemorar os homens e mulheres, que nesse dia e dessa forma, reafirmaram os nobres ideais do 25 de Abril, impondo e cimentando a Liberdade e a Democracia que naquele dia haviam sido anunciadas. Cuja coragem merece ser recordada, reconhecida e comemorada. Trata-se de um gesto de reconhecimento e homenagem da mais elementar justiça, transversal a todos os Portugueses e Partidos Políticos democratas, e que não poderá esbarrar no freio ideológico destes ou daqueles.

Pelo exposto, homenageando todos aqueles que a 25 de Novembro de 1975, contribuíram para que hoje possamos festejar a Liberdade e a Democracia, propõe-se que a Assembleia Municipal de Leiria, reunida em plenário a 29/04/2022, delibere instar a Câmara Municipal de Leiria a:

- Proceder à instauração de uma celebração solene do 25 de Novembro de 1975, num ato que fará justiça à História de Portugal, aos Portugueses, à Democracia e ao Estado de Direito Democrático."

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado – CHEGA

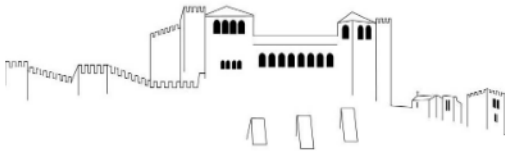
Transcrição:

"Boa noite a todos.

Cumprimento o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e na sua pessoa cumprimentar todos os presentes e os que nos acompanham lá em casa.

Antes da moção, a D. Laura Esperança trouxe aqui...estou à procura, não encontro... trouxe aqui dois produtos que a mim pessoalmente me são muito caros porque nasci e resido na freguesia da Boa Vista, portanto, a morcela e o leitão da Boa Vista realmente são dois produtos que merecem e devem ser promovidos. Quanto à Assembleia dos Pequenos Deputados infelizmente não consegui de todo estar presente. Na Assembleia dos Jovens Deputados consegui estar presente e realmente concordo, foi surpreendentemente interessante e posso dizer que aprendi. Convido a todos que realmente em próximas iniciativas tentem, que façam tudo para estar presentes desde logo porque os próprios jovens que aí estiveram merecem, não é?

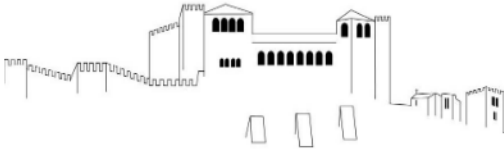
Quanto à moção, a mesma foi enviada a todos os representantes dos partidos políticos aqui presentes, perguntava se posso fazer uma apreciação mais abreviada de forma também a abreviar os trabalhos... (com certeza)... Muito obrigado senhor Presidente. Pronto, a moção



Município de Leiria
Assembleia Municipal

é denominada pela instalação da celebração solene do 25 de Novembro. No seguimento de mais um aniversário do 25 de Abril de 1974 que comemorámos há poucos dias a data em que foi derrubado o regime da ditadura do Estado Novo trazendo a Portugal e aos portugueses o sonho da liberdade e como tal é muito bem comemorada, mas também não podemos esquecer que após os acontecimentos do 25 de Abril de 74 que, realmente, esteve prestes a vingar em Portugal a estratégia que visava colocar o nosso país sobre a tutela do regime totalitário, à imagem até aí existente e hoje defunta, mas, infelizmente tão presente, União Soviética. Desses tempos lembramos perseguições, prisões reacionárias, crimes cometidos, alguns deles de sangue, enfim, isto faz parte da história que todos nós conhecemos, isto claro perpetuado por movimentos antidemocráticos e anti liberdade. Felizmente que desse Verão quente de 75 a liberdade venceu de novo graças a homens que aqui vou destacar sem prejuízo dos demais, Mário Soares Sá Carneiro, Freitas do Amaral, Ramalho Eanes, Salgueiro Maia, muitos outros civis e militares, mas sobretudo ao povo português que soube ganhar de novo a liberdade que o 25 de Abril de 74 havia anunciado. Através de uma análise histórica e política séria, isenta é inegável que os primeiros passos rumo a uma ditadura, neste caso comunista, foram dados, felizmente falhados graças à coragem e pronta intervenção daqueles homens e mulheres democratas que souberam honrar, que souberam honrar os novos ideais do 25 de Abril de 74 e a quem todos nós, independentemente da cor política, devemos a liberdade e o regime democrático de que hoje podemos usufruir. Sem esta intervenção a revolução de Abril não seria certamente estudada como o primeiro passo para a liberdade, pelo menos como todos nós idealizamos e infelizmente conhecemos, mas seria o primeiro passo para a substituição do regime autoritário pelo regime totalitário. Comemorar o 25 de Novembro de 1975 é por isso também comemorar os homens e mulheres que nesse dia e dessa forma reafirmaram os novos ideais do 25 de Abril repondo e cimentando a liberdade e a democracia que naquele dia haviam sido anunciadas cuja coragem merece ser recordada, reconhecida e comemorada. Trata-se de um gesto de reconhecimento e homenagem da mais elementar justiça transversal a todos os portugueses e partidos políticos democratas e que não poderá esbarrar no freio ideológico destes ou daqueles. Pelo exposto, homenageando todos aqueles que a 25 de Novembro de 1975 contribuíram para que hoje possamos festejar a liberdade e a democracia propõe-se que a Assembleia Municipal de Leiria, reunida em plenário no presente dia delibere instar a Câmara Municipal de Leiria a proceder à instauração de uma celebração solene do 25 de Novembro de 1975 num ato que fará justiça à história de Portugal, aos Portugueses, à democracia e ao Estado de direito democrático. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha – BE



Município de Leiria
Assembleia Municipal

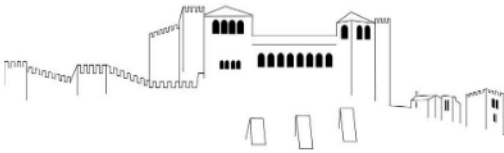
Transcrição:

"Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal permitam-me que na vossa pessoa cumprimente todos os presentes e todos aqueles que nos seguem através do Facebook. Irei ser telegráfico. Quando se aborda um processo histórico convém percebê-lo em toda a sua complexidade. Confundir o significado e importância do 25 de Abril com 25 de Novembro é como confundir a estrada da Beira com a beira da estrada. Na verdade, o 25 de Abril é a data em que nos libertámos da ditadura do Estado Novo, é uma data de convergência da maioria do povo português, é uma data de significado inigualável. Todas as restantes datas que se seguirem, o 28 de Setembro, o 11 de Março e o 25 de Novembro são datas fraturantes a que não se pode dar a mesma dignidade do 25 de Abril onde o povo falou a uma só voz. O CHEGA, como sabemos, não é muito adepto das comemorações do 25 de Abril e tenta desvirtuar a data tentando dar relevância ao 25 de Novembro que é uma data que resulta de um contexto político próprio do pós 25 de Abril e cuja história, que ainda se vai conhecendo aos poucos, está muito longe da narrativa da moção aqui em discussão. Por isso, o Bloco de Esquerda irá votar contra."

Intervenção do senhor deputado **Manuel Lopes – PCP**

Transcrição:

*"Senhor Presidente,
Senhoras e senhores demais membros da Assembleia,
Foi presente a esta Assembleia uma Moção do Chega visando dar ao 25 de novembro a mesma dignidade e importância que o País dá, e com justiça, à Revolução do 25 de Abril de 1974, propondo uma celebração solene pelo Município.
O que pretendem com a sua proposta é diminuir e apoucar o 25 de Abril como ato fundador da nossa democracia, o grande e decisivo ato de rutura com o odioso regime fascista e de construção da democracia.
Conferir ao 25 de novembro, do ponto de vista simbólico e celebrativo, o mesmo grau de valor que tem o 25 de Abril, que, como Sophia proclamou para a história, foi a Madrugada «de onde emergimos da noite e do silêncio», seria promover a subalternização desse ato primordial, corajoso e decisivo e do processo libertador que o povo transformou em Revolução.
Um processo contraditório, com crises e percalços. Não se celebra a crise político-militar do 25 de novembro, como não se celebra o golpe Palma Carlos, o 28 de setembro, a vitória das forças democráticas no golpe fascizante e direitista do 11 de março de 1975.
Além da dimensão provocatória, esta moção revela, e não consegue ocultar, é a atitude revanchista contra Abril dos seus proponentes."*



Município de Leiria
Assembleia Municipal

O que há a celebrar e a não esquecer nas Comemorações dos 50 anos da Revolução ora em curso é o segundo ato fundamental da nossa democracia, a promulgação em 2 de Abril de 1976 da Constituição da República.

Essa Constituição, bem chamada de Abril, que os proponentes da moção rejeitam, querem subverter e destruir (a democracia de Abril não é coisa que lhes agrade).

Constituição que consagrou o poder local democrático dotado de órgãos próprios eleitos pelo povo em voto geral e universal, nomeadamente, os órgãos deliberativos dos municípios e das freguesias, como esta Assembleia Municipal de Leiria.

No seu arrazoado justificativo, diaboliza-se a força que mais consequentemente se bateu contra o fascismo e mais lutou pela implantação e consolidação da democracia em Portugal. Faz-se uma caricatura dessa força e depois disserta-se sobre a caricatura, apodando-a, falsamente, como força promotora de perseguições e violência contra umas "cândidas" e "pacíficas" forças ditas de partidos da direita, como lhe chamam.

Leiria sabe bem quem foram os perseguidos nesse período, as vítimas da violência bárbara e gratuita. As vítimas não foram os partidos da direita, como afirmam os proponentes, mas partidos e cidadãos de esquerda.

Ao que assistimos em Leiria no período que antecede o 25 de novembro foi ao assalto e destruição pelas forças reacionárias que queriam o regresso ao passado do fascismo das sedes do PCP, do MDP/CDE e do MES.

Assistimos à disseminação de atos de ódio e de violência, irracional, mas premeditada, por parte dessas forças contra democratas provados por anos de combate contra o fascismo, como, entre outros, o Dr. José Henriques Varela ou Dr. António José Guarda Ribeiro, que viram os seus escritórios destruídos, e muitos outros democratas perseguidos nas suas próprias casas.

Se alguém ficou impedido de exercer as liberdades democráticas nesse tempo foram os partidos de esquerda e os que estavam do lado da Revolução de Abril e lutavam pela sua consolidação e institucionalização. E o que aconteceu aqui aconteceu em todo o distrito.

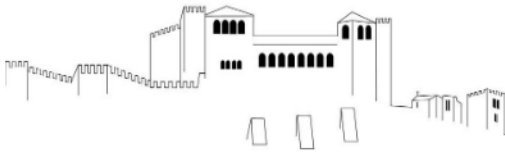
Estes são factos indesmentíveis que mostram o contrário do que se afirma na moção.

A pretensão de colocar novembro e Abril ao mesmo nível e com as mesmas honras, não é original, nem nova. A última que aqui veio num anterior mandato foi derrotada. Esperemos que esta também o seja. Com o nosso voto, contra, sem dúvida."

Intervenção do senhor deputado Mário João Garcia – PSD

Transcrição:

*"Exmo. senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Minhas senhoras e meus senhores, boa noite.*



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Há datas que ninguém pode esquecer, sob pena de se esquecer a história. E mais do que a história de cada um de nós, existe a história de todos nós, a história dos portugueses e de Portugal.

E a história também deve ser livre. Livre das nossas perspetivas e, sobretudo, livre das tentações de reescrever a mesma ou até de se esquecer parte dela. O 25 de Abril, por iniciativa das Forças Armadas, foi o derrubar de um regime ditatorial que permitiu a um povo a liberdade de participar e decidir sobre a sua autodeterminação política e deu lugar a uma jovem democracia.

Mas será que continuaríamos em democracia se não tivéssemos tido o 25 de novembro? Não terá sido graças ao 25 de novembro que Portugal voltou novamente aos ideais e valores que levaram Salgueiro Maia a agir e a ter um papel de relevo no 25 de Abril e até, embora mais discreto, no 25 de novembro?

O PSD não esquece, nem esquecerá, o esforço e o tempo que levou a construir a nossa hoje já velha democracia e retirou as lições devidas. Reafirmamos, por isso, a luta pela liberdade e a contínua construção da nossa democracia. Entendemos que Portugal deve reconhecer a relevância desta data, muito para além do âmbito autárquico e de forma a envolver ativamente as gerações dos pós 25 de Abril.

Mas temos consciência de que para uma certa ala política o 25 de novembro de 75 não é uma data agradável de recordar. Por esta razão, cremos que este é um tema fraturante na nossa sociedade, pelo que, não obstante o valor e a pertinência da proposta do Sr. Deputado Hugo Morgado, embora com algumas imprecisões (referir A. Melo), talvez precise de uma análise mais ponderada antes de se tomar uma decisão.

Assim, com a liberdade que o 25 de Abril nos concedeu e a democracia que o 25 de novembro consolidou, democraticamente, decidimos que o nosso sentido de voto para esta Moção será o da abstenção.

Intervenção do senhor deputado Acácio Sousa – PS

Transcrição:

"Sr. Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa todos os Srs. e Sras. deputados municipais,

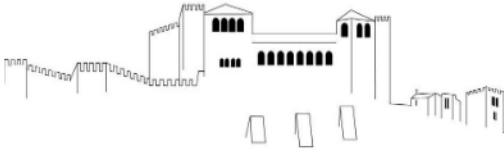
Sr. Presidente da Câmara Municipal e na sua pessoa os Srs. e Sras. Vereadores,

Srs. Presidentes de Juntas e Uniões de Freguesias,

Municípios presentes e os que nos acompanham online,

Srs. jornalistas e todos os colaboradores desta sessão incluindo a equipa de tradutores de língua gestual,

Para o PS, o 25 de novembro é, na verdade, uma data relevante. No entanto, não só a insistente multiplicação de sessões solenes também as banaliza, perdendo-se dignidade



Município de Leiria
Assembleia Municipal

dos acontecimentos que a merecem, como o 25 abril 74 foi a grande janela para a liberdade de opinião e para um regime democrático e anticolonial. Era este o espírito inicial do MFA, tudo o mais que aconteceu foram acontecimentos sucedâneos;

Se não considerássemos tudo o mais como sucedâneo do 25 de abril, teríamos que levantar também questões sobre celebrações solenes acerca do 11 março, 28 setembro, da data 1^{as} eleições, da data da aprovação da Constituição, todos foram momentos que, apesar dos sobressaltos comuns em ruturas de regimes, ajudaram a firmar a democracia.

Como o Chega bem sabe, houve outros movimentos que procuraram contrariar a evolução para uma democracia assente num Estado com preocupações democráticas e anticoloniais, movimentos esses que usaram a violência, usaram bombas e mataram. Poderíamos perguntar, porque não celebrar também solenemente todas os momentos de derrota desses movimentos?

Os homens referidos na moção do Chega foram construtores da democracia, sem dúvida, e faltarão outros como Melo Antunes ou mais, e Mário Soares foi, de facto, um grande obreiro. O que disseram eles? Que a democracia não poderia ostracizar os partidos que viessem a aceitar o novo quadro constitucional que viria a ser instituído meses depois e que, apesar das revisões, é o que ainda vigora. É este o espírito democrático e aquela foi uma conclusão sublinhada depois do 25 novembro para reatar os princípios de abril de 74. Portanto, o 25 de abril de 74 é a grande data marcante que, ao ser celebrada, evoca toda a luta para a democracia constitucional e todo o caminho percorrido para chegarmos ao modelo democrático que temos hoje. Apesar da atenção e dos robustecimentos sempre necessários, será um modelo aceite por todos nós que aqui estamos, penso eu.

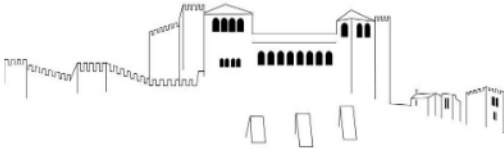
Por isso, em cada 25 de abril celebrámos, há dias, a democracia consensualmente, assente no pilar da Constituição

Assim, para o PS as comemorações do 25 de abril pressupõem a inclusão de todos os momentos políticos que se seguiram e garantiram o regime que temos, não se justificando outra comemoração solene e institucional.

Não vamos aqui discutir a História do 25 de Abril, mas com o tempo, ela será cada vez mais uma História desapaixonada ou objetiva. Por tudo isto, o PS não votará a favor desta moção.

E porque se falou em História do 25 de Abril, aproveito para saudar a Professora Maria Inácia Rezola, leiriense nem sempre vista aqui na nossa terra na 1^a linha de tudo o que é acontecimento, mas tem reconhecimento nacional, sendo a Presidente das Comemorações do 50^o Aniversário do 25 de Abril 74. Acredito que a História da Revolução dos Cravos também sairá enriquecida."

Intervenção do senhor deputado Telmo Marques – Iniciativa Liberal



Transcrição:

"Boa noite novamente a todos.

Serve um bocadinho também como justificação do sentido de voto que vamos ter a seguir. Da minha parte aquilo que será votado é a celebração ou não do 25 de Novembro. Parece-me óbvio que no 25 de Abril estamos todos de acordo e se eu tiver que fazer uma pergunta que justifique o sentido de voto que teria de seguir é a seguinte: Será que estaríamos aqui com o regime que temos hoje em dia, democraticamente livre, nesta mesma casa, a falar desta forma aberta, forma franca se o 25 de Abril tivesse acontecido de forma isolada? Se o 25 de Abril tivesse acontecido sem o 25 de Novembro. Por isso, não é apenas o 25 de Abril. O 25 de Abril é importante juntamente com o 25 de Novembro, não de forma isolada e comemorar os dois não é dar menos valor a um ou a outro. É assumir que ambos tiveram um peso naquilo que nós estamos a viver aqui hoje em dia e não é dizer, mas e aquela data? e a data x ou a data Y? e a data z? não é a data x ou z, é o 25 de Abril e o 25 de Novembro. Têm os dois o seu simbolismo, são estas duas não são 30. São duas datas igualmente importantes e temos que lhes dar essa importância e, portanto, o sentido de voto que eu vou ter a seguir é sobre somente a celebração daquilo que representa o 25 de Novembro. Não tem a ver com a justificação toda, enfim, todo o texto que vem associado a esta moção ou não. Aquilo que eu vou votar a seguir é a igualdade da importância de ambas as datas e daquilo que elas representam para estarmos aqui hoje, com o regime que temos hoje, livre, democrático para podermos falar francamente uns com os outros em liberdade. Muito obrigado."

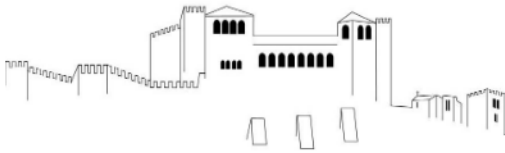
Intervenção do senhor deputado **Dário Joaquim – CDS-PP**

Transcrição:

"Muito boa noite a todos, antes de mais começar por cumprimentar o senhor Presidente da Mesa e na sua pessoa todos os presentes.

Bom, permitam uma nota prévia e já que o PCP está aqui de volta ao debate político dizer que foi pena que, de facto, a propósito de uma outra moção, o PCP não possa ter estado presente na última Assembleia Municipal porque efetivamente e com toda a convicção que isso dirá certamente mais daqueles que não estiveram do que os que lá estiveram.

Relativamente à moção do CHEGA e a propósito do 25 de Novembro não vale a pena entrarmos aqui em discussões ideológicas e questões históricas, efetivamente as 2 datas terão por si só um valor próprio. Sou convicto do 25 de Abril da mesma forma como também sou convicto do 25 de Novembro e não é na comparação dos dois acontecimentos que efetivamente possamos lembrar de forma justa e honesta a importância que os dois tiveram. É prática do CDS por norma por volta da comemoração do 25 de Novembro apresentar também a esta Assembleia Municipal uma moção de saudação da devida data



Município de Leiria
Assembleia Municipal

e permitam-me que termine a minha intervenção dizendo que as portas que o 25 de Abril abriram certamente o 25 de Novembro não deixou que se fechassem. Obrigado.

Intervenção do senhor deputado António Pereira de Melo – PSD

Transcrição:

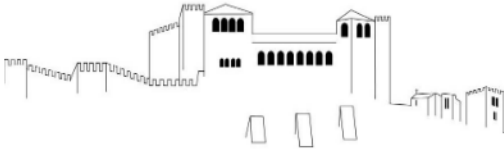
"Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal cumprimento todos os presentes quer fisicamente, quer virtualmente.

De entre os membros desta Assembleia provavelmente fui o único que assistiu já com idade adulta, teria 32 anos, aos acontecimentos de 25 de novembro. Na altura trabalhava na Arruda dos Vinhos, numa multinacional americana, e acompanhei muitos dos tumultuosos acontecimentos de então. O 25 de Novembro foi um golpe militar iniciado pelo Copcon, portanto, pelo grupo Otelo Saraiva de Carvalho não foi pelo outro lado, foi por este grupo que iniciou o 25 de novembro. Contudo, esperava-se este golpe já e o grupo dos 9 fez um contragolpe em que temos o homem dos comandos, Jaime, que não foi aqui citado e temos também elementos políticos do PS e do PSD. Portanto, o contragolpe que ocorreu é que levou à vitória, mas o início veio da esquerda e do Copcon. Felizmente que conseguimos ganhar. O apoio da população civil neste caso, embora existente não foi tão nítido como no caso de 25 de Abril principalmente para cima de Rio Maior onde houve um certo apoio. Para baixo de Rio Maior a coisa foi mais complicada. Considero que o resultado foi determinante para uma melhor condução da política portuguesa em termos de liberdade pois estávamos a caminhar a passos largos em sentido de uma nova ditadura. Deste modo, consideramos ser necessário uma melhor análise dos dados justificativos apresentados na moção do CHEGA. Na Assembleia Municipal ordinária de 6 e 9 de dezembro de 2019 o CDS, através do deputado Fábio Joaquim, apresentou uma moção voto de saudação pelo 44º aniversário do 25 de novembro. Esta moção foi rejeitada com 17 votos contra do PS, PCP e Bloco de Esquerda, 14 a favor do PSD e CDS-PP e 18 abstenções PS e PAN. Portanto, o PS distribuiu-se entre contra e abstenções. Notando que o justificativo presente da moção não exprime corretamente os acontecimentos então ocorridos e sem deixarmos de considerar que o 25 de novembro de 75 foi de crucial importância para a concretização da democracia portuguesa, o PSD-PP decide abster-se nesta votação. Tenho dito."

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado – CHEGA

Transcrição:

"Por mais que tentem impor uma identidade a mim ou ao CHEGA, que não existe, essas imputações ficam com quem as profere, não correspondem minimamente à realidade por mais vezes que as repitam. Segundo, que o PCP não queira comemorar o 25 de Novembro todos nós percebemos porquê, aliás, é o mesmo PCP que também não quer condenar a invasão russa à Ucrânia e isso só por si explica o porquê das palavras. Terceiro, ninguém



Município de Leiria
Assembleia Municipal

está a comparar, não se trata de comparar. Com respeito por todos os que intervieram agora isso é até um bocado infantil, não comemoro aquele porque pode ficar inferiorizado. Não é comparar que está aqui em causa é o valor próprio de cada data. Por último, ninguém pretende desprestigiar ou colocar o 25 de Abril em causa. Sou acérrimo, acérrimo defensor do 25 de Abril, aliás, esta moção vai honrar aquilo que o 25 de Abril conseguiu, é isso que está aqui em causa, é isto que os partidos estão a negar na sua maioria. Para terminar, deixo aqui também uma proposta que é deixar de comemorar a Páscoa não vá o Natal sentir-se inferiorizado também. Obrigado.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a moção à votação tendo a mesma sido **reprovada por maioria, com 4 votos a favor** (2-CHEGA, 1-CDS-PP, 1-IL) **e 12 abstenções** (PSD).

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu continuidade ao “Período Antes da Ordem do Dia”.

Intervenção do senhor deputado **Manuel Azenha – BE**

Transcrição:

“Boa noite, mais uma vez.

Queria dizer ao deputado Hugo Morgado que eu nunca personalizei nesta Assembleia nem nunca o irei fazer qualquer atuação política. Nós estamos aqui em representação de partidos e é assim que deve ser.

Posto isso, Exmo. senhor Presidente,

Antes do mais, e sem qualquer tipo de hipocrisia ou ironia, gostaria de lhe dar os parabéns pela iniciativa da candidatura de Leiria a capital europeia da cultura, foi uma iniciativa audaz, e só não perde quem não vai a jogo.

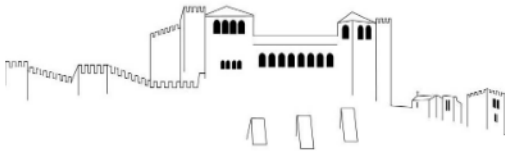
Fiquei desapontado com a exclusão da nossa candidatura, contudo a tarefa era enorme e os concorrentes muitos, pelo que a exclusão, desculpem a comparação, já era como o assassinato de Santiago Nasar, uma morte anunciada.

Assim, nada me moveu ou move contra a iniciativa da apresentação da candidatura, muito pelo contrário, é uma iniciativa válida, desde que seja consequente, estruturada, e sempre integrando os diversos agentes culturais locais.

Pelo que, o que incomoda é o comportamento do executivo perante a exclusão da candidatura.

É a tentativa de passar entre os pingos da chuva, como se de um assunto menor se tratasse, é a não assunção das responsabilidades, é o tentar escamotear os erros que foram praticados e, pior que tudo, é a tentativa vã de tratar os leirienses como se fossem pouco inteligentes, para não usar outra terminologia.

Temos assim 2 situações que merecem a nossa condenação:



Município de Leiria
Assembleia Municipal

1 – A primeira é a falta de informação financeira, precisa e discriminada, que é prestada a esta Assembleia relativamente aos grandes projetos estratégicos, como este
Se não vejamos

Em 25 de Março de 2021, era primeira página do Jornal de Leiria que o executivo já havia investido mais de € 750.000,00 na candidatura.

Passado quase um ano, em 22 de março de 2022 após ser conhecida a exclusão da candidatura de leiria, vem o Senhor Presidente dizer ao mesmo jornal que o investimento se cifrou nuns meros € 250.000,00. Em que ficamos Sr. Presidente?

Foram € 750.000,00 ou € 250.000,00?

Leiria, os Leirienses e esta AM, que é um órgão de fiscalizador, devem ter conhecimento destas contas, do quanto foi gasto na candidatura, não num qualquer quadro de Excel genérico, mas sim numa exposição minuciosa que identifique quais e onde foram gastas as verbas:

Quanto foi gasto em eventos, publicidade, instalações, deslocações, honorários e salários. Só conhecendo onde o dinheiro foi gasto é que se pode perceber se este investimento na cultura teve como fim a resolução dos problemas de fundo na área, e se serviu para consolidar e reorganizar o tecido cultural de forma a que Leiria se posicione como uma verdadeira cidade da cultura, independentemente do não triunfo da candidatura.

É isso que lhe solicito aqui hoje Sr. presidente, que apresente a esta Assembleia as contas discriminadas de quanto foi gasto nesta candidatura de Leiria a capital europeia da cultura. A segunda situação que merece o nosso reparo prende-se com a postura do município após exclusão da candidatura.

A falta de capacidade do executivo em assumir que a candidatura apresentava erros e retirar daí as devidas ilações e responsabilidades.

O relatório do júri foi duro connosco.

Considerou ser um dossier pouco claro, complexo, com fraca fundamentação e subdesenvolvido.

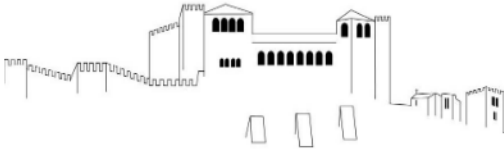
E qual foi a reação dos intervenientes na candidatura?

- O coordenador veio levantar suspeitas sobre o processo, estranhando o facto de as 4 cidades que passaram à 2ª fase integrem 4 CCDRS distintas;

- A Exma. Vereadora Anabela Graça veio dizer que o júri não entendeu a nossa proposta "ousada e inovadora".

Enfim, a nossa candidatura era perfeita e a culpa não é nossa...é do júri internacional...

Não, Sr. Presidente, a culpa da exclusão de Leiria não é do júri, e muito menos do processo de seleção ou das CCDRS, a culpa é nossa, de quem apresentou, pensou e formulou o nosso dossier de candidatura.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

E enquanto o executivo camarário e a rede cultura não tiverem a modéstia de assumir os erros praticados e continuarem a achar que a sua estratégia é perfeita, tenho muitas dúvidas sobre se poderemos aproveitar as bases lançadas pela candidatura e dar-lhes um seguimento capaz de projetar a cultura de leiria para o futuro.

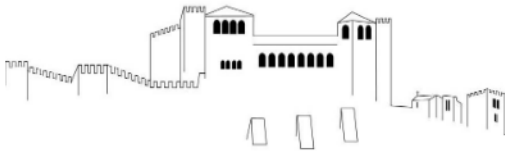
Pois é isso que se pretende Sr. Presidente, é isso o mais importante a fazer agora, aproveitar os recursos gastos na candidatura e criar e delinear uma nova estratégia para a cultura em Leiria. E para isso pode contar com o nosso apoio

Contudo, para tal é imperativo que o executivo desça um pouco à terra, assuma e aprenda com os seus erros, retire as devidas ilações e responsabilize quem deve ser responsabilizado, e isso é coisa que não o vejo fazer.”

Intervenção do senhor deputado António Pereira de Melo – PSD

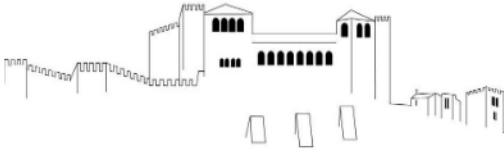
Transcrição:

"Permitam-me que faça um ponto prévio ao assunto que irei abordar e sobre o qual o PSD de Leiria pretende obter esclarecimentos da parte do senhor Presidente da Câmara. Nada nos move contra a cultura em Leiria, contra os seus agentes culturais, pessoas e instituições que prestam serviços de relevância para uma identidade comum que se pretende manter, aprofundar e divulgar para bem de uma sociedade que se quer orgulhosa do seu passado, feliz com o seu presente e esperançosa quanto ao seu futuro. Aliás, pretendemos desde já e sem qualquer reserva que se registre que o PSD lamenta a exclusão da candidatura de Leiria da fase de seleção final à capital Europeia da Cultura em 2027 e que se apelidou Rede Cultura 2027 enaltece e louva o trabalho desenvolvido por todos os agentes culturais do concelho de Leiria. Posto isto, o PSD de Leiria regista e lamenta a resposta do senhor Presidente da Câmara a duas perguntas concretas colocadas pelo PSD. Primeira, qual foi o valor gasto na candidatura de Leiria a capital da Cultura 2027? Segunda, qual foi o valor gasto na respetiva programação? Aliás, o Bloco de Esquerda acaba de pedir o mesmo. Lamentamos que a segunda pergunta não tenha tido resposta e a primeira seja respondida com inverdades, vejamos, portanto, no relativo a gastos da candidatura. Disse o senhor Presidente em reunião da Câmara no passado dia 22 de março que, passo a citar: "... a elaboração da candidatura se cifrou num total de 258.900 euros, um valor médio anual de 64.725 euros entre 2018 e 2021..." Não nos surpreende esta forma artilosa de resposta, primeiro não se responde em concreto ao que é questionado e segundo usa-se uma estratégia de comunicação que visa minimizar os gastos enfatizando-os como insignificantes dividido por 4 quando em boa verdade se referia há 3 anos dado que em novembro e dezembro de 2018 apenas foram pagos 9.997,77 euros. A título de exemplo a pergunta idêntica a Câmara Municipal de Coimbra afirmou que sem custos indiretos foram gastos 1.638 mil euros com a candidatura. O Presidente da Câmara Municipal da Guarda



Município de Leiria
Assembleia Municipal

afirmou, em reunião de executivo, que o custo da candidatura já ascendia a mais de 1 milhão de euros e ainda existiam faturas por pagar. Em Leiria temos apenas 258.900 euros que corresponde à módica média anual de 64.725 euros. Senhor Presidente, o senhor não disse, mas nós dizemos. Os gastos com a elaboração da candidatura e a operacionalização de uma estratégia errada na sua gestão e promoção excluindo qualquer ação de programação cultural entre novembro de 2018 e dezembro de 2021 foram os seguintes: Plano Estratégico Municipal para a Cultura - 68.265 euros, livro de candidatura - 98.154 euros, serviços de consultoria e gestão, incluindo-se 91 mil e 20 euros gastos com um estudo para a implementação da Régie Cooperativa que mereceu o estrondoso parecer negativo do Tribunal de Contas - 43.3021,50 euros, promoção da candidatura - 90.484,95 euros, remodelação da sala rede cultural - 123.947,74 euros, criação do site e aplicação móvel - 43.050 euros, aquisição e montagem de design de ambiente e equipamento - 15.830,10 euros, aquisição do filme promocional - 22.017 euros. Isto totaliza 894.770,29 euros, algo bastante diferente do apresentado. Sr. Presidente, se pretender contestar estes números e para reavivar a memória nós podemos facultar-lhe os contratos que V^a Ex^a assinou. Sr. Presidente, o valor apresentado acima é por defeito, portanto, cerca de 900 mil euros. É por defeito, uma vez que faltam registos de custos que não identificámos, portanto, temos cerca de 900 mil euros dividido por 3 anos, e não por 4 como referiu, dá uma média de 300 mil euros por ano e não 64,725 como disse que são gastos na elaboração e implementação de uma candidatura assente numa estratégia que se veio a revelar errada. Voltamos a referir que exclui o custo com qualquer ação de programação cultural. Senhor Presidente, são cerca de 900 mil euros que foram gastos do dinheiro dos contribuintes leirienses e cujo resultado foi muitas mãos cheias de nada e algumas cheias com alguma coisa e aos custos dos contratos de consultoria e gestão ainda haveria de somar os gastos com a logística, cedência de instalações, energia, telecomunicações, material de consumo corrente, pessoal de apoio dos serviços municipais e se juntarmos os custos com programação e divulgação cultural destes três últimos anos até 31/12/2021 identificámos entre adjudicações e apoios a associações e cooperativas privadas na área cultural de que são exemplos os programas de apoio à Rede Cultura, os projetos Cine banda, Inmusic, projeto dos pequenos cantores, Crianças ao Palco, Concertos para bebés, Ópera no património, Museu na aldeia, Festival internacional da poesia online, Pro Leiria, etc. que soma um total destas ações 1.131.544,91 euros. Este montante exclui museografia e exposições temporárias, Leiria cidade natal, feira de Maio, festival da sardinha, atividades, dança e teatro no âmbito dos programas de atividades de animação e apoio à família pré-escolar e outras iniciativas como o Leiria sobre rodas, a Final Four, a gala de desporto, etc. Exclui também os 659.447 euros gastos em tendas nos últimos 3 anos assim como os 123



Município de Leiria
Assembleia Municipal

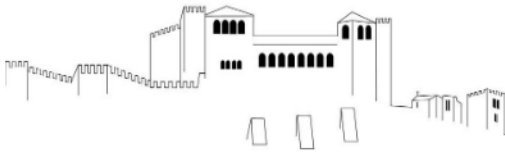
mil euros gastos na promoção da marca Leiria numa novela da SIC. Exclui ainda os 25 mil euros pagos na aquisição dos direitos de autor da obra Leiria 2030, documento de reflexão estratégica e que serviu de base ao programa eleitoral do PS e ainda exclui os gastos com os serviços de gestão e consultoria desde 2021 dado que até hoje desconhecemos se já foi celebrado e porque o montante o novo contrato. Senhor Presidente, nos últimos 3 anos e por defeito identificámos assim como imputáveis à candidatura e programação da Rede Cultura gastos no montante global de 2.026.315,20 euros e aqui chegados. Conhecemos já o parecer do júri que chumbou a candidatura numa avaliação que enfatizou negativamente, e tal como já antecipadamente o PSD havia referido, as opções estratégicas erradas e de inteira responsabilidade do senhor Presidente da Câmara e do seu executivo municipal, deficiente comunicação, falta de clareza, insuficiente explicação subdesenvolvida e de difícil perceção entre outros erros que arrasam a candidatura. Continua a existir sem opções erradas, talvez por orgulho e teimosia em não reconhecer os erros, tendo já sido dito que a Rede Cultura manter-se-á tal como previsto desde a sua constituição, o que falta saber é com que objetivos, se será gerida pelas mesmas pessoas e a que preço. Disse a senhora Vereadora: "...a Cultura de Leiria está muito à frente, o júri não entendeu a proposta ousada e inovadora apresentada..." Dizemos nós, "a cultura em Leiria está doente". A prova que a cultura na Câmara Municipal de Leiria está doente são os 6 curadores recentemente contratados, fica por saber se irá melhorar, é que os quadros da Câmara Municipal estão desmotivados porque são desconsiderados e as suas competências desvalorizadas, não têm influência na estratégia, na idealização dos projetos, na sua implementação e no seu desenvolvimento e ainda por cima têm que cuidar dos curadores. Tenho dito."

Intervenção do senhor deputado Manuel Lopes - PCP

Transcrição:

"Os acontecimentos ocorridos em Chicago em 1886, quando mais de 500 mil trabalhadores saíram às ruas numa manifestação pacífica, reivindicando melhores condições de vida e de trabalho, nomeadamente a redução da jornada laboral para as 8 horas, e que terminou com mortes e detenções, fizeram com que esta data seja comemorada a nível mundial de diversas formas, mas sempre por causas a todos comuns.

Durou até 1889 a repressão policial contra os trabalhadores de Chicago, cuja persistência na luta e a solidariedade internacional pelos direitos da classe, levaram o Congresso Operário Internacional, reunido em Paris, a decretar nesse ano de 1889 o 1º de Maio como o Dia Internacional dos Trabalhadores, com repercussões em Portugal, que levaram ao reforço da luta do movimento operário português em finais do século XIX.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

O 1º de Maio livre celebrado em Portugal, 6 dias após o 25 de Abril de 1974, foi a maior manifestação alguma vez organizada no nosso país.

Trata-se de uma data de elevada importância para os trabalhadores, o movimento sindical e todos os defensores de uma sociedade mais solidária, mais justa e de afirmação dos valores sociais.

Por isso aqui estamos, a saudar os trabalhadores portugueses, nomeadamente os do concelho de Leiria e, particularmente, os trabalhadores do Município e das freguesias ou uniões de freguesias, o movimento sindical, assim como as entidades que, com base nos princípios da liberdade, igualdade, fraternidade, solidariedade e justiça social, têm lutado pelos direitos políticos, económicos e sociais e contribuído para a melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores portugueses.

Saudamos os trabalhadores que em todo o mundo, com coragem, determinação e persistência lutam pela liberdade, paz, direitos sociais, políticos e sindicais.

Neste 1.º de Maio aqui estaremos, nas ruas da cidade de Leiria, em luta para conquistar e fazer o país avançar.

Viva o 1.º de Maio!"

Intervenção do senhor deputado Abel Vieira – PS

Transcrição:

"Abel Vieira PS.

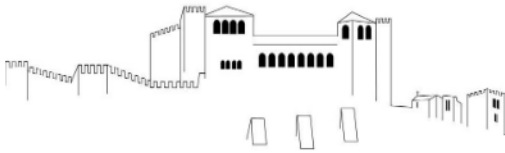
Cumprimentar o senhor Presidente e na sua pessoa todos os que estão aqui em sala e todos aqueles que nos acompanham lá em casa.

Eu vinha aqui fazer uma breve participação muito breve, um agradecimento ao Município de Leiria relativamente à sessão dos pequenos e jovens deputados. Não que eu me precise de substituir ao agradecimento do senhor Presidente, mas, de facto, estava a ouvir o relato da nossa 2ª Secretária e do 1º Secretário e não pude ficar indiferente ao que ouvi e porquê? Porque, como a nossa 2ª Secretária dizia, há mais de 25 anos que conhece estas sessões e efetivamente eu estive numa delas. Isto tem tudo a ver com aquilo que eu acredito na cidadania e numa altura em que a política está muito tensa, sabemos isso, acho que estas são sessões de deixar a semente e eu efetivamente uma vez participei nessas sessões, acho que sou uma prova disso e aqui hoje estou. Apenas queria dizer ao Município, às Assembleias Municipais, nunca se esqueçam destas sessões que são muito importantes em prol da cidadania. Disse. Muito obrigado."

Intervenção da senhora deputada Cristiana Pinto – PS

Transcrição:

"Começo por saudar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa todos os Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta aqui presentes, Senhor Presidente



Município de Leiria
Assembleia Municipal

da Câmara e na sua pessoa todos os vereadores, Comunicação Social, Pessoal de apoio à Assembleia e Público aqui presente.

É reconhecido o valor do Instituto Politécnico de Leiria na emancipação da nossa região à escala nacional bem como o seu papel primordial de posicionamento a nível económico, tecnológico e de investigação científica.

O Partido Socialista congratula o IPL por voltar a situar-se em primeiro lugar a nível nacional como a Instituição Politécnica com o maior número de pedidos de patentes em 2021 (segundo o Index de Patentes do instituto Europeu de patentes), perfazendo um total de 7 pedidos de patentes e colocando o IPL em sexto lugar a nível nacional.

Reconhecemos o trabalho da instituição de ensino que dignifica o nome da nossa cidade. Congratulamos professores, alunos, investigadores pelo envolvimento com a sociedade civil e tecido empresarial da nossa região, potencializando também a sua internacionalização, sendo o primeiro politécnico do país com o maior número de pedidos e registos de patentes internacionais.

De acordo com o Instituto Europeu de Patentes (IEP), as 10 principais requerentes de patentes portuguesas, metade são universidades ou institutos de investigação, assim o Instituto Politécnico de Leiria mostra-se um agente fundamental para a dinamização, visibilidade e inovação dentro do nosso município.

O politécnico conta agora com 34 patentes e 7 patentes internacionais, parabenzamos assim o seu desenvolvimento, exigência e rigor académico capaz de apresentar tais resultados.

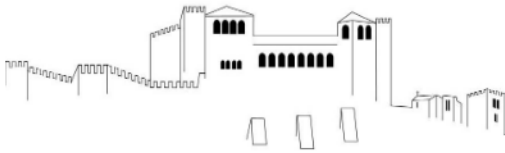
Enaltecendo ainda a constante procura por enquadrar este investimento em áreas potenciais e autóctones como "Necessidades Humanas e a Engenharia Mecânica", sendo um agente fundamental de colaboração mútua entre o setor privado, o poder político e a formação de oferta educativa.

Intervenção da senhora deputada Sofia Francisco – PS

Transcrição:

"Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa permita-me cumprimentar todos os deputados e Presidentes de junta e Uniões de Freguesia. Cumprimento o Exmo. Presidente da Câmara Municipal e todos os vereadores, cumprimento igualmente todos os que nos acompanham em casa e todos os restantes elementos aqui presentes.

Depois de Lisboa, Porto e Guimarães, que foram as cidades que já foram Capitais Europeias da Cultura, era certo que em 2027 seria novamente uma cidade portuguesa a ter o título. Para tal, Leiria submeteu a sua candidatura com mais 11 cidades portuguesas. Quatro cidades- Ponta Delgada, Braga, Aveiro e Évora- passaram para a fase final do processo de candidatura e infelizmente, Leiria, tal como Faro, Funchal, Guarda, Oeiras, Viana do



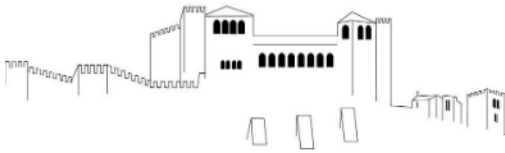
Castelo, Vila Real e Coimbra, não passou a fase de pré-seleção deixando tristes, porém não desanimados, quem à candidatura se dedicou, também os cerca de 1500 agentes culturais e muitos anónimos que acreditaram e que acreditam que Leiria teria todas as potencialidades e capacidades para ser uma excelente Capital da Cultura em 2027.

É um facto que quem sente e vive Leiria ficou desiludido. Assim ficaram a maioria dos leirienses. Na realidade, mesmo que muitos deles, inicialmente, possam ter tido alguma dúvida, notou-se que, à data da apresentação da candidatura, tinha crescido uma efetiva ligação e uma noção de pertença em torno da ideia lançada há seis anos, que levou à criação da Rede Cultura 2027 e que ninguém põe em causa o impacto extremamente positivo que teve nas gentes dos municípios envolvidos, tal como se pode constatar, por exemplo, nos 100 mil alunos da REDE envolvidos no projeto " Gentes e Lugares", nos 67 patrimónios identificados, no premiado Museu da Aldeia, nos Roteiros Imersivos realizados nos 26 municípios, nos concertos realizados durante a pandemia em casas de idosos, na premiada EXPOSIÇÃO patente no MIMO - "Identidade Territorial - imaginário visual da região"- programação esta que atraiu novos públicos e mobilizou agentes culturais e embaixadores.

Há críticas é certo, porque só quem não faz não as recebe, mas se formos verdadeiros, é impossível não confirmar os ganhos positivos que o caminho da candidatura traçou, deixando sinais muito afirmativos de como realizar uma programação conjunta e projetos comuns que não deixaram o território da REDE CULTURA igual, uma vez que este ganhou novas competências e inéditas dinâmicas internas e multilaterais ativas numa comunidade mais vasta, com Leiria a assumir a liderança de um projeto, ampliando , de forma inequívoca, o seu capital de influência na região e no país.

No que diz respeito ao investimento, criticado pela oposição, é essencial estabelecer uma separação clara entre aquilo que foi o investimento na elaboração da candidatura e a programação e divulgação cultural, sendo que a elaboração da candidatura se cifrou num total de 258.900 euros e o executivo apresentará os demais esclarecimentos quanto aos custos diretos e indiretos direcionados para a fase de execução.

Pina Bausch dizia que a dança não era mais do que um desequilíbrio e que, quando nos desequilibramos é que a dança começa. Assim é, tantas vezes, na política e na vida. Este desequilíbrio está já a ser aproveitado para construir uma Rede Cultura renovada, uma vez que o seu futuro não está comprometido após decisão tomada por unanimidade pelo Conselho Geral - constituído pelos 23 municípios, Nerlei, Diocese Leiria Fátima, IPL e IP Tomar. Sabemos , igualmente, que as conclusões do júri ,que avaliou as doze candidaturas, destacando, como se pode ler no relatório "o elevado número e qualidade das propostas apresentadas" e estas, ao contrário do que aqui foi referido, serão refletidas e incorporadas



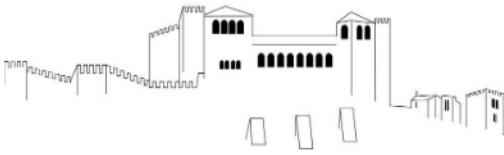
Município de Leiria Assembleia Municipal

em futuros projetos que irão manter a construção de pontes e partilhar investimentos em prol de uma Rede que já provou ser capaz de construir pontos de coesão territorial e cultural com agentes culturais muito diferenciados e dispersos, que liguem os meios mais urbanos com os meios mais rurais, as gerações mais novas com as mais idosas, as linguagens mais contemporâneas com as práticas mais tradicionais.

É, pois, por demais evidente, que este executivo não esquece a cultura e o bom trabalho iniciado com a Rede Cultura 2021 não foi em vão pois, como vimos, foram muitas as ações que geraram mais-valias em termos de cocriação artística e programação cultural direcionadas para as pessoas, não esquecendo os dois anos de pandemia em que a programação cultural não parou. Agora, com a necessária reflexão, está já a ser definida uma estratégia, e objetivos e horizontes estão a ser redefinidos, para que Leiria prossiga com o compromisso de continuar a sua jornada cultural com o envolvimento de todos os agentes culturais e de todos os Leirienses, conforme o Plano Estratégico Municipal de Cultura aprovado, por unanimidade, por esta Assembleia.

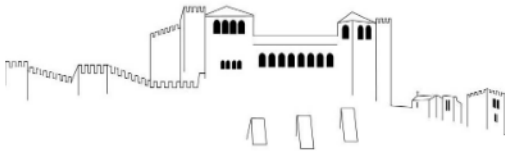
Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Relativamente ao ponto de situação da candidatura de Leiria a capital da cultura disse que quando não se alcançam objetivos existem derrotas. Referiu ter humildemente reconhecido isso no próprio dia em que teve conhecimento que Leiria não passaria tendo inclusive elogiado e desejado os maiores sucessos às cidades que passaram tendo assumido que o percurso de Leiria terminava ali em termos de Capital Europeia da Cultura em 2027. No entanto, na altura todos os agentes culturais disseram e agora esquecem-se dessa premissa de que mais importante do que a candidatura era o processo, era melhorar o desempenho cultural de Leiria e a sua afirmação no contexto de uma região. Disse que quando há uma derrota, e ele já ganhou e já perdeu, tal como há partidos que já ganharam e já perderam, não têm muitas vezes a noção que quando se está a assumir um compromisso político e um desafio estratégico corre-se o risco de ganhar ou perder com cidades que têm tanto mérito como a de Leiria porque todas elas tinham candidaturas fortes, sabiam que ia ser uma disputa grande, mas sabiam que não era uma "morte anunciada" como foi por um senhor deputado, mas também sabiam que não era por gastar muito ou pouco que iam ganhar ou perder porque como foi aqui dito noutros municípios, noutras cidades gastaram bem mais do que Leiria e perderam. Continuou dizendo que não estava em disputa nem a questão do volume de investimento nem o mérito ou demérito das outras cidades concorrentes e que a partir do momento em que assumiram que era uma mais valia assumir um processo de candidatura como também uma vitória, sentiram que esse trabalho foi alcançado. Explicou ser por isso que assumiram que o valor da candidatura no que diz respeito à sua redação e à sua preparação tem um valor e o valor



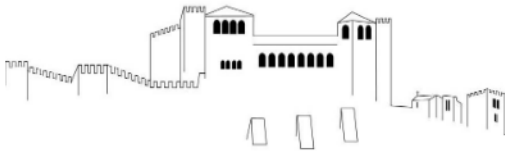
Município de Leiria Assembleia Municipal

da programação tem uma outra indicação e uma outra origem objetivo que foi a constituição de uma rede que continua. Afirmou terem sido ações que foram realizadas e que vão dar frutos no futuro nomeadamente os grupos de trabalho que foram criados nas bibliotecas e nos museus, como do congresso. Relativamente à sala da Rede Cultura que existe no mercado de Sant'Ana, onde foi gasto dinheiro, a mesma não desapareceu. Dirigindo-se ao senhor deputado Pereira de Melo (PSD) afirmou que fazer uma análise meramente contabilística colocando o Leiria sobre Rodas e outros eventos para elevar o demérito da candidatura é um exercício demagógico que não está à altura da sua carreira política nem da sua inteligência e dividir e fazer como fez, em que somou praticamente os orçamentos da cultura nos últimos anos e dizer que se gastaram mais de 2 milhões de euros, é um exercício de demagogia e de responsabilidade política para uma pessoa que tem o currículo que tem não considerando por isso ser merecedor de uma grande resposta da sua parte. Continuou a sua intervenção dizendo que gostaria de apresentar alguns pontos sobre este assunto. Explicou que o processo teve início em 2016 quando tomaram a iniciativa política de concorrer a esta candidatura e que se intensificou mais em 2017 quando, através da constituição do grupo de missão, grupo esse que desde o início nunca foi acarinhado por algumas forças políticas tendo inclusive tido votos contra, uma coisa que devia ser apartidária. Mesmo assim conseguiram constituir esse grupo de missão liderado pelo Professor João Bonifácio Serra, pessoa notável com uma grande capacidade e conhecimento na área da cultura, e definiram na altura, estrategicamente, que a candidatura não devia ser uma candidatura de uma cidade, mas sim de uma rede, de uma região. Referiu que a partir daí foi feito um trabalho político tendo havido muitas horas de trabalho nessa área da sua parte, do Raúl Castro, da Anabela Graça e muitos autarcas que abordaram para constituir o manifesto e o acordo de 25 municípios, acordo esse que não foi enviado por e-mail para assinar, mas sim em que houve reuniões de trabalho regulares para acertar parágrafo linha a linha para que o compromisso fosse um compromisso sério e duradouro. Em 2017, esses autarcas, juntamente com os técnicos de Leiria, de Tomar, o Nerlei e a Diocese de Leiria-Fátima firmaram um acordo em que aceitam cooperar culturalmente em rede que conduza à melhoria do desempenho desses concelhos com partilha de experiências e que preparem a candidatura a Capital Europeia da Cultura em conjunto e solidários com esse mesmo objetivo. Na sua opinião existe aqui um exercício também de alguma demagogia porque não estava à espera de outra coisa do Bloco de Esquerda. Deu o exemplo de quando se pega num teste e se olha apenas para o lado negativo esquecendo o positivo, o que não é uma análise justa nem equilibrada, e o que o BE fez foi um exercício de repetir aquilo que faz a capa do jornal que, no seu entender, devia trazer as razões da queda ou da não aceitação e não os erros isto porque não



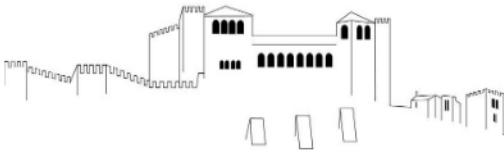
Município de Leiria Assembleia Municipal

cometeram nenhum erro. Na área da cultura a diferença entre o erro e o que está certo não é propriamente evidente para toda a gente tanto mais que a cultura é tão diferente e são experiências tão diferentes que aquilo que é bom para um não é bom para o outro. Continuou dizendo que o que se deve elencar são os pontos fracos e fortes da candidatura e do relatório e o que se tem feito, às vezes até com uma certa euforia, porque não era uma candidatura do município de Leiria, mas sim dos agentes culturais de Leiria, de uma região. A constituição desta rede foi votada em reuniões de Câmara, Assembleias Municipais, houve envolvimento político. Disse que um dos motivos pelo qual Leiria não está mais à frente é porque se está sempre a criticar e dizer mal e quando é preciso estar unida nunca está, porque se metem sempre os interesses partidários à frente dos interesses de Leiria. Afirmou que o exercício que foi feito, trazer apenas os pontos fracos, não é bonito esquecendo-se que o júri também mencionou coisas boas. Disse ainda que convém mostrar também os pontos fortes algo que foi esquecido não só pela comunicação social local, mas também pelos partidos da oposição. Há um reconhecimento de que o tema da candidatura é um tema que é estimulante e cativante que é curar o comum isto porque existem provas concretas na nossa região que estamos disponíveis e que a paz não é de ser só um sítio de receção é um sítio de hospedagem. Nós somos um povo hospitaleiro, região que cura, região que trata as suas feridas. Deu o exemplo dos incêndios em Pedrógão Grande, em que a região se uniu para cuidar daquele povo, dos incêndios em Leiria, em que estivemos unidos no combate aos incêndios e na recuperação da população atingida: Mencionou os vários santuários que existem na região, prova daquilo que é a fé das pessoas, a rede de castelos e todo um património natural disponível e preparado para receber todos os anos pessoas que nos visitam. Somos uma região de coesão onde o mais forte puxa pelo mais fraco seja nos concelhos seja entre concelhos e por todos estes motivos a temática foi elogiada por parte do júri que considerou ser uma narrativa bastante interessante com uma abordagem, metodologia que promovia a cocriação, com um orçamento realista sendo bem natural que os outros municípios tenham gasto bem mais na programação da candidatura tendo Leiria optado por ter um orçamento que não comprometesse também o seu futuro financeiro, as suas propostas em termos de programação elegendo a temática do menino do Lapedo. Referiu que só o fenómeno histórico daquilo que é a importância do menino do Lapedo, que foi sublinhada como uma matéria importante da candidatura, só o ato que representa o cuidado de uns pais ao enterrarem uma criança com cuidado há mais de 30 mil anos é um tema que logo aí tem a preocupação de procurar e ter simpatia há muitos anos sendo um primeiro exemplo de enterramento, não havendo mais nenhum no mundo, feito com este tipo de características e que foi encontrado na nossa região, concelho. Continuou a sua intervenção dizendo que tem os valores europeus da hospitalidade, da



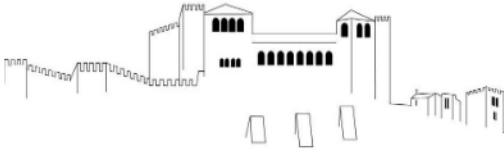
Município de Leiria Assembleia Municipal

coesão, da democracia, um profundo envolvimento dos agentes culturais existindo um contributo forte na área da cultura no que diz respeito ao orçamento do município de Leiria não tendo havido em mais nenhuma candidatura esta referência, uma referência específica à equipa de Leiria em que repararam que existia uma verdadeira paixão e empenho naquilo que se estava a propor. Afirmou serem estes os pontos fortes que a maioria das pessoas não conhece. Os pontos fracos são os que já foram mencionados, nomeadamente, uma fragilidade na argumentação entre a relação de longo prazo entre a rede e o desenvolvimento do território, uma necessidade de melhorar a explicação daquilo que eram os planos de desenvolvimento entre os setores culturais, criativos, sociais e económicos, a questão da monitorização integrada e o sistema de avaliação, que estava numa fase bastante inicial. Disse que o programa era complexo porque tinha muitas camadas, o que é natural pois é uma candidatura de uma região tão diferente uma da outra, portanto, é natural que houvesse este nível de complexidade. Continuou dizendo que a nível europeu não apresentava grande número de parcerias e os públicos a atingir estavam pouco desenvolvidos. Afirmou ter tentado perceber o motivo destes pontos fracos junto da equipa que produziu a candidatura e Leiria não estava a disputar a fase final da candidatura, mas sim a preparar a passagem a uma fase final. Esclareceu ter sido sua intenção, talvez um pouco ingénua, em que havia assuntos que iriam aprofundados na candidatura final porque nesta outra fase existirão quatro cidades que vão ter que parar de aprofundar a sua candidatura com mais detalhe na programação, por exemplo, os dias das aberturas, os curadores, o tipo de programação, etc. Voltou a dizer que talvez aqui, fruto de alguma inexperiência, possa ter conduzido a que não se tenha aprofundado o documento e quando se fala em alguma desilusão é porque tem a plena noção que esta candidatura gerou na comunidade de Leiria um sentimento de pertença e de vontade nunca antes alcançada em outro projeto porque as pessoas acreditavam que era possível, não era só o Presidente da Câmara ou os Vereadores, havia muita gente que acreditava que era possível passar à frente o que significa que essas mesmas pessoas ficaram desiludidas, o que os entristece pois provocaram essa tristeza. Afirmou saber que a cultura em Leiria, nos últimos 10 anos, mudou e a sua aposta vai continuar a ser de promover os agentes culturais, o seu profissionalismo, as suas experiências, a sua formação e aquilo que é a apresentação da sua agenda cultural. Relembrou que, quando se fala em resultados alcançados, foram criados grupos de projeto que não vão desaparecer motivo pelo qual o investimento na candidatura é uma coisa e o investimento em programação é outra. Explicou terem grupos nas bibliotecas dos 26 municípios, grupos específicos na área da fotografia e do teatro, terem uma rede de museus, terem uma rede de arquivos municipais, terem um congresso que se realizou mesmo em tempo de pandemia, com a presença de D. Tolentino de



Município de Leiria Assembleia Municipal

Mendonça, uma figura ímpar da nossa cultura, congresso esse que será para manter ativo nos próximos anos. Continuou a sua intervenção dizendo que assumiram também uma liderança regional muito significativa com esta candidatura mobilizando atores culturais e políticos num território superior ao do concelho. Para além de terem feito programação, fizeram cultura com o projeto "Gentes e Lugares", mobilizando mais de 100 mil alunos em todo o território da rede, algo que nunca antes tinha sido feito. Referiu que à medida que iam preparando o projeto iam programando-o e melhorando o seu desempenho. O projeto "Horizontes 26" em que conseguiram mobilizar, identificar 67 patrimónios da região que valoriza o conhecimento sobretudo do património construído e histórico para poder ser valorizado e tornou-se mais conhecido dentro da rede. O "Museu na Aldeia", um projeto que mereceu prémios e distinções, que levou 13 museus a 3 aldeias, os museus dos diversos concelhos deslocaram-se a freguesias e aldeias de outros concelhos e fizeram a apresentação do seu museu junto de populações e público-alvo que nunca antes tinha tido esse contacto. Referiu terem feito 32 iniciativas no "Palco em Casa", em que levaram concertos profissionais, músicos profissionais a aldeias de Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande com concertos intimistas, sobretudo em população idosa. A rede de bibliotecas, com as diversas reuniões que fizeram ao longo dos últimos anos. Os roteiros imersivos com visitas ao território, o que fez com que houvesse uma ligação não só com os agentes culturais, mas também com os técnicos dos Municípios, os Vereadores, ou seja, atualmente possuem um conhecimento muito mais profundo daquilo que é a nossa cultura em termos regionais. Performances artísticas com a promoção dos lugares de encontro entre as diversas gerações. Disse que aqui coloca-se a questão "o que é que ganhámos e o que é que vai para além da Cultura?". Afirmou que hoje possuem um projeto sólido, consistente, assumiram-se como um concelho líder de uma rede que a constituiu, dinamizou e que mereceu o apoio e a confiança desses Municípios em continuar, têm mais agentes capacitados, ganharam uma projeção nacional na área da cultura assumindo-se Leiria como uma liderança a nível distrital, a nível de uma região e foi a cultura que o permitiu fazer porque noutras áreas esse objetivo não tem sido tão alcançado. Ganharam infraestruturas culturais, uma maior ligação à Europa, promoveram uma coesão de um território que vai desde Castanheira de Pêra a Arruda dos Vinhos, de Tomar à Nazaré, um território enorme, com uma diversidade típica da Europa. Afirmou que desde o início pensaram sempre que este podia ser um argumento forte questionando se haverá neste momento alguma capital europeia que não pense os problemas da hospitalidade, do acolhimento, de curar as feridas provocadas pelas guerras, pelas pandemias num território em que há países tão desenvolvidos e países tão atrasados e um bom exemplo é o da nossa região da rede cultura



argumento que pensavam ser também valioso. Disse terem um conjunto de atividades em que consideram terem saído vencedores deste modelo de trabalho e de candidatura.

Relativamente às questões do investimento explicou que quando perguntaram na reunião de Câmara quanto é que tinham gasto na candidatura disse 258.900 euros, valor que corresponde ao trabalho desenvolvido pela equipa do Paulo Lameiro, da empresa "Musicalmente" e das pessoas que redigiram a candidatura tendo sido os seus consultores na preparação. Disse que esse é o valor objetivo da candidatura, todo o resto foi trabalho da cultura. Explicou que grande parte do investimento feito ficou nos agentes culturais, nos artistas, nas empresas de som locais. O site, feito por uma empresa de Alcobaça não desapareceu e continua ativo. Afirmou que muito do investimento feito na cultura ficou na região sendo por isso natural que se tenha feito esta distinção entre aquilo que se gastou na fundação da candidatura e naquilo que foi a programação cultural, sobretudo a "Rede de Cultura" onde foram incluídos 304 mil euros de programação e de comunicação cerca de 80 mil euros, o que totaliza 642 mil euros de investimento associado a esta candidatura e "Rede Cultura".

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** passou para o "Período da Ordem do Dia", solicitando a todos o cumprimento dos tempos de intervenção a que cada grupo tem direito.

******* PERÍODO DA ORDEM DO DIA *******

Ponto 1 - Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

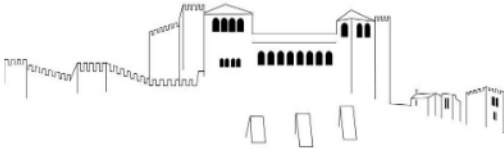
O senhor **Presidente da Câmara** referiu nada ter a acrescentar estando, no entanto, disponível para responder a questões.

Intervenção do senhor deputado **Manuel Lopes – PCP**

Transcrição:

"No período que medeia entre a anterior Sessão ordinária e a Sessão de hoje, o que marca profundamente a atividade da Câmara é, entre muitos outros que se poderia arrolar:

- *O atraso para lá do justificável com o processo de recolha de resíduos urbanos e limpeza pública.*
- *O inêxito, por responsabilidade própria, da candidatura a Capital Europeia da Cultura 2027, com apreciações do Júri que deveriam incomodar os responsáveis pelo processo.*



Município de Leiria
Assembleia Municipal

- *Os atrasos, já dilemáticos, nas obras das avenidas N. Sra. de Fátima e General Humberto Delgado.*
 - *Os atrasos na obra de remodelação do Mercado Municipal de Leiria que viram mais uma vez ser ultrapassada uma data publicamente anunciada para inauguração no início do mês que vai agora terminar.*
 - *Elementos, aqui e ali, sobre aspetos de práticas no urbanismo que nos começam a fazer chegar que causam preocupação por fazer lembrar práticas passadas de má memória. Uma matéria que vamos acompanhar com atenção.*
 - *As constantes ruturas na rede de água.*
 - *O clima de desmotivação que campeia pelos serviços municipais e que se traduziu recentemente em mais uma fuga de quadros altamente qualificados para outros municípios e entidades públicas.*
 - *O teor preocupante do Relatório da Inspeção-Geral de Finanças.*
 - *A falta de iniciativas para criação de zonas industriais.*
- O PCP, coerentemente, faz uma apreciação negativa.”*

Intervenção do senhor deputado **Manuel Azenha – BE**

Transcrição:

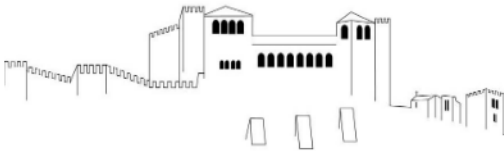
“Senhor Presidente serei mesmo, mesmo muito breve e neste período que mediou entre Assembleias aconteceu a exclusão da candidatura de Leiria, a Capital Europeia da Cultura e nem meia hora, senhor Presidente, nem meia hora e um PowerPoint bem argumentativo foi capaz de admitir um único erro na sua candidatura. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado **Luís Paulo Fernandes – CHEGA**

Transcrição:

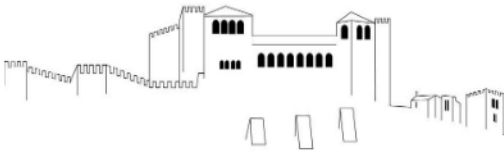
“Muito boa noite senhor Presidente, cumprimentos a todos os presentes. Boa noite a quem está online.

Na atividade municipal nos compete acompanhar e fiscalizar. Fala-se da candidatura e efetivamente há trabalho de casa dos senhores deputados de vários partidos, também da senhora deputada do PS, muito bem, e do senhor Presidente. O que importa aqui é elogiar a candidatura, todas as iniciativas, elogiar também a crítica porque a crítica é construtiva, elogiar também a crítica da comunicação social porque a comunicação social do que eu avalio também elogia quando corre bem, não é só quando corre mal e não podemos bater só na comunicação social quando corre mal fala mal. O que é certo é que a comunicação social escreveu: “...o relatório menciona candidatura à Capital Europeia da Cultura, faltam explicações e clareza...”. No entanto, a sua ligação com a estratégia não é clara. Eu escutei e esta parte ainda não tinha sido dita e creio que o erro ou lapso é simples demais. O trabalho foi bem feito, a crítica é bem feita, mas objetivamente a estratégia, a clareza com



Município de Leiria
Assembleia Municipal

que não se conseguiu transmitir o trabalho, se calhar até foi bem feito, falhámos. Portanto, está aqui, se calhar a comunicação social acertou quando abriu aspas e efetivamente faltam explicações e clareza, na minha opinião também. Quanto à atividade municipal do executivo, o que ouvimos na 1ª parte e os senhores que apresentaram o exemplo da rua e das árvores, e que o senhor Vereador explicou e bem, vai ao encontro do que eu vejo e do que eu escuto e do que se analisa nas redes sociais e com as pessoas que nos contactam. Efetivamente o senhor Vereador respondeu e bem, está identificado o problema, mas falta resolver. É isto que se passa, senhor Presidente e executivo, é isto que se está a passar no concelho de Leiria. O executivo demonstra que tem conhecimento e depois nesta Assembleia, nos documentos que todos tivemos oportunidade de consultar, verificamos que em contencioso existem ações de pessoas caírem em buracos abertos, mas não dá para rir, dá para indemnizar. Compete à empresa que está a abrir ou a fazer manutenção não ter os buracos abertos, mas vai competir ao senhor Presidente da Câmara responder por essa responsabilidade também. Portanto, há muito contrato público, há muita adjudicação que não é levada com o devido rigor e é o problema que temos em Leiria neste momento em que estão identificados problemas, mas não há ação e o senhor Vereador demonstrou conhecimento, os senhores demonstraram a preocupação, fala-se em segurança e depois estamos sujeitos como todos a avaliar ações em tribunal e a a Câmara Municipal a indemnizar também. Portanto, esta é a minha opinião. Fiscalizando esta Assembleia a Câmara Municipal deve-se preocupar com estes processos, com estes problemas que são trazidos e resolvê-los imediatamente porque efetivamente há inúmeras queixas de buracos nas estradas, passeios com altos e baixos, as pessoas queixam-se e se o executivo, como se provou hoje, tem identificado os problemas, os problemas têm que ser resolvidos imediatamente porque se o muro está perigoso tem que ser resolvido. Outra das situações que me compete acompanhar e que a partir desta data farei um acompanhamento mais exaustivo, representando este partido, é os concursos públicos e as adjudicações diretas porque, efetivamente, temos que trabalhar no sentido de ser mais objetivos, produtivos e que haja sucesso no resultado. E o que se tem passado é que não é só a candidatura que traz prejuízos ou que se gastou imenso dinheiro. O que vimos, e também foi notícia a nível nacional, é que efetivamente de dezembro para cá a atividade municipal com os eventos de Natal, as adjudicações senhor Presidente são diretas, é dos Municípios que mais dinheiro gastou e vou-lhe dizer já estou disponível para aconselhar também. São adjudicações diretas que levam a custos elevados, quando não temos adjudicações diretas temos concursos públicos onde não existe conhecimento e depois viu-se e bem, como falou o senhor deputado, o mercado ninguém sabe quando é que vai abrir, o senhor Presidente deve-se recordar, eu ainda não era deputado nesta Assembleia, e indicou, informou os



Município de Leiria
Assembleia Municipal

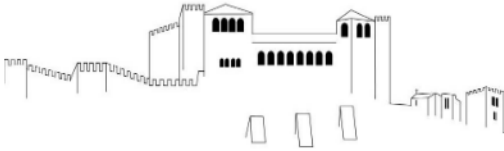
prazos de quando ia abrir. O que é certo é que eu não sei quando é que vai abrir nem as pessoas que falam comigo sabem quando é que vai abrir. Portanto, é preciso rigor, é preciso rever toda a política de contratação pública, de adjudicação direta para que efetivamente se possa produzir melhores resultados. Para já é só. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Sobre a questão relacionada com o muro disse ser engraçado ninguém dizer se na sua opinião cortava as árvores ou não, ou seja, quem possui o poder de decisão é que tem de o fazer. Dirigindo-se à plateia afirmou que se as árvores estivessem em risco já estavam cortadas. Disse ainda que como todos ouviram, a explicação não é só o muro é também a caruma que cai no chão. Referiu que relativamente a esta questão da clareza de decisão, como devem imaginar, um autarca toma *decisões todos os dias e o momento da tomada de decisão é muito importante* porque uma má decisão precipitada pode comprometer muitas coisas, ou seja, têm de possuir uma grande capacidade de avaliação. Garantiu ainda que se algum dia tiver em risco alguma situação serão os primeiros a abater as árvores. Explicou que enquanto se está num processo negocial deve-se respeitar a opinião das pessoas, mas também têm de acreditar nos serviços das Câmaras e das pessoas que gerem a Câmara. Afirmou estarem ainda num processo em se está a tentar salvar as árvores recuando o muro, ou seja, estão num processo negocial. Disse que às vezes as coisas não são brancas nem são pretas, mas cinzentas.

Relativamente às datas do mercado municipal explicou que o mercado municipal, assim como outras obras, não só as municipais, sofrem atraso em obras, falta de mão de obra, falta de matéria-prima. Disse ser algo que não é só na Câmara de Leiria e na obra do mercado municipal. Continuou dizendo que, felizmente, o mercado transitório que está a ser usado foi uma excelente opção, os operadores estão satisfeitos com a solução. A pressão de transferência para o outro lado causa alguma ansiedade, mas as pessoas estão satisfeitas no sítio onde estão nos últimos anos enquanto decorre a obra algo que os deixa de certa maneira tranquilos relativamente à data para a sua transição. Informou que a data prevista para a abertura será o 4 de junho, data que foi hoje acertada entre todos os intervenientes nomeadamente a Câmara, o construtor, os arranjos exteriores e também os próprios operadores que têm que montar os talhos, as suas bancas, os seus cafés, as suas mercearias, ou seja, todas aquelas lojas também precisam de ser apetrechadas, precisam de montar iluminação, chão, mobiliário, etc.

Sobre a questão do gastar e dos ajustes diretos disse que terá oportunidade de explicar nas contas de 2021, onde têm e continuam a ter contas certas e seguras, que a Câmara tem e continua a ter um orçamento de rigor e transparência no que diz respeito à execução do seu orçamento e por isso, os ajustes diretos que são feitos é quando existe cabimento



Município de Leiria Assembleia Municipal

legal para os fazer. Referiu ainda que existem contratações que caem dentro de uma consulta, quando é possível fazer ajustes diretos fazem-se ajustes diretos, a maioria das vezes o maior volume de contratação que temos são concursos públicos e a maioria são concursos públicos internacionais, não há empreitadas de grande montante que não seja concurso público. Desejou que houvesse sim pessoas a concorrer aos concursos público pois alguns correm o risco de ficarem vazios.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** passou à apresentação do ponto n.º 2 pois o ponto n.º 1 não carece de votação.

Ponto 2 – Prestação de Contas:

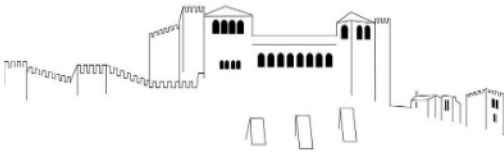
Ponto 2.1 - Relatório e Contas do Município de Leiria referente ao ano de 2021

- Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deixou uma reflexão sobre a possibilidade de em sessões futuras os pontos poderem vir a ser discutidos na sua totalidade e depois serem votados individualmente.

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

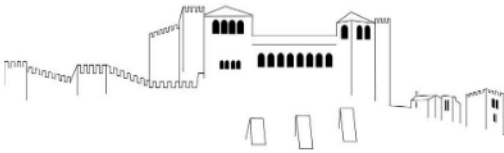
Começou por dizer que no essencial o orçamento, as contas de 2021 têm como principal novidade relativamente aos anos anteriores a introdução da delegação de competências na educação que transforma o orçamento quer na área da despesa, quer na área da receita, ou seja, está-se falar de uma nova competência, que faz com que Câmara de Leiria receba cerca de 450 funcionários com o impacto na despesa de pessoal, mas também na despesa das outras atividades que têm (AEC's, responsabilidade dos prolongamentos, etc.) e para compensar essa competência têm na área da receita aproximadamente 9 milhões de euros sendo essa a grande transformação do orçamento, ele sobe na área da receita e despesa essencialmente devido a essa dimensão da educação. Continuou dizendo que por outro lado verifica-se que há um crescimento da despesa corrente muito explicado, primeiro pela questão do aumento da despesa com pessoal pelos motivos que referiu, mas também por um aumento resultante da inflação que já se fazia sentir em 2021 da crise das matérias-primas e da inflação com reflexo naquilo que são os orçamentos municipais das empresas e das famílias acompanhado também por um aumento de uma despesa, que consideram extraordinária, na área do combate à pandemia com um valor aproximado de 2 milhões de euros que inclui não só aquisição de serviços, mas também muito apoio à economia, apoio social, apoio às associações, etc. Disse ter sido um ano onde desviaram uma parte significativa do dinheiro disponível para um ano onde pensariam que a pandemia já estaria ultrapassada



Município de Leiria Assembleia Municipal

o que fez com que tivessem de voltar a investir como tinham feito em 2020 sendo esse também um outro fator relevante no orçamento. Por outro lado, disse ser o ano em que têm uma das maiores taxas de execução em termos de obra, continuam a ter um grau de execução da despesa de capital, da obra relativamente baixa que há-de continuar assim pois por mais que se esforce no máximo dos máximos pode-se chegar aos 40 milhões de euros de investimento por ano em que este ano alcançaram os 36 milhões, valor muito melhor do que o do ano anterior, mas tudo indica que o ritmo se mantenha ou que fique ainda mais lento em virtude do aumento dos preços, da falta de mão de obra sendo natural que haja uma dificuldade em cumprir com o programa de investimentos do Município. Dentro desse investimento sublinhou a concretização do investimento na área cultural, em especial a requalificação do Castelo, do núcleo muralhado, dos elevadores, que ainda não está concluído, da igreja da Pena, da igreja de São Pedro Santo, onde ainda falta o arranjo do largo. Referiu ser um investimento notável que vai ficar para a história do Castelo e não para a história da Câmara porque era sua obrigação fazê-lo, mas que algum dia tinha que ser feito para garantir a segurança, o conforto e a acessibilidade a um monumento tão importante para os Leirienses. Disse ainda que esse investimento está cumprido e depois desse existem outros investimentos que pretendem fazer. Ainda no ano de 2021 existem as obras na avenida Nossa Senhora de Fátima e na avenida Humberto Delgado, as tais obras que têm o desconforto de ser no centro da cidade e com as dificuldades que houve em gerir as mesmas. Referiu também o investimento em vias nas freguesias dando como exemplos as obras no santuário dos Milagres, em Monte Real, com a estrada de Leiria, etc. Continuou a sua intervenção dizendo que mantiveram o volume de investimento nos lotes de pavimentação anual, cerca de 4,5 milhões de euros, e amortizaram também, mais uma vez, a dívida bancária na ordem dos 3,5 milhões de euros. Explicou que dentro daquilo que são os 36 milhões de euros gastos em 2021 há uma parte que é mais ou menos fixa que é o pagamento das transferências para as freguesias, que aumentou. Reconheceu que injetar dinheiro nas freguesias é mais rápido para executarem os trabalhos e assim sabem que aquele dinheiro é executado. Por esse motivo vão manter as transferências para as freguesias e para o associativismo na ordem dos 9 milhões, pagamento da dívida bancária, 3,5 milhões de euros, os lotes de pavimentos mantêm os 4 milhões de euros de investimento, ou seja, dos 36 milhões habituais que é possível gastar uma parte significativa tem sido para essas atividades e depois pontuam com as obras que estão no plano.

Antecipando-se àquilo que provavelmente seria referido por alguns deputados, relativamente ao fato de não existir estratégia para o futuro e não conseguirem fazer



Município de Leiria Assembleia Municipal

nada, referiu que assim como há o exercício da tomada de decisão de cortar as árvores ou arranjar o muro deviam efetuar o mesmo fazendo as contas e verificarem quanto é que sobra incluindo também os valores que têm vindo a reclamar ao longo dos últimos anos. Somando tudo vêm quantos milhões são necessários para fazer essa obra, retiram aquilo que é habitual gastar, que é pagar 3,5 milhões de euros de dívida à banca, continuar a investir nos pavimentos, continuar a transferir para as juntas, verificam quanto é que sobra e quantos anos é que levaria a fazer as obras que tantas vezes, quer na Assembleia, quer na reunião de Câmara, reclamam. Afirmou que a questão não está só em tomar decisões, mas sim em não comprometer as finanças futuras do Município, motivo pelo qual mantêm a sua estratégia de continuar a ter contas certas com o aumento da despesa corrente, despesa essa aqui muitas vezes diabolizada pelos mesmos que reclamam que as estradas, as ruas têm que estar limpas com a SUMA, com mais caixotes de lixo da Valorlis, que é necessário fazer reparações nos buracos das estradas, nos passeios, nos edifícios, nos jardins, na reposição de passadeiras, etc. Afirmou que tudo isso é despesa corrente e é cada vez maior porque os anos vão passando e muitos equipamentos, nomeadamente os edifícios, precisam de obras muito elevadas. Apesar disso têm conseguido manter os equipamentos relativamente atualizados com muita ajuda, não só dos serviços camarários, mas também de empresas que contratam e também das juntas de freguesia, nomeadamente no parque escolar. Reconheceu ser impossível manter o parque escolar como está e hoje podem dizer que ao fim de 12 anos em que estão na Câmara têm escolas muito melhores do que quando chegaram assim como estradas. Concluiu dizendo ser esta um pouco a imagem das contas de 2021 transcrita na intervenção que fez.

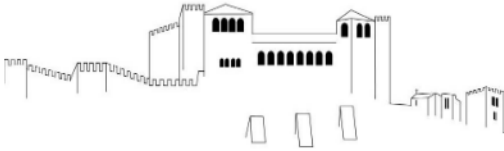
Intervenção do senhor deputado **Fábio Bernardino – PSD**

Transcrição:

"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, permita que na sua pessoa cumprimente todos os presentes nesta assembleia e todos que assistem a esta sessão online.

Relativamente ao assunto da prestação de contas o grupo do PSD não pode deixar de levantar algumas questões e alertas e voltar a trazer à discussão alguns pontos que já referiu no passado, nomeadamente a questão das despesas correntes que contabilizam 61% do total da despesa (o que significa um aumento de 34% em relação ao ano anterior).

No que diz respeito às despesas correntes, verificamos que o gasto com pessoal continua a ter um enorme peso totalizando praticamente metade do valor total.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

A despesa para investimento é de apenas 35%, o que se traduz na falta de investimento em infraestruturas, muitas delas tão necessárias para a população.

Praticamente 37% do valor orçamentado não foi executado (corresponde a cerca de 40 milhões) o que também demonstra a falta de compromisso com o que foi realmente apresentado, ou seja, orçamenta-se muito, mas realiza-se pouco.

E no seguimento deste ponto, outra questão é o elevado peso dos impostos e taxas. E neste ponto, como já referi anteriormente, se a fatia para investimento é tão diminuta e a taxa de execução igualmente diminuta qual a necessidade de cobrar impostos tão altos? Se não é para investir no bem-estar das populações ao menos que esse dinheiro fique no bolso dos mesmos e não no bolso da Câmara Municipal que não faz nada com ele.

Destaque ainda para a ausência de um sistema de contabilidade de gestão, que claramente fere a transparência das demonstrações financeiras aqui trazidas à Assembleia Municipal, pois existem claras lacunas na mensuração e divulgação dos bens de domínio público e privado, dos ativos tangíveis, bem como imóveis cedidos e informação detalhada sobre ativos de concessão, aliás falhas que o próprio auditor também aponta.

Tenho dito, obrigado.”

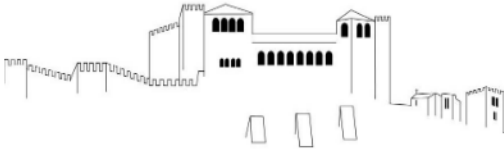
Intervenção da senhora deputada Telma Curado – PS

Transcrição:

"Boa noite a todos. Telma Curado, PS.

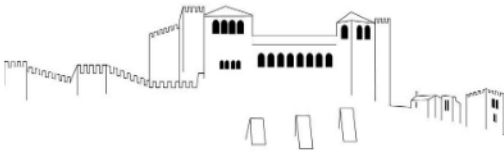
Começo por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal e em si todos os presentes.

À semelhança dos anos anteriores, o Relatório e Contas do Município relativamente ao ano de 2021 é revelador de uma política de transparência alinhada com os princípios de full disclosure que é evidenciada nas notas detalhadas e nas explicações às peças financeiras como se pretende no que ao tratamento de apresentação das contas públicas diz respeito. Este foi o 2º ano da aplicação do sistema de normalização contabilística para a administração pública e tudo o que não foi ainda passível de implementação no 1º ano de adoção do sistema de normalização contabilística AP continua a ser objeto de divulgação e, acima de tudo, contínua resolução pelos serviços financeiros do Município, independentemente da sua relevância material. De forma sucinta gostaria de começar pelo fim e por isso comentar as reservas que qualificaram para a opinião emitida. Sobre estas importa esclarecer o seguinte, o levantamento dos bens do domínio público e privado e de ativos fixos tangíveis do Município, incluindo imóveis cedidos, foi adjudicado a uma empresa da especialidade tendo este processo ficado por concluir no ano de 2021,



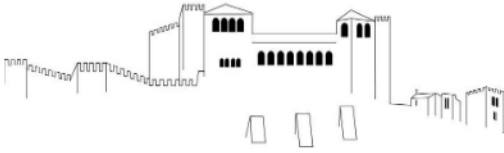
Município de Leiria
Assembleia Municipal

como se pretendia em face da necessidade de entrega de elementos extensos sobre a universalidade de bens em causa à dita empresa que necessita de comentar o processo de forma intensiva, de facto, veio prejudicado pelo período pandémico. No entanto, cabe salientar que o DL nº 192/2015, na sua atual versão, que aprovou o Essencia AP, não estabeleceu o período de transição na implementação do Essencia AP, mas apenas a data de início de aplicação do novo referencial e a relevação contabilística do impacto, assim como as regras de aplicação supletiva ou integração de lacunas que possam existir. Neste seguimento importa evidenciar que é admissível que situações de maior complexidade devidamente fundamentadas e divulgadas exijam um período mais alargado para a completa adoção do novo referencial, o que se encontra integralmente cumprido. Acresce que este processo será concluído no decorrer de 2022 com o objetivo de permitir o levantamento da reserva em causa. Neste 2º ano de sujeição ao novo referencial contabilístico é divulgado nas contas que os requisitos recomendados pela NCP 4 e NCP 5 ainda não se encontram integralmente aplicados. No que respeita à NCP 4, acordos de concessão de serviços, cumpre referenciar a renovação do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica do Município pelo período de 20 anos. Isto atribui à entidade concessionária os poderes de gestão e de exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica durante o prazo de concessão. Fazem parte deste universo as redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e as redes de iluminação pública, linhas, ramais e pontos de chegada bem como os aparelhos e acessórios conexos e os postos de transformação que alimentam as referidas redes. A competência para a gestão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão é do concessionário sendo os bens e as infraestruturas propriedade da autarquia pelo que devem ser objeto de contabilização dos seus ativos fixos tangíveis. No que respeita à concessionária, a mesma possui o direito de utilização dos bens e equipamentos sendo o direito desta concessão registado como um ativo fixo intangível nas suas contas devendo a mesma efetuar a amortização dos equipamentos abrangidos pela concessão, pela duração da mesma e não pelo período de vida útil dos equipamentos. Confrontada a entidade concessionária pelos vários municípios no âmbito dos respetivos contratos de concessão e da mesma forma pelo Município de Leiria concluiu-se no final de 2001 que após análise ocorrem possibilidades de efetuar o respetivo tratamento contabilístico não permitindo aferir a contabilização do contrato no seu todo, quer no que respeita aos ativos fixos tangíveis em curso ou não, às amortizações e ao valor do rendimento atribuído à concessão. Considerando o descrito na NPC 5, um bem de ativo fixo tangível deve ser reconhecido como ativo se e apenas se o custo ou o justo valor puder ser mensurado com fiabilidade pelo que se entende que não estão reunidas as condições

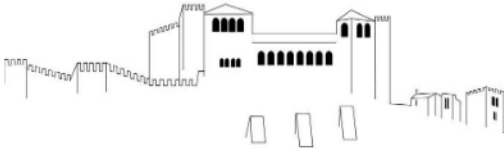


Município de Leiria
Assembleia Municipal

para a contabilização dos valores associados a esta concessão. Tais aspetos encontram-se adequadamente relatados e descritos nas notas 1 e 4 do anexo às contas pelo que relativamente aos contratos de concessão de serviços no âmbito da NCP 4, relativamente aos quais o Município não obteve dos concessionários a informação detalhada sobre os ativos de concessão, levam a que não estejam reunidas as condições necessárias que permitam proceder com rigor e fiabilidade ao cadastro dos ativos de concessão e à sua respetiva mensuração e valorização, conforme preconiza a NCP 5, não se podendo, portanto, concluir sobre o eventual impacto desta matéria nas demonstrações financeiras. Relativamente ao registo contabilístico dos montantes relativos aos acordos de colaboração e os contratos interadministrativos relacionados com o complemento de apoio à família, alimentação do pré-escolar e do 1º ciclo que deveriam ter sido registados na rubrica transferências e subsídios concedidos cumpre esclarecer que o tema retroage à vários anos e que revela a necessidade de mera reclassificação contabilística a efetuar no decorrer do ano de 2022 por em tempo útil não ter sido possível obter o devido esclarecimento da Comissão de Normalização Contabilística. Saliente-se, no entanto, que esta realidade na sua componente orçamental se encontra adequadamente registada sendo que na componente financeira deve ser efetuada uma reclassificação da conta de fornecimentos e serviços externos para a conta de transferências e subsídios concedidos. Da situação atual não decorre qualquer contingência fiscal. Posto isto, gostaria apenas de referir algumas das variações mais significativas evidenciadas nas contas de 2021. No que concerne ao total da despesa, a mesma ascende a 189 milhões de euros, tendo registado um aumento de cerca de 27% relativamente ao ano de 2020. Este aumento global resultou de um aumento de cerca de 34% nas despesas correntes explicado em grande parte pela transferência de competências na área da educação e também fruto do reconhecido combate à covid 19 assim como do aumento em cerca de 19% das despesas de capital. A taxa de execução da despesa corrente ascendeu a 78%, o que evidencia um aumento de 14% face ao ano de 2020 que por razões óbvias foi paralisante. Gostaria de salientar que do total da despesa corrente as despesas com maior peso dizem respeito às seguintes funções: educação, remoção e tratamento de resíduos sólidos, higiene pública, cultura, ação social e desporto, o que evidencia a colocação em prática da estratégia de incremento e manutenção de uma cidade atrativa e cativante do ponto de vista da vivência e usufruto pelos seus munícipes. O aumento da despesa com pessoal em 48% decorre do aumento do número de trabalhadores de 712 para 1158 que encontra explicação na transferência de competências na área da educação já mencionada e o aumento das outras transferências correntes decorre das transferências para as diversas coletividades e associações de índole cultural, social,



desportivo, académico etnográfico etc. No aumento da despesa de capital em 19% face a 2020 destaca-se o investimento com maior peso relativamente às funções de transportes e comunicações, transferências entre administrações, portanto transferências para as freguesias de natureza relacionada com investimento com vista à prossecução da atribuição de meios de médio longo prazo às juntas de freguesia numa contínua aplicação do modelo de descentralização pretendido, o desporto, a cultura e os mercados e feiras. A taxa de execução da despesa de capital ascendeu a 54%, o que evidencia um aumento de 4% face ao período homólogo não obstante as limitações pandémicas. Relativamente à receita total que apresenta uma estrutura de 60% de receitas correntes, 7% de receitas de capital sendo o saldo de gerência transitado representativo 33% a mesma evidencia um aumento de 12% face aos valores de 2020 explicado pelo aumento da receita corrente em cerca de 16% maioritariamente explicado pelas transferências relativas à educação e pelo aumento da receita de capital também de cerca de 16%. Do ponto de vista económico o total de rendimentos de 2021 aumentou face ao período homólogo em cerca de 30% acompanhado por um aumento global dos gastos de 21%. O resultado evidencia um aumento face ao período homólogo de cerca de 6,6 milhões de euros explicado essencialmente pela rubrica "transferências e subsídios correntes obtidos", receitas provenientes de transferência de competências da educação assim como pela reversão de provisões derivada da reapreciação jurídica sobre os processos judiciais em curso que resultaram numa reversão de cerca de 3 milhões de euros assim como da rubrica "impostos, contribuições e taxas" explicada maioritariamente pela receita advinda do IMT. O aumento do valor dos gastos tem por base maioritariamente as variações positivas das rubricas de fornecimentos e serviços externos, combate à pandemia de covid 19, gastos com pessoal, quase integralmente explicada pelas transferências de competências da educação e parcialmente com o ingresso de novos trabalhadores previsto no plano de recrutamento para 2021, com especial destaque à contratação de recursos para os estabelecimentos de ensino e com transferências e subsídios concedidos às juntas de freguesia, assim como a associações culturais, recreativas, desportivas e de carácter social. Globalmente, o diferencial entre a receita e a despesa corrente é canalizado para investimento que adiciona ao efetuado por via da despesa de capital, o que explica o aumento deste em cerca de 20% face ao ano passado. O Município respeita o princípio do equilíbrio orçamental e evidenciou uma redução significativa da dívida, cerca de 16%, face ao ano anterior mantendo os prazos médios de pagamento e o nível de fundos disponíveis com vista ao cumprimento da lei dos compromissos e pagamentos em atraso e contribuindo tudo isto para uma capacidade negocial junto dos seus fornecedores excepcional. Muito obrigada."



Intervenção do senhor deputado Manuel Lopes – PCP

Transcrição:

"Continua a incapacidade de dar o devido e atempado uso aos enormes recursos financeiros disponíveis. O saldo ficou ainda assim próximo dos 41 milhões de euros.

Um saldo tão elevado, desproporcionado, que supera em mais de 29% a despesa do Plano Plurianual de Investimentos, tem, como o PCP repetidamente afirma, como reverso o défice de intervenção municipal em aspetos fundamentais, seja de investimento, manutenção e conservação, intervenção cultural ou apoio ao movimento associativo e a agentes culturais, desportivos e sociais diversos.

Uma massa enorme de dinheiro que representa investimento e reabilitação de infraestruturas que ficou por fazer mais um ano, o que vai agravar ainda mais o estado geral das infraestruturas e o atraso relativo de Leiria perante outros concelhos.

As Opções do Plano foram cumpridas apenas em 62% e o Plano Plurianual de Investimentos teve um grau de cumprimento abaixo dos 50%.

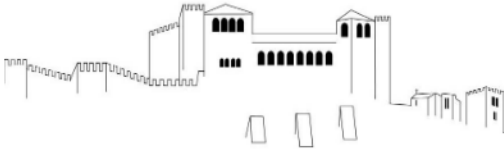
As transferências de competências em vários domínios, designadamente na Educação, já se fazem sentir na Receita e na Despesa. A ver vamos futuramente os impactos que terá verdadeiramente na capacidade de dar a resposta necessária nas áreas de intervenção municipal consagradas pela lei aos municípios.

Continuamos a assistir, de acordo com a nossa análise, a uma gestão pouco cuidada, sem coerência, com prioridades de intervenção criticáveis, com métodos e procedimentos de que claramente nos afastamos. Esta é uma maioria que usa e abusa da propaganda para criar uma realidade virtual e assim criar um mundo de ilusão, que um dia se fina.

A falta de capacidade de realizar obra, levou mais uma vez a que não fosse possível receber as verbas do FEDER que estava previsto. Quantos milhões de euros não pudemos arrecadar em 2021? Quantas coisas necessárias, e até prementes, não ficaram por fazer?

Além daquilo que nos é possível alcançar, a Inspeção-Geral de Finanças, no Relatório que à frente vamos analisar relativo ao ano de 2018, abarca e faz luz sobre questões que nada nos garante que não continuem a existir nas várias áreas da gestão financeira. Quem garante que as «Violações do «dever de fundamentação das decisões/deliberações dos órgãos autárquicos em matéria de autorização da realização da despesa face às suas atribuições e competências» não continuam?

Quem garante que já não há razões para falar em soluções sem «qualquer suporte legal.»



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Quem nos garante que a «Inobservância, em termos temporais, do princípio da especialização ou do acréscimo» não continua a ser prática corrente?

Quem pode garantir que a informação orçamental e financeira do Município de Leiria já é fiável por não apresentar «incorreções significativas»?

As várias reservas do auditor externo e o cuidado colocado na linguagem não são o melhor augúrio. Por isso nós temos as nossas próprias reservas.

A isto some-se a triste sina da candidatura a Capital Europeia da Cultura, que, a fazer fé no que saiu na comunicação social, foi de uma evidente fragilidade, mas para a qual foram alocadas e gastas centenas de milhares de euros. Costuma acontecer muito quando se põe o carro à frente dos bois.

Como noutros anos, voltamos a afirmar que a Câmara PS não está à altura da responsabilidade que lhe foi conferida, esbanja oportunidades, prejudica o desenvolvimento do concelho e não promove a qualidade de vida da população ao ritmo e com a amplitude necessários.

A apreciação que fazemos à gestão municipal de 2021 é negativa.”

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado – CHEGA

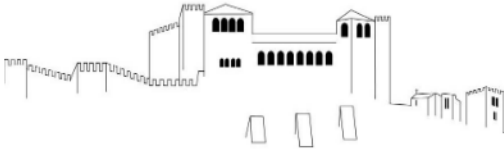
Transcrição:

“Boa noite, novamente.

Sem ovos não se fazem omeletes. O que é que quero dizer com isto? É que a Administração Central parece querer realmente, este Município em particular, faça omeletes sem ovos, ou seja, aquilo que é o peso bruto, peso brutal da despesa corrente nas contas do Município prende-se em larga medida com aquilo que são as transferências de competências e entenda-se que não somos contra as transferências de competências, mas não basta transferir as competências é preciso também transferir os meios, ou seja, transferir as obrigações e transferir também o dinheiro por assim dizer e são manifestamente escassos os meios transferidos pela Administração Central para aquilo que são as novas exigências dos municípios fruto destas transferências de competências e o que é que isto faz? Desde logo um estrangulamento do Município que fica preso nele próprio e para fazer face a ele próprio com reflexos diretos no investimento. Por outro lado, fica também dependente daquilo que são os impostos, nomeadamente o IMI, para fazer face a esta lacuna resultante da falta de meios que não acompanha a transferência de competências e as obrigações cada vez maiores a que o Município tem de fazer face. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha – BE

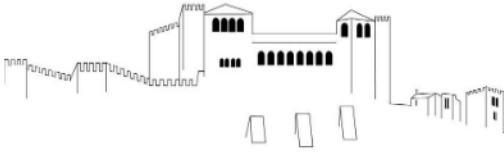
Transcrição:



Município de Leiria
Assembleia Municipal

"Senhor Presidente, da análise das contas apresentadas referentes a 2021 não tenho nada a acrescentar ao que foi dito. O Município tem fraca capacidade de execução, não faz obra e se não faz obra aforra, ou seja, a política de contas certas e de saúde orçamental do Município não é mais do que a falta de investimento e prorrogação de obras já orçamentadas. Contudo, há neste relatório uma situação que eu gostaria de salientar e de chamar a atenção desta Assembleia que são as participações societárias do Município. O Município tem participações, para além de outras, em sete grandes empresas, a saber: Lusitaniagás, Muncípiã, Mapicentro, Águas do Centro Litoral, Valorlis, Fundação Escola Profissional de Leiria e StartUp Leiria. As participações são compreensivas e na sua maioria diminutas, contudo temos aqui uma que deve merecer a atenção desta Assembleia Municipal, a associação Startup Leiria onde o Município tem uma participação de 25,13%. Esta associação nasceu em 2018, era relativamente pequena e tinha como associados o Município, o IPL e o Nerlei e sete entidades privadas. Em 2020 a associação fundiu-se com a incubadora de Leiria sendo que após fusão apresentava já de capitais próprios mais de 920 mil euros. Neste momento, e de acordo com o que constatei, a Startup Leiria tem 26 entidades associadas entre as quais a Movicortes, Lusiaves, DRT, Cafés Delta, La Redoute e Novobanco. Trata-se de uma associação ligada ao empreendedorismo que já faz parte da rede de centros de inovação e negócios e ao que tudo indica vai ocupar parte substancial do Centro Empresarial de Leiria que irá nascer no topo norte do estádio. É assim uma associação em franca expansão, facto com o qual nos congratulamos. Contudo, esta ascensão da associação que é participada, como disse, pelo Município de 25,13%, que em 2020 apresentava capitais de mais de 900 mil euros e que já soma mais de 26 associados, alguns dos quais grandes empresas e até um banco, deverá merecer uma atenção especial por parte desta Assembleia. Assim, senhor Presidente, faço questão de aqui referir, nada me move, porque às vezes deve ser defeito meu, devo-me explicar mal, e o senhor Presidente vê críticas onde não existem ou então já traz as respostas tão bem preparadas no Powerpoint que, independentemente do que se disser, responde. Nada me move contra a Startup Leiria, bem pelo contrário, é uma empresa, é uma associação em expansão que deve merecer o apoio de todos, contudo, a sua dimensão começa a necessitar de uma atenção por parte desta Assembleia como órgão fiscalizador e por isso, senhor Presidente, peço que traga também a esta Assembleia, como já lhe solicitei várias vezes relativamente a Comunidade Intermunicipal, o orçamento, o relatório de contas e de atividades da nossa participação na Startup para que possamos exercer assim cabalmente a nossa função de fiscalização, e é tão só."

Intervenção do senhor deputado Dário Joaquim – CDS-PP



Transcrição:

"Ora então boa noite uma vez mais.

Cumprimentar o senhor Presidente e na sua pessoa todos os presentes.

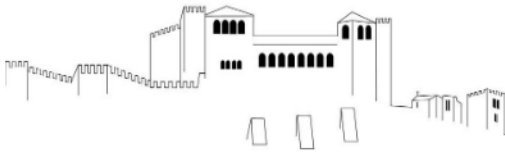
Bom, eu se calhar começava por lisonjear a tentativa de futurologia da parte do senhor Presidente da Câmara ao tentar adivinhar as hipotéticas intervenções dos deputados aqui presentes, pelo menos no meu caso não acertou e se calhar, surpreendentemente, venho aqui para falar bem do relatório de contas e de um ponto muito em concreto referenciado também pelo senhor Presidente que é as transferências para as juntas de freguesia. Efetivamente, o melhor reparo que eu posso fazer é que em 2021 aumentámos essas mesmas verbas independentemente de ter sido um ano eleitoral ou não, damos isso de barato, aumentámos e é reconhecido pelo senhor Presidente que efetivamente nas juntas de freguesia há capacidade de executar obra, portanto, transferir dinheiro para as juntas é um benefício para os munícipes. O único reparo que eu quero aqui deixar e desde logo porque deu para entender, pelo aquilo que o senhor Presidente também nos transmitiu, é que efetivamente em 2022 isso não se confirma ou pelo menos não está previsto confirmar e ao reconhecermos que é nas juntas onde temos melhor capacidade de execução porque é que não aumentámos as verbas? Deixo este reparo sendo que não poderia eixar obviamente de deixar esta nota que se não transferimos e não damos o dinheiro às juntas de freguesia e decidimos efetivamente ficar com ele em carteira quer dizer efetivamente alguma coisa. Disse."

Intervenção do senhor deputado **Manuel Cruz – PS**

Transcrição:

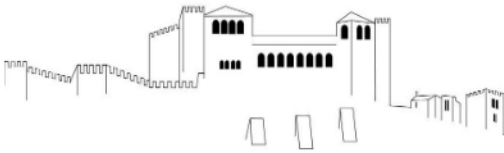
"Senhor Presidente, ao cumprimentá-lo cumprimento todos os presentes e todos os que estão nas vias digitais também a seguir-nos.

A análise e aprovação das contas é um exercício de confrontação entre um plano estratégico apresentado no passado a realizar num futuro relativamente a esse passado. As previsões foram efetuadas com base em determinada realidade, envolvimento económico, ambiental e social projetada para um futuro imprevisto. A realidade de 20/21 foi tudo o que não foi possível prever. Os planos estratégicos tiveram que ser readaptados, refeitos e as prioridades reclassificadas. Procurar analisar a prestação de contas de 20/21 é necessário ter memória e consciência da gravidade vivida. Congelamento de vidas, privação de liberdades a que fomos obrigados, a impossibilidade de realizar o que se havia projetado. Vivemos na proximidade do caos. Falar de normalidade é não ter consciência do que é gerir uma autarquia nos tempos atuais cuja ambição principal é cuidar em 1º lugar das pessoas, fazer ou não fazer obras. Nos últimos 2 anos o desenvolvimento pandémico além de obrigar a novas estratégias tendo



Município de Leiria Assembleia Municipal

como prioridade a proteção e bem-estar da população obrigou a colocar em 2º plano os investimentos previstos. As circunstâncias obrigaram a rever os planos. O investimento em obras tem que ter por base a realidade presente, os seus condicionalismos e uma visão de futuro. É fundamental investir sim, mas em autoestradas do conhecimento, da cultura, do bem-estar em vez de obras grandiosas que, após 20 anos, ainda andamos a descobrir para que servem e que utilidade lhe dar, isto após terem depauperado os cofres do Município. As cidades mais atrativas são porque são reconhecidas pela sua cultura, história e não por obras sem significado para o momento em que as pessoas mais precisam de apoio. Afinal é essa a prioridade, a razão de existência das autarquias, cuidar das pessoas e do seu bem-estar. Sim, a Câmara investiu em cultura, uma cidade sem cultura não tem identidade, a identidade é algo intrínseco a uma região, não replicável o que a torna única e que atrai por ser única. Uma região sem identidade até pode ser uma potência económica, mas não passa de um anão político. Sem identidade não tem referências nem peso político. A oferta cultural não só atrai turistas, mas também não é esse o objetivo principal. O turismo é importante para o desenvolvimento económico da nossa região, é atraído pela identidade cultural que é muito mais cultura. Cultura não são só espetáculos, é toda a envolvência tangível e intangível de uma cidade e de uma região, atrai empresas, principalmente apostados em novas tecnologias, atrai competências, as pessoas são atraídas pelo ambiente cultural, atrai estudantes que, terminados os estudos, são uma mais-valia para o desenvolvimento económico da região, atrai pessoas altamente qualificadas com competências capazes de criar e alavancar o futuro da nossa região, o investimento em cultura é fundamental para o desenvolvimento económico e social e bem-estar das populações, é um fator incrementador da qualidade de vida. Quando falamos em despesa corrente de uma forma crescente, mas não queremos que seja o Município, que está mais perto do cidadão, a administrar os serviços que este precisa, saúde, ensino, apoio à infância e 3ª idade transportes, higiene, manutenção, espaços e vias. Todos estes serviços ou maior parte deles foram assumidos como novas competências das Câmaras. Estas novas competências certamente que vêm acompanhadas pelos pacotes de transferência não só financeiros, mas também com os respetivos custos e serviços. É natural que as despesas correntes tenham cada vez mais peso relativo no orçamento da Câmara, mas é isso mesmo que torna a Câmara mais perto do cidadão, que lhe dá segurança a pertencer a uma região que o tem em 1º lugar ou então falamos dos saldos dos recursos disponíveis ou dos saldos de caixa. Esquecemos que o ambiente económico hoje é volátil com comportamentos imprevistos. Com uma despesa de 55 milhões de euros o governo do Município, por segurança, deverá seguir uma estratégia de manter reservas para



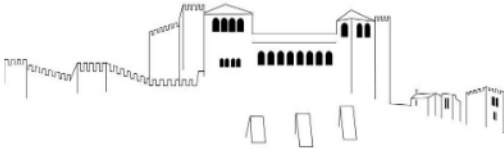
Município de Leiria
Assembleia Municipal

fazer face a estes custos para 4 a 6 meses. Por outro lado, os novos fundos comunitários obrigam a reservas financeiras para ter acesso a esses fundos. Podemos aceitar ou não, ou podemos aceitar a opinião que o saldo de 40 milhões de euros seja um pouco alto, mas não concordamos com tal. Os dois últimos anos foram tudo menos previsíveis e o Município só conseguiu responder bem porque tinha reservas financeiras suficientes para tal, caso contrário estaríamos aqui hoje a criticar os responsáveis da gestão da Câmara por não serem parcimoniosos e não terem acautelado o futuro. Os próximos tempos parecem ainda mais imprevisíveis que os 2 anos anteriores, uma pandemia que tenta resistir, uma guerra dentro da Europa vivemos em mercado totalmente desregulado, anárquico economicamente onde os preços sobem todos os dias e com a agravante da disrupção das cadeias de produção e de fornecimento e quando olhamos para o nosso supermercado até vemos que os bens essenciais já começam a faltar. Ter uma reserva de tesouraria que vá um pouco além do qual seria normal é fundamental e é inteligente. Voltando à apresentação de contas, pelo trabalho efetuado tendo como prioridade as pessoas e o seu bem-estar, porque estão a ser prudentes e porque estão a garantir a continuidade dos serviços essenciais, porque estão a colocar a nossa região como referência da atratividade, porque estão a criar condições de desenvolvimento económico social e bem-estar dos munícipes concluímos que o Município e os seus responsáveis merecem o nosso apreço, a nossa aprovação de contas. Disse.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Relativamente à intervenção do senhor deputado Manuel Azenha sobre a questão da Startup esclareceu que a mesma não está prevista ir para o topo norte do estádio e não há problema nenhum em trazer os documentos desta entidade, de que a Câmara é associada, à Assembleia Municipal. Explicou que a Startup resultou de uma fusão da antiga incubadora D. Dinis que tinha já um capital de trabalho de mais de uma década, que tinha muitos associados, empresas onde os sócios principais eram a Câmara, o Nerlei e o Politécnico.

Referiu que, nos últimos anos, tinham criado uma outra instituição, entidade – a Startup Leiria - apenas para tratar do empreendedorismo. Continuou dizendo que se optou por fundir as duas entidades e dar o nome dessa nova entidade de Startup, daí ter tido este crescimento muito grande em termos daquilo que é a massa associativa e em termos de faturação, não por ter crescido na parte de empreendedorismo, mas por ter juntado uma outra associação. No que diz respeito aos documentos confirmou serem públicos tendo por isso todo o interesse em trazê-los ao conhecimento dos senhores deputados e prestar eventuais esclarecimentos que possam resultar daquilo que conseguirem responder porque não são o Presidente do órgão, mas estão envolvidos na sua atividade.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Relativamente às Juntas de Freguesia agradeceu o elogio do senhor deputado Dário Joaquim reconhecendo não estar à espera do mesmo. Confirmou que vão manter neste ano o volume de investimento que mantiveram em 2021 havendo sempre a possibilidade de apoiarem pontualmente projetos que possam surgir no decorrer do próprio exercício. Concluiu afirmando existir uma continuidade no que diz respeito a esta estratégia de apoio às autarquias juntas de freguesia.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 2.1** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 11 votos contra** (11-PSD, 1 PCP) **e 7 abstenções** (3-PSD, 1-CHEGA, 1-BE, 1-CDS-PP, 1-IL) a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Relatório e Contas do Município de Leiria referente ao ano de 2021**.

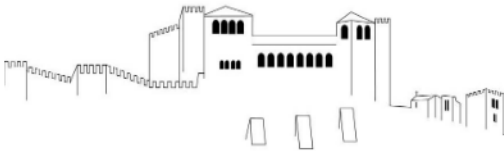
Ponto 2.2 - Relatório e Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria referentes ao ano de 2021 - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara** solicitou ao senhor Vereador Ricardo Santos que efetuasse uma intervenção sobre o assunto.

Intervenção do senhor Vereador Ricardo Santos

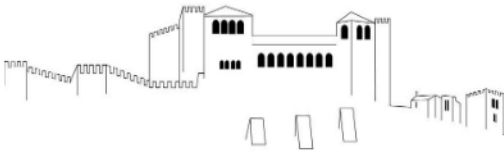
Transcrição:

"Boa noite a todos. Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa todos os presentes neste auditório e também quem nos assiste em casa. Relativamente ao relatório de contas dos SMAS de 2021 aquilo que caracteriza, digamos que a atividade dos serviços é em tudo idêntica àquilo que que caracterizou também a atividade da Câmara com um orçamento pautado pelo rigor e também pela total transparência e também um exercício de 2021 que se pautou ou ficou marcado pela pandemia covid 19 mantendo-se os seus impactos sociais e económicos. Também a atividade dos SMAS Leiria foi afetada quer pela redução da atividade económica ao nível dos clientes não domésticos que foram obrigados a reduzir a sua atividade, quer também ao nível dos clientes domésticos que viram, obviamente, os seus rendimentos reduzidos. Face à situação vivida foram tomadas algumas medidas durante o ano de 2021 para minimizar essas mesmas dificuldades sentidas pelos munícipes entre as quais poderia aqui destacar as faturas emitidas pelos SMAS durante o período de confinamento para as famílias com maiores dificuldades pudessem requerer o deferimento do pagamento para janeiro do corrente ano de 2022, isentaram-se as empresas, o comércio e também as IPSS e bombeiros do pagamento de faturas de água e saneamento no caso das IPSS



Município de Leiria
Assembleia Municipal

e bombeiros. No caso das empresas e comércio, no que toca à tarifa fixa de saneamento e resíduos sólidos urbanos e ainda ficaram suspensos quaisquer cortes de fornecimento de água por falta de pagamento uma vez que a água é considerada um bem público e tal como a eletricidade e como as comunicações durante um largo período do ano de 2021, portanto, ficaram suspensos quaisquer cortes de fornecimento por essa mesma falta de pagamento. Durante todo este processo pandémico procurou-se salvaguardar a segurança dos trabalhadores e também dos clientes dos SMAS através do cumprimento rigoroso de um plano de contingência adotando o teletrabalho e também colocando as equipas a trabalhar em espelho tendo-se dessa forma conseguido manter mesmo assim a qualidade dos serviços prestados. No que toca às despesas e face a 2020 a despesa total paga aumentou 7,98%, cerca de 1.640 mil euros, para este aumento contribuiu um aumento de 2,38% das despesas correntes e de 23,16% nas despesas de capital. Destaco nas despesas correntes um aumento de cerca de 100 mil euros com despesas de pessoal e de 150 mil euros com a aquisição de bens e serviços passando assim de 11.380 mil euros em 2020 para cerca de 11.530 mil em 2021. No que toca à estrutura das despesas de capital, os montantes afetos ao investimento continuam a ser bastante significativos representando 85,34% das despesas de capital pagas. O montante de 1 milhão de euros referentes aos ativos financeiros nós já o tínhamos aqui referido na anterior Assembleia Municipal e diz respeito à contabilização de um depósito a prazo para depósito à ordem da Caixa Geral de Depósitos. No que diz respeito aos compromissos assumidos no plano plurianual de investimentos correspondente a adjudicações de obras em curso regista-se um total de cerca de 13.288 mil euros em 2021 sendo que o investimento realizado nas obras de abastecimento de água, 6.153 mil euros, são já superiores às obras de saneamento cerca de 5.000.961 euros. Quanto aos investimentos na rede de abastecimento de água destaco a remodelação da rede de distribuição na freguesia da Maceira, também no Casal dos Matos e Vidigal em Leiria, continuidade na aquisição e substituição de contadores, conseguiu-se em 2021 reduzir a idade do parque de contadores que nos permite reduzir as perdas por submedição, a título de exemplo em 2016, aquando do projeto e perdas, 49% dos contadores instalados tinham idade superior a 12 anos em 2021 apenas acontece com cerca de 15% desses mesmos contadores sendo que a idade média dos contadores é já muito próxima daquilo que é o tempo de vida útil de um contador que é de cerca de 6 anos. Implementámos também em 2021 um projeto-piloto de telemetria. Este projeto foi desenvolvido na zona de medição e controlo da Beira Rio, a margem direito do rio entre o hospital Dom Manuel de Aguiar e a rotunda que dá acesso à avenida Sá Carneiro foram instalados cerca de 800 contadores inteligentes em cerca de 250 edifícios e os resultados foram

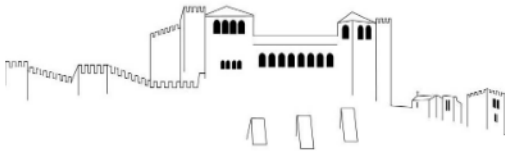


Município de Leiria Assembleia Municipal

surpreendentes. Se no início do projeto a água não faturada era superior a 54% atualmente esse volume baixou para cerca de 13%. Obviamente que esta questão das perdas é um número que nos preocupa, as perdas continuam a ter um valor acima daquilo que são as nossas intenções, obviamente que queremos atingir um valor mínimo possível de perdas de água, mas todo este conjunto de intervenções, quer na aquisição de contadores, quer na criação destas zonas de medição contou com a instalação dos contadores inteligentes, quer também a nível da mudança da rede de abastecimento de água que estamos a fazer no concelho, costuma-se criticar os serviços pelo facto de não investirem na remodelação da rede de águas. Volto a lembrar que o concelho de Leiria tem a maior rede de abastecimento de água do país, são mais de 1800 kms. E nos últimos anos, obviamente, nós temos feito, não todos os investimentos que nós pretendíamos, mas, na medida do possível, temos feito investimentos não só nas freguesias rurais, mas também na cidade. Posso aqui destacar a intervenção que decorreu ou está a decorrer na avenida Nossa Senhora de Fátima e Humberto Delgado, mas que abrangeu outras ruas adjacentes como foi a rua João Paulo II, a rua Emília Perpétua, uma parte da avenida Marquês de Pombal, uma parte da rua Luís Braille, grande parte da rua Miguel Torga, também a rua Fábrica de Papel, portanto, são um conjunto de ruas onde nós estamos a intervir na mudança da rede de abastecimento de água, que é bastante antiga e que apresenta alguns problemas e, portanto, nós estamos a fazer essa mesma essa mesma mudança pedia ainda aqui referir também a obra que está neste momento em curso na Rua de Dom José Alves Correia da Silva onde também estamos a substituir essa mesma conduta de abastecimento de água. Queria, no entanto, realçar isto não respeita ao ano anterior, mas naquilo que são os nossos objetivos no que toca a este número das perdas de água. Dizer-vos que, no corrente ano, nós estamos já com uma prestação de serviços que está em curso e que irá terminar dentro de cerca de um mês e meio que é o levantamento das condutas de água em cerca de 500 Kms onde estamos a fazer um trabalho de deteção dessas mesmas fugas para depois posteriormente podermos intervir nessa mesma substituição da rede que muitas das vezes essas perdas acontecem sem estarem visíveis à superfície.

No que toca aos investimentos de saneamento continuamos a fazer também um forte investimento na ampliação da rede de saneamento. No ano transato estendemos mais 44 kms de rede de saneamento e destacaria aqui as obras que estão a decorrer na freguesia de Monte Redondo e que estão a terminar também na zona da Fonte do Oleiro e também na Opeia e Tubaral, na freguesia da Caranguejeira.

No que toca às receitas e quanto às receitas de capital, o valor da introdução do saldo de gerência reduziu em 4 milhões e duzentos mil euros face ao ano anterior e no âmbito



das receitas correntes, o aumento de cerca de 1 milhão de euros face ao ano 2020 justifica-se essencialmente pelo aumento do número de ligações, fruto desta expansão da rede de saneamento, mas também fizemos novas ligações na rede de abastecimento de água. Obviamente que estas receitas refletem-se por este mesmo aumento do número de ligações, quer na água, quer no saneamento e isso não se reflete pela questão do tarifário porque, volto a lembrar, desde 2015 que mantemos o ajustamento tarifário, mantemos o mesmo tarifário desde 2015, ele continua a ser idêntico no ano de 2022 e, portanto, é de tranquilizar os munícipes de Leiria pela notícia, pela pressão que a entidade reguladora fez há cerca de um mês e meio quando alertou para um conjunto de entidades gestoras que vão ter que fazer o respetivo ajustamento financeiro de forma a que os custos de exploração sejam cobertos pelo ajustamento tarifário. Podemos ter aí algumas entidades gestoras a verem-se obrigadas a aumentar o tarifário em cerca de 300 ou 400% e, portanto, nos SMAS de Leiria nós há muitos anos que temos tido o cuidado de fazer um bom planeamento daquilo que são os investimentos a fazer e naquilo que é o ajustamento tarifário que vamos fazendo todos os anos, que neste caso se tem mantido constante desde 2015. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Manuel Lopes – PCP

Transcrição:

“O investimento na Água ficou 71% abaixo das previsões, nas Águas Residuais ficou 51% abaixo, Outros investimentos ficou abaixo 21%. Globalmente o investimento ficou 59% aquém do previsto.

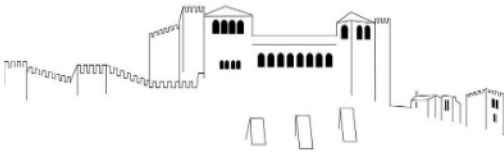
Nada disto aconteceu por falta recursos financeiros, como prova o saldo do ano, mais uma vez superior a 8 milhões de euros, quase 8 milhões e meio, o que corresponde a quase 30% da receita total e a mais de 145% de todo o investimento.

Como de costume nos últimos anos, muito do que podia ter sido feito ficou por fazer. O que preocupa quando há tantos atrasos para vencer nos sistemas de abastecimento de água e na conclusão e ligação da rede de esgotos.

Os orçamentos e os planos continuam a ser elaborados como um mero procedimento administrativo e contabilístico, porque obrigatório.

Enquanto isso, continuamos a ter leirienses sem acesso à rede de esgotos, outros sem estarem ligados e temos, como denunciámos regularmente, águas residuais domésticas que são rejeitadas diretamente para linhas de água.

A rede de água precisa de ser renovada em muitas zonas, ainda há condutas de fibrocimento, continuam as ruturas frequentes na rede e continua o problema das fugas de água.



O aspeto que merece a nossa concordância é a criação de soluções específicas, nomeadamente para ajudar cidadãos, associações e empresas a enfrentarem melhor as consequências económicas e sociais do confinamento social decretado a propósito da COVID-19.

Estes documentos voltam a mostrar as grandes insuficiências de 13 anos de gestão dum sector estratégico para a qualidade de vida, a defesa do ambiente e o desenvolvimento. Aliás, é bom dizê-lo, na continuidade dos anos de gestão do CDS e do PSD.

Um conselho de administração e uma Câmara que se mantêm incapazes de levar por diante ao ritmo necessário o investimento que Leiria precisa!

A nossa avaliação da gestão de 2021 é globalmente negativa.”

Intervenção do senhor deputado Fábio Bernardino – PSD

Transcrição:

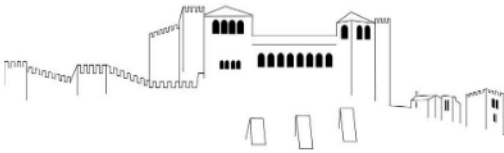
“Relativamente a este assunto a primeira questão que o Grupo do PSD gostaria de salientar mais uma vez, é o enorme volume de perda de água não faturada que se encontra nos 37,8% quando a média nacional, em território continental, é de 28,7%. Qualquer percentagem será sempre um problema da maior importância, mas uma percentagem tão alta tem de ser obrigatoriamente motivo de preocupação. Isto significa enormes perdas de água, o que estando a falar de um bem essencial e cada vez mais escasso, se devia tornar num assunto onde a solução devia ser prioritária. Aliás de nada importa fazer campanhas para se poupar água quando o próprio Município não controla a água que gasta.

Na realidade e nesta questão tão importante tarda em haver uma solução que seja realmente eficaz.

Outra questão que é sempre trazida quando falamos de prestação de contas é a grande diferença entre o que é previsto e o que é realmente realizado, neste caso aqui por exemplo no que se refere à aquisição de bens de investimento, claramente mais uma vez orçamenta-se muito, realiza-se pouco.

Outra questão tem a ver com a desculpa que é muito usada por este executivo para justificar tudo, nos últimos anos, que é a pandemia. Ao longo do relatório é referido várias vezes o impacto da pandemia causada pelo Covid19 e das medidas que foram adotadas para minimizar as dificuldades sentidas pelos munícipes (não duvido do sem impacto), o problema é que depois quantificam essas medidas em apenas 24.811,52€, referentes a isenções que foram concedidas, algo não bate certo.

Uma última questão que gostaria de ouvir a justificação do Executivo é relacionada com as reservas que o auditor tem acerca da confiabilidade dos saldos de clientes, na existência de divergências não justificadas, não sendo possível a pronuncia sobre a sua



coabrabilidade, algo que também tem um grande impacto nos custos que todos nós pagamos pela água que consumimos.

Obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Tiago Duarte – PS

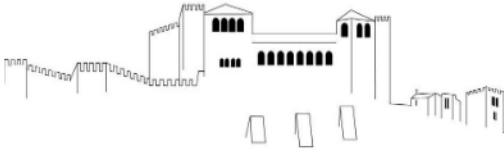
Transcrição:

“O relatório aqui apresentado está em linha com as previsões apontadas no que se refere ao investimento previsto nos SMAS. O ano de 2021 foi marcado por algumas dificuldades resultantes da pandemia, verificando-se, por exemplo, um aumento de acordos de pagamento, numa fase em que não era possível o recurso a quebra de contratos por falta de pagamentos. Por outro lado, parte dos investimentos não foram totalmente concluídos em resultado da falta de mão-de-obra e de recursos disponíveis, assunto já aqui abordado em anteriores Assembleias. No entanto, do ponto de vista económico verifica-se uma estabilidade, que tem sido destacada pela Entidade Reguladora, permitindo a manutenção do mesmo tarifário deste 2015.

O investimento do SMAS divide-se em dois grandes vetores: a rede de abastecimento e o saneamento. No ano de 2021 foram muitos os investimentos levados adiante, sendo os compromissos globais ligeiramente superiores do lado do abastecimento em detrimento do saneamento, seguindo previsão dos SMAS em relatórios anteriores e já aqui discutidos. Destacam-se como investimentos o sistema de saneamento e reabilitação da rede de distribuição de água do reservatório em Monte Redondo, adjudicada por um valor próximo dos 3 milhões de euros, a conduta adutora que liga Monte Redondo à Praia do Pedrogão com um custo previsto de 2 milhões de euros e a reabilitação da rede de distribuição de água da Maceira adjudicada em cerca de 1,2 milhões de euros, investimentos necessários e que resultam numa melhoria da qualidade de vida da população do concelho.

É referido pela oposição que o investimento nos últimos 5 anos em coletores com mais de 10 anos é de 0%, afirmação que é imprecisa, sendo exemplo destes investimentos a Avenida Nossa Senhora de Fátima, Av. General Humberto Delgado e Avenida Marquês, só para citar alguns.

Através deste relatório também se conclui que se verificam melhorias tanto nas condições da rede abastecimento do concelho como no saneamento, seguindo a linha dos anos anteriores. Embora as perdas de água sejam um problema identificado, sendo a sua redução uma forte aposta dos SMAS, importa salientar o ligeiro melhoramento das mesmas em 2021. Importando igualmente destacar as perdas de água por erros de medição na ordem dos 3%, demonstrando a importância do investimento que tem sido realizado na substituição de contadores.



Município de Leiria Assembleia Municipal

As intervenções nos arranjos e manutenção estão a permitir diminuir a percentagem de perdas de água, nomeadamente no investimento já realizado e que se prevê que seja intensificado na deteção e fugas da rede, existindo exemplos de casos em que esta deteção permitiu diminuir as perdas de água de 40% para 10%.

Considerando que os problemas associados às perdas de água estão numa evolução favorável que nos permitirão aproximar ou mesmo baixar da média nacional, mesmo tendo em consideração a dimensão de nossa rede face a outras de menor dimensão, que permitem minimizar com maior facilidade a existência de perdas, no caso do saneamento estamos claramente acima de média nacional no que respeita à cobertura do território, com todos os ganhos ambientais daí resultantes. Existe mais a fazer, a melhorar, mas não podemos deixar de concluir que estamos muito melhor do que há 15 anos.”

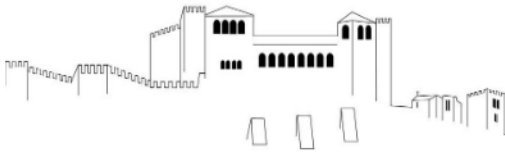
Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Em relação à intervenção do deputado do PSD Fábio Bernardino, sobre a reserva relativamente ao Revisor Oficial de Contas, esclareceu saber que um dos motivos que nos últimos anos tem sido apontado em reserva é a impossibilidade de integração do programa de faturação, chamado programa comercial, com o programa de contabilidade não sendo essa integração feita de forma automática. Explicou que por esse motivo, durante o ano de 2021, modificaram o programa de contabilidade tendo iniciado um processo informático de integração. O processo está estável, mas continuam a fazer testes. Referiu ter havido uma grande evolução pois já conseguiram ligar o programa de faturação com o programa de contabilidade. No entanto, enquanto não tiverem ultrapassado algumas divergências em termos daquilo que são os lançamentos de notas de crédito, o programa ainda não está totalmente seguro mantendo-se essa ressalva, registando-se uma evolução muito grande em 2021. Referiu que quando tiverem a segurança que os dois softwares trabalham sem qualquer tipo de problema em termos de comunicação e de integração acioná-lo-ão deixando de ter esta preocupação esperando que, no decorrer deste ano, se consiga alcançar esse objetivo.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 2.2** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 10 votos contra** (9 PSD, 1 PCP) **e 8 abstenções** (3-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-CDS-PP e 1-IL), a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Relatório e Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria referentes ao ano de 2021**.

Ponto 2.3 - Relatório e Contas de 2021 e Relatório de Execução Orçamental do



4º trimestre do Teatro José Lúcio da Silva de 2021 - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara** fez saber que relativamente ao Relatório e Contas do Teatro José Lúcio o ano de 2021 foi um ano com dificuldades em termos de produção e receita de espetáculos em virtude de ter sido um ano onde a cultura foi martirizada pela pandemia. Afirmou terem indicadores do número de espectadores que embora superiores a 2020 são bastante inferiores ao ano de 2019, cerca de 1/3 de espetadores, motivo pelo qual continuam a apresentar no ano 2021 um ano de dificuldades resultantes da pandemia, que se traduz num resultado líquido negativo de 84 mil euros. Afirmou que o seu objetivo é de, no decorrer deste ano, retomar a atividade aumentando o volume de faturação e o volume de negócios do Teatro. Explicou que 2021 foi registado como o 2º pior ano dos últimos 12 anos, tendo o pior sido o de 2020. Disse ter sido uma quebra abrupta de 2019 para 2020 que apesar de ter tido uma ligeira recuperação (2020) no ano de 2021 ainda é suficiente para produzir resultados, quer em termos culturais, quer em termos financeiros. Afirmou que da parte do Município mantiveram o mesmo nível de financiamento mensal e, para além disso, também há serviços de apoio à atividade que o teatro presta não só no teatro Miguel Franco, mas também nos museus no que diz respeito àquilo que é o acompanhamento dessas estruturas culturais. Referiu que consideram este ano um ano atípico. Disse terem a situação estável em termos daquilo que são as despesas correntes, devidamente salvaguardadas em termos daquilo que é a sustentabilidade económica e financeira desta estrutura que tem um orçamento ligeiramente inferior a 1 milhão de euros por ano, mas que tem uma importância decisiva na gestão cultural do Município não só pela dimensão do Teatro José Lúcio e pelo número de espectadores que gere, mas sobretudo pelo apoio que esta instituição dá à Câmara Municipal na gestão da programação cultural do concelho.

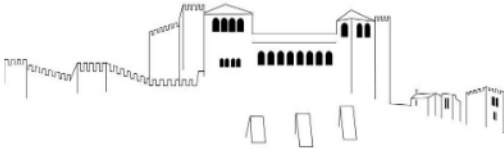
Intervenção do senhor deputado **Manuel Lopes – PCP**

Transcrição:

"Em face da situação de pandemia que afetou tão intensamente a atividade de animação cultural não nos vamos pronunciar sobre esta matéria.

Continuamos, tal como em anos anteriores, a apontar questões ao modelo de gestão bem como à entrega ao Teatro da gestão do Teatro Miguel Franco e do Cineteatro de Monte Real.

É necessário dar transparência à ação do Teatro e do seu órgão de gestão. Deve ser pensada uma estrutura e um modelo para resolução do problema gestorário.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

A Câmara continua a utilizar o Teatro para gerir o que este não deve gerir e em condições que não nos permitem saber se cumprem em matéria de gestão de pessoal, da gestão do espaço público e da despesa pública o que está determinado na lei para os municípios. Mantêm-se as dissonâncias de opções quanto ao papel do Teatro no quadro da ação cultural municipal.

A nossa apreciação é negativa.”

Intervenção do senhor deputado Acácio Sousa – PS

Transcrição:

“O PCP/CDU não só hoje, com o sr. deputado Manuel Lopes o qual tenho muito gosto em o ter pela 1ª vez nesta Assembleia, mas recorrentemente, põe em causa a gestão do Teatro José Lúcio da Silva. Os argumentos repetem-se, mas fico na dúvida sobre o que apontam exatamente.

Trata-se da figura jurídica da entidade?

Quanto a isso, já foi dito aqui várias vezes que se trata de uma entidade pública reclassificada, em similitude com uma empresa municipal. São apresentadas contas, há acompanhamento por um ROC, o Tribunal de Contas valida o modelo, está tudo transparente e legal. Quanto ao resultado negativo do exercício ele está plenamente explicado na página 5 do relatório de contas.

Será a programação?

É outra questão habitual, mas qual a programação que deveria ter? Em 2021, não houve pelas razões que todos sabemos, mas quando o TJLS programa não deve ter em conta um público eclético, desde espetáculos para nichos de públicos mais específicos até a outros mais do agrado geral ou popular? A diversidade de programação que costuma haver prevê todos os tipos de público do concelho, abrindo ainda as portas gratuitamente a dezenas de iniciativas associativas ou de escolas.

Será a gestão de outros equipamentos ou iniciativas de carácter performativo?

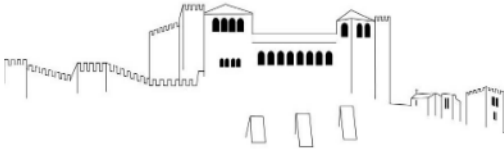
Na verdade, o TJLS é o equipamento com uma estrutura montada que mais eficazmente, dentro do universo municipal, pode fazer essa gestão.

Será o chamado “teatro fora de portas”?

Curiosamente, foi sabido já esta semana que o TJLS teve aprovada a sua candidatura à Rede de Teatros e Cine-Teatros Portugueses, recebendo da DGArtes para uma programação de 4 anos, 200 mil euros/ano, com contrapartida idêntica por parte da Câmara. Portanto, a oferta de qualidade vai, seguramente, ainda aumentar. E o que teve grande peso nesta aprovação? Precisamente, a programação “fora de portas”.”

Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha – BE

Transcrição:



Município de Leiria
Assembleia Municipal

"Eu iria falar nisto mais à frente, quando discutirmos a adenda ao contrato programa, mas, e porque nem tudo é mau, e nós também gostamos de elogiar o bom trabalho que é feito, eu gostaria de dar os meus parabéns e porque o deputado Acácio agora o referiu, à credenciação das 2 salas por parte do Teatro José Lúcio da Silva, da sala de teatro José Lúcio da Silva, e esta onde nos encontramos que nos permite, como também disse o deputado Acácio, formalizar esta candidatura que será muito benéfica e esperemos que seja também um incentivo para o desenvolvimento da cultura em Leiria. Obrigado."

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 2.3** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 1 voto contra** (1-PCP) **e 12 abstenções** (9-PSD, 2-CHEGA, 1-IL) a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Relatório e Contas de 2021 e Relatório de Execução Orçamental do 4º trimestre do Teatro José Lúcio da Silva de 2021**.

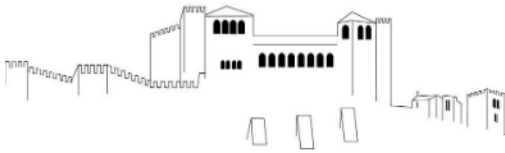
Ponto 3 - Adenda ao contrato-programa estabelecido entre o Município de Leiria e o Teatro José Lúcio da Silva, para 2022, sem revisão orçamental - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que se refere a uma alteração ao contrato-programa que resulta de uma informação vinculativa, uma ficha doutrinária da Direção de Serviços do IVA em que para contratos desta característica existente noutros teatros, o montante que é transferido pelas Câmaras não é necessário ser acrescentado de IVA e por isso, aquilo que propõem é que essa despesa, que a Câmara já tinha habitualmente, seja transformada em montante de atividade para o Teatro José Lúcio da Silva existindo por isso uma alteração do valor mantendo-se o valor que é habitualmente transferido, mas agora, em vez de ser montante contrato-programa mais IVA e só o montante para o cumprimento do contrato-programa.

Intervenção do senhor deputado **Telmo Marques – Iniciativa Liberal**

Transcrição:

"Portanto, relativamente a este Ponto 3 e visto que isto é apenas uma adenda que visa apenas a atualização de preços e que não resulta, e cito, não resulta na oneração de nenhum dos orçamentos das entidades em apreço, portanto, entendo que não existe razão para ser força bloqueadora nesta adenda em específico. No entanto, deixo frisado qual foi o nosso sentido de voto quando o contrato que está aqui subjacente foi votado, que foi negativo. Portanto, nós não concordamos com o modelo atual da gestão do Teatro, no entanto, sendo apenas uma adenda, portanto, é uma questão, enfim, não é sensível, não vejo razão para a bloquear. Obrigado."

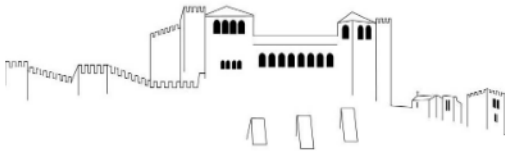


O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 3** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 2 abstenções** (1-PCP, 1-IL), a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Adenda ao contrato-programa estabelecido entre o Município de Leiria e o Teatro José Lúcio da Silva, para 2022, sem revisão orçamental.**

Ponto 4 – Relatório n.º 2020/120 - Ação de Controlo ao Município de Leiria elaborado pela Inspeção-Geral de Finanças – Para conhecimento e tomada de posição; Intervenção do senhor **Presidente da Câmara**

Apresentou uma apresentação sobre este assunto de modo a dar um sinal do trabalho que foi feito nos últimos 2 anos para melhorar este desempenho que diz respeito às transferências do Município para as Freguesias. Começou por explicar que a auditoria teve como ano de referência o ano de 2018 e receberam o relatório final em 18 de fevereiro de 2022. Disse que a principal questão que a auditoria pretendia responder era se o Município cumpriu o regime legal relativo às transferências efetuadas para as respetivas Freguesias. Referiu que nesta altura (2018) as transferências para as Freguesias, no que diz respeito à descentralização, estavam a ser motivo de análise e discussão pública, não só do Governo para as Câmaras, mas também das Câmaras para as Freguesias e naquilo que era uma auditoria para verificar como é que as Câmaras trabalhavam com as Freguesias, a Câmara de Leiria foi uma das poucas fiscalizadas nesta área. Foram identificados pontos que necessitavam de ser melhorados, coisas que precisavam de ser corrigidas tendo apresentado aquilo que foram as sugestões da inspeção desta auditoria. Mencionou que a 1ª proposta da Inspeção-Geral de Finanças foi a implementação e o cumprimento do Regulamento Municipal, ou seja, a medida implementada foi a criação e implementação do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio às Freguesias, aprovado em 2020. Continuou dizendo que há medida que acompanhavam a auditoria começaram logo a regularizar e a melhorar o seu desempenho, que era um dos pontos mais fracos e ficou ultrapassado. Reconheceu existirem ainda medidas a implementar a curto prazo, como a criação do manual de apoio no âmbito do referido regulamento, para ajudar as Freguesias a utilizá-lo da maneira mais correta e mais simples. A 2ª proposta mencionada foi a de que a Câmara devia criar uma equipa multidisciplinar e definir procedimentos para que a tomada de decisão sobre a transferência de verbas fosse suportada em estudos, estudos esses que demonstrassem o não aumento da despesa pública global, ou seja, havia necessidade de confirmar que os montantes transferidos para a manutenção das escolas, das vias assentavam em estudos concretos, no cumprimento das vias a transferir, se tinham



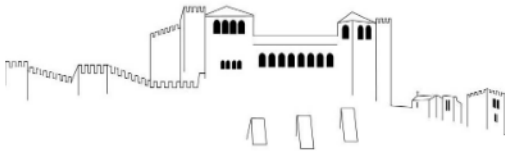
Município de Leiria Assembleia Municipal

orçamentos e custos unitários corretos. Continuou dizendo que havia uma necessidade, uma exigência para documentar tudo o que era o valor que estava a ser delegado nas Freguesias. Referiu ser este trabalho um dos pontos que foi apresentado pela auditoria, embora os critérios da Câmara tivessem sido definidos numa lógica de distribuição equitativa pelas Freguesias tendo em conta os critérios da população, dimensão da Freguesia, quilómetros de via, etc. Esclareceu que para a Câmara havia um critério, mas para a auditoria deveriam ser sustentados outro tipo de estudos. Afirmou que para ultrapassar esta proposta foi implementada uma equipa multidisciplinar em 2021, com a criação de um grupo de trabalho para o planeamento e controlo dos contratos e, em 2022, a atribuição de competências nesta área ao departamento específico da Câmara, Departamento Financeiro e Jurídico, que passou a centralizar e a acompanhar todos os acordos de execução, os contratos interadministrativos e também os apoios às respetivas Freguesias. Continuando a sua intervenção disse que atualmente possuem um departamento muito vocacionado para este acompanhamento tendo sido criada uma massa crítica interna suplementar para acompanhar a relação com as Freguesias.

No que diz respeito às medidas implementadas, definição de procedimentos de suporte à tomada de decisão, nomeadamente no que diz respeito ao processo de negociação, explicou que todos os anos por altura da aprovação do Orçamento a Câmara, o Presidente da Câmara e os vereadores reúnem com as Freguesias e negociam a celebração dos contratos interadministrativos, mais concretamente nas obras diversas. São efetuados estudos prévios que demonstram que esses contratos têm ganhos para o Município, uma vez que as Freguesias têm capacidade de execução rápida e, portanto, não fica prejudicado o orçamento da Câmara e são designados gestores de contrato. Explicou que esses gestores são pessoas que estão vocacionadas para as diversas temáticas sejam na área do desporto, educação, geralmente são dirigentes que fazem a gestão direta desses contratos.

Mencionou uma outra proposta apresentada pela Inspeção-geral de Finanças que quer a publicação na sequência da sua celebração dos contratos na página internet do Município. Explicou que já foi criada uma pasta específica no site do Município sobre este tema, encontra-se previsto no Plano Municipal de Transparência e medidas que estão em implementação, a reorganização da pasta das freguesias no site do Município, ou seja, dentro de pouco tempo esta proposta será alcançada.

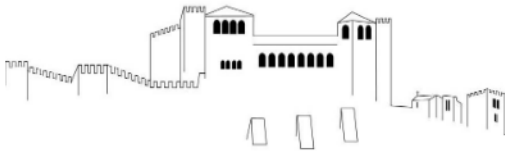
De seguida mencionou a 4ª proposta, a criação de procedimentos de controlo não só de execução financeira como física em termos de melhoria da qualidade dos serviços prestados garantindo o cumprimento das Freguesias durante a aplicação dessas verbas. Explicou que anteriormente a Câmara fazia um controlo essencialmente financeiro da execução da transferência, ou seja, passavam o dinheiro e depois as Juntas de Freguesia preenchiam



um relatório e enviavam justificativos de despesas sendo depois feito um controlo financeiro da execução. Referiu que a Inspeção-geral de Finanças defende que a Câmara tem de ter uma atuação muito mais de proximidade tendo de acompanhar fisicamente a realização da obra, não só no decorrer da competência, mas também na sua conclusão. Disse terem procedimentos de controlo, de visitas, de registos fotográficos tendo o processo tornado-se muito mais exigente. Reconheceu que apesar dessas exigências a Câmara está a cumprir com aquilo que é uma proposta da Inspeção-geral de Finanças e alguns desses procedimentos, desses fluxos de controlo já estão previstos no próprio regulamento estando estas verificações físicas e documentais já a ser implementadas.

Relativamente às medidas implementadas, nomeadamente a obrigatoriedade nas condições contratuais de o pagamento ser apenas dado após confirmação da conformidade física e financeira, sobretudo nas obras, explicou que antigamente havia um pagamento mediante fatura, agora é fatura e tem de se ir ao local confirmar que a obra está concretizada, têm tido reuniões temáticas com as Freguesias nos últimos 2 anos sobre os mais diversos temas, sendo o tema da descentralização e dos contratos tema obrigatório em quase todas essas reuniões. Disse que têm feito várias reuniões, não só com os Presidentes de Junta, mas também com os seus colaboradores.

No que diz respeito à proposta número 5, adoção de uma postura pró-ativa de apoio às Freguesias, explicou que existia aquele sentimento não só em especial dos autarcas, do Presidente de Câmara, dos vereadores desta área, mas também dos próprios serviços que, a partir do momento em que temos isto descentralizado na Junta passa-se para lá o dinheiro e eles não-de fazer os procedimentos correto, ou seja, havia aqui uma relação de confiança e pensava-se que na casa da Junta mandava a Junta e que a Câmara não tinha que acompanhar essa execução financeira porque o cumprimento da lei estaria naturalmente garantido. O que a IGF veio dizer foi precisamente o contrário. A Câmara, tendo recursos suplementares de recursos humanos, de conhecimento deveria acompanhar de uma maneira pró-ativa o apoio às Freguesias, nomeadamente no procedimento de redução de despesa de modo que elas tenham a clareza e o apoio necessário para que não haja ilegalidades como facilmente despesa ou outro tipo de problemas resultantes da contratação. Disse terem implementado então reuniões temáticas, passaram a reunir mais vezes e a dar formação sobre o que é a contratação pública, código de procedimento administrativo, regimes jurídicos das autarquias locais, informação sobre como é que funcionava a delegação de competências, elaboração de modelos de cadernos de encargo de apoio às Freguesias para poderem usar nas suas contratações, geralmente seguem modelos que a própria Câmara, etc.



Município de Leiria Assembleia Municipal

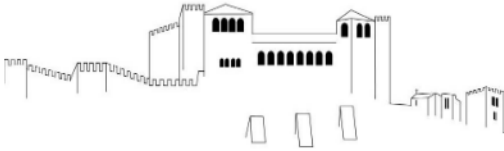
No que diz respeito à proposta 6, definição e uniformização no regulamento de procedimentos e ferramentas, nomeadamente informáticas, de acompanhamento e controlo de execução física e financeira da despesa, explicou que a IGF defende uma digitalização deste controlo tendo a Câmara implementado mapas de controlo de receita e outras medidas que já anteriormente foram identificadas.

A proposta 7, ultrapassagem do conjunto de fragilidades detetadas na análise concreta de execução de alguns acordos e contratos interadministrativos através da consagração no regulamento, ou seja, medidas que também já foram anteriormente mencionadas.

Por fim, as propostas 8 e 9, que se referem ao cumprimento do princípio da especialização ou do acréscimo e reconhecimento, quando a celebração dos contratos, ao nível da contabilidade orçamental, no passivo elegível, pelo respetivo montante total ainda não pago, em cumprimento do princípio da especialização ou do acréscimo. A IGF transmitiu que a Câmara deveria ter em atenção sempre que transferir este dinheiro que a inscrição nos orçamentos das Juntas, que os contratos estejam devidamente enquadrados naquilo que era o objeto da delegação de competências, que houvesse um maior controlo, um maior cuidado naquilo que diz respeito à questão orçamental, ao cabimento, ao compromisso, ou seja, sempre que existir uma despesa afeta a um destes contratos ou apoios tem que haver o cumprimento destas etapas. Informou que muitas das que foram inspecionadas tinham as mesmas cumpridas pois é algo que as Juntas estão habituadas a fazer.

Relativamente à revisão do plano de prevenção de riscos, de gestão, incluindo o plano de corrupção e infrações conexas e a norma de controlo interno referiu que já fizeram também esse trabalho de revisão tendo o mesmo sido presente a reunião de Câmara no passado dia 8 março o que faz com que já tenham uma parte importante já concretizada. Reconheceu que apesar de existirem algumas coisas por implementar no curto prazo, globalmente esta auditoria permitiu-lhes melhorar o desempenho estando hoje melhor do que há 2 anos, com uma carga de trabalho suplementar administrativa. Assumiu que esta auditoria não teve qualquer tipo de consequências pois estas não conformidades não representam qualquer tipo de ato que possa ser imputável em termos financeiros nem aos autarcas, nem os autarcas aos serviços e serviu também como uma medida pedagógica para melhorar a organização da Câmara

Concluiu a sua intervenção dizendo que o trabalho que foi feito foi muito importante, muito cansativo, tanto mais que é uma mudança após mudança e quem começou a vida autárquica há 15 / 20 anos e hoje estar numa Junta ou numa Câmara com o grau de exigência que têm as leis financeiras, sobretudo quando passou por Portugal uma troika, sobretudo no momento em que há cada vez mais fiscalização aos eleitos, em que um



autarca tem de ter cada vez mais uma tarefa cada vez mais exigente nas mais diversas áreas, seja contabilidade, financeira, jurídica, contratação pública, etc. Se já é difícil para uma Câmara onde existem bastantes pessoas a ajudar, numa Junta de Freguesia sem o apoio técnico, administrativo nestas áreas foi um trabalho meritório tendo deixado aqui este sublinhado.

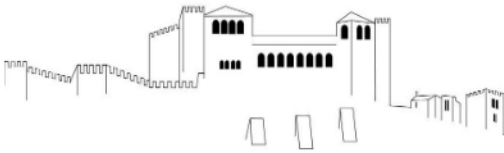
Intervenção do senhor deputado **António Pereira de Melo – PSD**

Transcrição:

*"Antes de entrar no assunto do Ponto 4, o senhor Presidente da Câmara dizia há bocado que eu incluí iniciativas como o "Leira sobre Rodas" na contabilidade. Não é verdade, estão aqui excluídas (**gravação impercetível**) além de que há aqui uma rubrica, no valor de 433.021 euros, serviços de consultoria e gestão, em que tem 91 mil euros gastos no estudo e implementação da Régie Cooperativa, que foi registado pelo Tribunal de Contas. Só este valor, que eu suponho que foi despendido, excede os 258 mil.*

Vamos ao ponto 4, "Ação de controlo do Município de Leiria elaborado pela Inspeção-geral de Finanças".

Neste ponto é pedido que esta Assembleia tome conhecimento do relatório elaborado pela Inspeção-geral de Finanças e proceda a uma tomada de posição. Não está assim em questão uma apreciação, discussão e votação. Cobrindo o relatório a análise da atividade e cito: "controlo das transferências financeiras do município de Leiria para as freguesias" fim de citação, a esta Assembleia Municipal competirá verificar se a Câmara Municipal tem ou não cumprido as disposições legais em termos de gestão financeira que lhe são legalmente prescritas. Sucede que eu recebo um relatório em que as medidas que a Câmara tomou não aparece, portanto, a Câmara teria evitado que a gente tivesse um certo trabalho se realmente aquilo que foi apresentado agora tivesse sido apresentado a esta Assembleia por escrito e muitas críticas talvez não se fizesse. Essas medidas que foram agora citadas não estão, não nos foram presentes. Foram agora acrescentadas e não estão no relatório, não tinham que estar, o relatório não cobria isso, mas este relatório é relativo a 2018, foi elaborado em 2020 e demorou quase um ano para chegar à Câmara para 2022 ou 2 anos para chegar à Câmara, portanto, este relatório está manifestamente desatualizado. Desde que a Câmara tenha feito as suas necessárias correções. Falta, contudo, que esta Assembleia tome uma posição e uma posição relativamente a quê? Relativamente ao que deve ter que ser feito no futuro porque nós aqui aprovamos as transferências para as Freguesias e Uniões de Freguesias e não há documento nenhum que nos diga se essas transferências estão ou não de acordo com o regulamento que, entretanto, nunca nos foi enviado. Esse Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões, este regulamento devia ser do nosso conhecimento para nós podermos verificar se realmente o



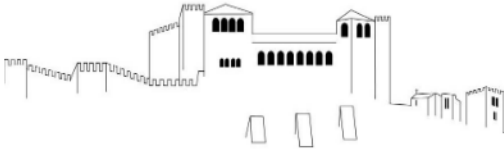
Município de Leiria
Assembleia Municipal

dinheiro que é distribuído às Freguesias está de acordo com esse regulamento. Eu não conheço esse regulamento, não sei se alguém dos presentes o conhece. Pelos vistos foi elaborado, mas ainda não está regulamentado, do que eu vi há momentos. Acho que era interessante que esta Assembleia recebesse esse esse um regulamento para quando houvesse uma transferência para uma ou mais freguesias se verificasse se está a haver equidade, se estamos de acordo com aquilo que as Finanças impõem porque se nós vamos aprovar uma transferência temos de aprovar de acordo com aquilo que a lei diz. Se nós não conhecemos os regulamentos feitos como é que vamos dizer que está tudo certo? Eu já não estou a falar da parte das Juntas de Freguesia, essas têm a sua responsabilidade, mas nós aqui também temos porque aprovamos. A Câmara propõe e transfere a responsabilidade para esta Assembleia, ora se esta Assembleia não conhece realmente os documentos não vai aprovar ou aprovará se assim entender, aprova de cruz, mas esse acho que é um procedimento que não. Portanto, uma das coisas que nós achávamos conveniente era que esses documentos fossem enviados conjuntamente com as transferências, portanto, saber se realmente está ou não está a cumprir aquilo que a lei prescreve. Tenho dito.”

Intervenção do senhor deputado Luís Paulo Fernandes – CHEGA

Transcrição:

“Boa noite ou bom dia a todos. Estamos para lá da hora e tentar ser muito sucinto. Eu concordo na íntegra com o que o senhor deputado Pereira de Melo disse, mas vou ler o parecer do chefe de equipa da Inspeção-geral de Finanças: “... incumprimento numa perspetiva global do quadro legal previsto em matéria de delegação de competências para as freguesias atendendo, em especial, ao facto de não terem sido realizados os estudos prévios para a fundamentação da opção pela delegação de competências ou de outras transferências para as freguesias não sendo assim evidente a prossecução do interesse público. Fragilidades relevantes no âmbito do controlo e monitorização da execução dos acordos de execução e outros contratos interadministrativos. Inexistência, inexistência na norma de controlo interno de qualquer procedimento de controlo relacionado com as transferências para as freguesias...” e a pergunta que eu deixo ao senhor Presidente, se foi há 2 anos, não é a este executivo que cabe responder por esta, na minha opinião, negligência, ainda é mais forte que o falhanço da capital da europeia da cultura, porque efetivamente ter uma ação da inspeção de Finanças e ter este parecer do chefe de equipa relator, o que é certo é que o senhor deputado tem toda a razão. Se fosse há um ano atrás, há uns meses, estávamos em eleições, mas pronto, tudo passou, o que interessa é que as medidas foram tomadas, é verdade, não temos conhecimento das medidas que tomámos boa nota, esperamos que o executivo as aplique porque, efetivamente os senhores



Presidentes de Junta, os senhores Presidentes de Junta de Freguesia com este relatório ficam todos aqui numa posição... Vamos trabalhar melhor, tomámos boa nota das medidas, é preciso executá-las porque este relatório das Finanças arrasa o executivo da altura. Tenho dito."

Intervenção do senhor deputado Manuel Lopes – PCP

Transcrição:

"Deixamos claro que o PCP discorda das considerações tecidas pela Inspeção-Geral de Finanças (IGF) à «evolução da despesa realizada com transferências para as freguesias» e considera-as uma intromissão indevida.

As autarquias locais estão dotadas pela Constituição de autonomia financeira e patrimonial e só aos seus órgãos cabe decidir soberana e livremente sobre estas matérias. A IGF não tem de tecer considerações sobre as opções legalmente tomadas pelos órgãos do Município de Leiria.

A tutela administrativa sobre as autarquias locais consiste apenas na verificação da legalidade por parte dos órgãos autárquicos. A tutela de mérito das opções estratégicas e gestórias no quadro do poder local democrático saído da Revolução de Abril cabe ao povo.

Posto isto e quanto ao resto, deixemos falar a Inspeção-Geral.

Em síntese:

«Incumprimento, numa perspetiva global, do quadro legal previsto em matéria de delegação de competências para as freguesias». Não foram «realizados os estudos prévios para fundamentação da opção pela delegação de competências ou de outras transferências para as freguesias, não sendo, assim, evidente a prossecução do interesse público.»

Nada que o PCP não tivesse já denunciado.

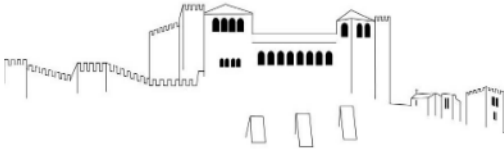
«Fragilidades relevantes no âmbito do controlo e monitorização da execução dos acordos de execução e outros contratos interadministrativos.

Também nada que o PCP não tivesse já denunciado.

«Inexistência, na Norma de Controlo Interno, de qualquer procedimento de controlo relacionado com as transferências para as freguesias.»

Analiticamente:

«A auditoria evidenciou», o que já se sabia e que o PCP em seu tempo sublinhou, «a inexistência de estudos prévios para fundamentação da opção pela delegação de competências ou de outras transferências para as freguesias e de procedimentos regulares e sistemáticos para a elaboração e o acompanhamento da execução dos contratos celebrados para concretizar os fins públicos subjacentes às transferências realizadas.»



«Os procedimentos de monitorização previstos (...) apresentam fragilidades e insuficiências, designadamente por serem limitados essencialmente à execução financeira da despesa e não garantirem o cumprimento por parte das freguesias do quadro legal em matéria contabilística e de contratação pública, bem como uma adequada aplicação das verbas transferidas nas finalidades previstas, ao que acresce a falta de uniformização de procedimentos de prestação de informação e a conseqüente falta de transparência e publicidade.»

«A informação orçamental e financeira do ML [Município de Leiria] apresenta algumas insuficiências que resultam, designadamente, da utilização de rubricas da classificação orçamental inadequada face à natureza das despesas e do reconhecimento do passivo, correspondente aos montantes contratualmente exigíveis, apenas ser efetuado no momento dos respetivos pagamentos, com violação do princípio do acréscimo, o que omite a informação sobre a existência dos montantes efetivamente em dívida».

Apesar das «recomendações efetuadas [pela IGF] na anterior auditoria, não foi efetuada qualquer revisão do PGRIC», o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, pese embora promessas nesse sentido no «Relatório de Avaliação Anual 2017 e 2018», o «último disponibilizado».

Violações do «dever de fundamentação das decisões/deliberações dos órgãos autárquicos em matéria de autorização da realização da despesa face às suas atribuições e competências.»

«De facto (...) não foi assegurada a intervenção legalmente prevista dos órgãos autárquicos e (...) a exigível ponderação por estes se (...) estaria a ser concretizado e teria subjacente o interesse público que cabe ao Município prosseguir.»

«Verifica-se o registo [contabilístico] incorreto de montantes relevantes (1.127.910 euros) (...), o que se traduz na utilização de alínea de despesa distinta da adequada, comprometendo uma visão global, verdadeira, apropriada e transparente dos documentos previsionais e de prestação de contas do Município (...)»

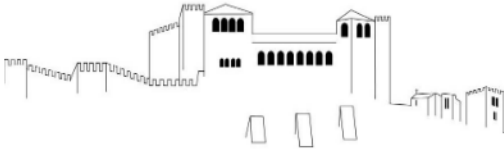
Soluções sem «qualquer suporte legal.»

«Inobservância, em termos temporais, do princípio da especialização ou do acréscimo»

«Assim, a informação orçamental e financeira do ML (...) não era totalmente fiável, pois (...) a verdade é que, do tratamento financeiro adotado (...) resultam incorreções significativas».

«O Município dispõe de uma divisão de Auditoria, mas não foi desenvolvida qualquer auditoria sobre esta área das competências delegadas», malgrado o facto de terem fluído 4,9 milhões de euros no ano a que se reporta a atividade inspetiva, 2018.

O PCP sempre teve razão quando, pelas opções tomadas e por deficiências múltiplas, apreciou negativamente as contas e os documentos de prestação. A IGF vem,



involuntariamente, dizer que a razão assiste ao PCP. É bom que a Câmara e o Grupo Municipal do PS tenham isto em devida atenção e que de futuro, para além de retificarem práticas, abandonem a sobrançeria "certificada" e as práticas insultuosas.

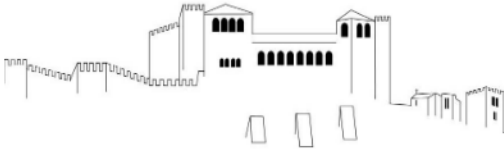
A resposta no contraditório que a Câmara enviou «no essencial não põe em causa as asserções, conclusões e propostas» da IGF. Completamente esclarecedor da qualidade da gestão, melhor seria dizer da sua falta de qualidade.

O PCP, que globalmente concorda com o resultado do trabalho da IGF, espera que este não caia em saco roto."

Intervenção do senhor deputado Paulo Pedro – PS

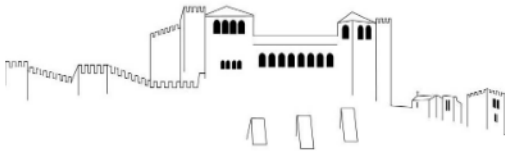
Transcrição:

"Eu estou espantado com as coisas que tenho aqui ouvido hoje relativamente a este tema. Deixem primeiro dizer-vos que já por várias vezes referi nesta Assembleia que não concordo com a maneira como este quadro legal está escrito. Este quadro legal é muito burocrático, é redundante nalgumas exigências de controlo, fala-se em controlo, controlo, controlo, é limitador da ação das Freguesias que recebem essas competências, porque têm que se cingir ao Regulamento, têm que se cingir a isto, têm que se cingir aquilo e eu acho que acaba por ser muito limitador e é um gastador de recursos humanos, quer municipais, quer das Freguesias para conseguir responder a todas as exigências. Aquilo que se ganhava que já hoje aqui se falou, que se ganhava nestas transferências de competências para as Freguesias devido à maior proximidade, há rapidez na execução, há proximidade dos problemas, isso ganhava-se muito nessa transferência de competências agora acaba por se perder toda com este enleado de exigências e de relatórios trimestrais, anuais e mais alguma coisa ainda, fiscalizações, a Câmara tem que lá mandar gente ver se a obra está feita ou não. Deixem-me-vos dizer que, por exemplo, as transferências do Estado para os Municípios, provavelmente não precisaram de estudos prévios, pelo menos eu não tive acesso a eles, não precisaram de gestores de contrato, de equipas multidisciplinares, de procedimentos de controlo físico e financeiro, pagamento só após a verificação. O Estado não faz nada disto. Porque é que é esta exigência completamente absurda dos municípios que o quadro legal exige dos Municípios para as Freguesias? É uma verba enormíssima? Não é. O legislador, na altura da publicação da lei em 2013, foi muito duro para os autarcas, muito desconfiado para os autarcas e, nomeadamente, para os autarcas de Freguesia. Parece que são todos os mauzões, os vilões temos que os controlar, temos que ter normas de controlo, temos de ter normas de verificação. Eu acho que saímos muito mal na fotografia, eu que fui Presidente de uma Junta de Freguesia durante 20 anos e que ainda sou Presidente da Assembleia de Freguesia estou indignado com este tipo de situações e mesmo da inspeção. A inspeção tem razão naquilo que disse, mas será que é exigível um



Município de Leiria
Assembleia Municipal

estudo prévio? A Câmara tem que mandar fazer um estudo a saber se pode delegar a competência para a Junta de Freguesia reparar as pequenas reparações das escolas? Não me parece. Ficaram os autarcas de Freguesia aqui num papel muito mau que eu não concordo. Já hoje aqui ouvi falar em negligência. Será que é negligente algum destes passos que se deu aqui? Parece-me que não. Deixem-me dizer mais uma coisa. Já foi hoje aqui explicada esta ação inspetiva, diz respeito a 2018, tendo em conta que a Lei 75/2013 foi aprovada no final do ano de 2013, reconhece-se que não há muito tempo, não houve muito tempo nem muita prática, nem muito know how deste tipo de situações e é possível que os serviços, isto não tem a ver com a política camarária, também já hoje aqui ouvi, parece que a culpa é da Câmara. Efetivamente o senhor Presidente da Câmara é o responsável máximo por isto tudo, mas temos de ter noção que isto são procedimentos, o que vem hoje aqui a falar é de procedimentos, não é de políticas, é de procedimentos e, de facto, a equipa da Câmara Municipal que trata destes assuntos não teve tempo nessa fase de implementação de cuidar de todos os pormenores que o quadro legal impõe. É normal que até com esta ação inspetiva tudo mudou e, contrariamente ao que já que ouvi dizer hoje, que não foram mostrados aquilo que já se fez, meu Deus!, foi mostrado em dois sítios diferentes senhores deputados, pode-se dizer que no documento que está na área pública da Assembleia Municipal está perfeitamente explícita, tem 206 páginas e não é fácil de ler, mas na página 64 e seguintes começa o contraditório da Câmara, está lá todo escrito e provavelmente está lá também o regulamento que também foi dito que não está aqui, eu vi lá vários anexos, mas não sei se o regulamento também estará. Portanto, essa descrição está lá e não me parece que seja por aí que podemos pegar. Por isso mesmo, a maior parte das propostas elencadas estão em cumprimento já, quer por esse contraditório que está isso explícito, quer na súmula que recebemos, também lá estão explícitas todas as propostas que já foram implementadas. Na procura de conhecer o estado da arte, digamos assim entre aspas desta situação, como é que as outras Câmaras têm gerido esta questão? Fui procurar mais relatórios da Inspeção-geral de Finanças acerca deste tema e permitam-me que leia, já foi lido aqui hoje já foi citado várias vezes, mas eu vou ler a primeira conclusão, eu só encontrei além do Município de Leiria mais dois relatórios inspetivos sobre este tema especificamente, dois relatórios inspetivos a outros dois municípios e, portanto, já foi hoje aqui lida a primeira conclusão, diz: "... a Câmara Municipal da Leiria não cumpriu, de um modo geral, o quadro legal previsto em matéria de transferência para as Freguesias ao abrigo dos contratos interadministrativos e dos acordos de execução...", pronto, depois tem uma série de coisas escritas, agora vou ler do outro município, a mesma primeira conclusão, "... os acordos de execução e os contratos interadministrativos celebrados no montante global de 2,2 milhões de euros revela o incumprimento pelo Município do regime



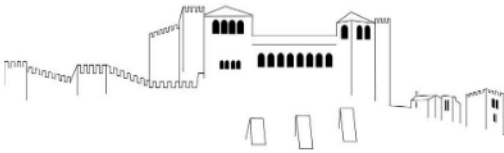
legal...”, perfeitamente semelhante ao nosso. Por último, do outro relatório a conclusão foi: “... a auditoria evidenciou o incumprimento do quadro legal previsto em matéria de transferências para as freguesias ao abrigo... tal e tal...”, portanto, como vêm estão todos os Municípios no mesmo estado da arte. E eu atrevia-me a dizer que se fizemos aqui um score de conclusões e propostas, Leiria até não está assim tão mal porque um destes..., Leiria tem seis conclusões referentes a procedimentos em falta, uma conclusão referente a procedimentos efetuados e dez propostas e há um Município que tem oito conclusões referentes a procedimentos em falta, uma conclusão referente a procedimentos efetuados e dez propostas. Aliás, todos os 3 Municípios têm dez propostas, isto foi “chapa cinco”, portanto, meus amigos e senhor Presidente, tendo em conta este pseudo ranking que eu aqui referi, eu estava quase para pedir ao senhor Presidente para dar os parabéns aos serviços pelo facto de terem tido uma classificação razoável no relatório que aqui foi apresentado, obrigado.”

Intervenção do senhor Presidente da UF de Leira, Pousos, Barreira e Cortes – José Cunha

Transcrição:

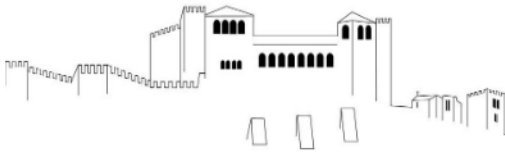
“Cumprimento o senhor Presidente e na sua pessoa cumprimento todos os presentes e quem ainda é resistente e nos acompanha lá em casa.

Eu já consegui arriscar aqui uns pequenos apontamentos que tinha feito, mas, de facto, concordo com o Paulo Pedro, que foi um autarca experiente, e isto deixa qualquer pessoa nervosa. E porque falamos de freguesias e porque eu também já tinha feito uma experiência nos anos 80/81, 82/83 salvo erro, fiz a minha experiência como presidente da Assembleia da Freguesia da Barreira, portanto, era um jovem com ambições de querer mudar a terra, mas eu recorda-me que estes problemas já existiam na altura, só que eram resolvidos de outra forma, é que nessa altura, em que a democracia até dava os primeiros passos, as Juntas de Freguesia não tinham uma sede, uma sede digna para poderem trabalhar, não havia sequer equipamentos para se poder exercer as suas funções dignamente e muitas delas não tinham sequer funcionários administrativos, portanto, isto era um pouco à vontade daquilo que se conseguia fazer com os apoios que vinham da Câmara, seguramente que há aqui pessoas mais velhas do que eu, mais ou menos da minha idade, que com certeza passaram por isso e com certeza que se recordam daquilo que a população dizia que era nós íamos ao beija-mão do Presidente da Câmara ou então íamos mendigar uma obrázita para as nossas freguesias. Felizmente tudo isso tem mudado e desse passado já longínquo, digo eu, nos últimos anos, eu diria que na última década, talvez nas últimas duas décadas, as coisas têm mudado significativamente, portanto, deixámos de ser tanto os intermediários daquilo que era a vontade da população e que nós faríamos transmitir,



Município de Leiria
Assembleia Municipal

ainda hoje se faz um bocadinho, mas que faremos transmitir ao Presidente da Câmara e depois consoante, e na altura isso era mais marcante, a sua cor política, os apoios iam ou não iam para a freguesia também com essa particularidade de poderem ser ou não coloridos. Tivemos hoje aqui o testemunho de uma antiga Presidente de Junta, a Laura Esperança, que quando se envolveu nesta aventura nem sabia o que era um atestado de residência. Portanto, muitos de nós meteram-se nestas aventuras precisamente para dar o seu contributo para a melhoria das suas terras, mas sem saberem bem aquilo que vão e de facto, e é isso que eu quero salientar, nestes últimos tempos é frequente os Presidentes de Câmara e os vereadores irem às Freguesias acompanharem aquilo que nós pedimos e por isso estas transferências que nós vamos pedindo e que são feitas com estas exigências todas, os vereadores e o Presidente conhecem-nas, assim como conhecem, felizmente, qualquer um dos Presidentes de Junta porque nós, e faço aqui um parêntesis, que até me parece às vezes demasiado termos reuniões mensais todos juntos. Ainda aqui há dias conversávamos isso, isto é salutar porque há transparência naquilo que é falado, portanto, isto que é feito é feito equitativamente, eu já risquei e baralhei os apontamentos que fiz, mas também não faz mal, mas, de facto, temos verificado uma alteração constante da legislação com novas formas também de abordagem. Esta aproximação ao território é muito conhecida do Presidente da Câmara e dos vereadores, portanto, eles conhecem o território, digo eu, se calhar quase tão bem como os Presidente de Junta e os eleitos das Juntas porque, de facto, nós somos persistentes naquilo que queremos e geralmente aquilo que queremos é traduzido numa destas formas de apoio. Claro que a juntar a isto, na última década veio a questão da agregação das freguesias que gerou ainda mais responsabilidades acrescidas, nomeadamente aquelas que foram unidas, nomeadamente pelo aumento muito grande dos seus territórios e da sua população. Claro que o aumento destas atribuições às freguesias e consequentemente dos seus órgãos exige às mesmas uma estrutura de trabalho, de recursos humanos e de organização interna capaz de responder cabalmente aos interesses, por lado da população de uma forma rápida e mediática e de proximidade para atacar, resolver desde logo os problemas que são mais prementes e que atingem as populações e os territórios. Na minha modesta opinião, e com o apoio da Câmara, as juntas têm tido uma evolução de excelência na sua missão de procurar o desenvolvimento de cada uma das suas áreas geográficas bem como na promoção do bem-estar dos fregueses e nisso somos ajudados pelas pessoas que estão ao serviço das juntas e elas próprias, face a estes desafios, têm melhorado os seus conhecimentos, as suas capacitações e as suas qualificações. Direi que as juntas estão mais bem preparadas para a sua missão da salvaguarda do interesse público e dos interesses próprios das populações. Quanto à auditoria, e posso informar todos não só o Pereira de Melo, mas nós próprios aprovámos o

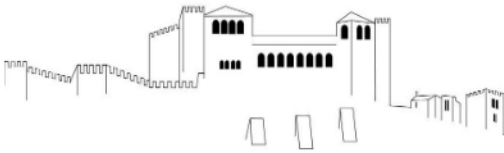


regulamento numa sessão em 2020, salvo erro de fevereiro pela informação que me deram. A auditoria para muitos, e se calhar para alguns de nós, é sinónimo de problemas e preocupações e, se calhar, de vigarices. Para mim é um meio de oportunidade, oportunidade de melhoria, oportunidade para fazer crescer, antecipar e resolver os problemas e, neste caso, a auditoria que foi feita pela Inspeção-geral de Finanças entregou e encontrou, naturalmente, como o Paulo Pedro falou, também noutros Municípios algumas fragilidades, mas é de salientar que essas fragilidades, aquelas que foram tratadas, não são passíveis de gerar qualquer constrangimento ou de responsabilidade nem para a Câmara, nem para as Freguesias, portanto, se houvesse aqui alguma pequena ilegalidade com certeza que já estávamos todos aí num tribunal para responder e destaco aquilo que o senhor Presidente já referiu, que se adotaram metodologias que foram implementadas e que permitiram num espaço curto muito rápido e que foi acolhido também pelas freguesias, mas que nos trouxeram, como também já foi aqui dito, um trabalho imenso administrativo. Hoje precisamos ter pessoas muito qualificadas nos nossos serviços para poder fazer face a esta resposta. Realço isso, e os meus colegas concordarão comigo, que no apoio às freguesias sempre esteve presente a aplicação de critérios de equidade e transparência na sua distribuição e todos estes assuntos são debatidos, como disse, nessas reuniões. Para terminar enfatizo a postura de apoio e entreaajuda que a Câmara nos proporciona, assim como a entreaajuda que há entre as próprias freguesias. É fácil entre nós, Presidente de Junta, trocarmos opiniões sobre os melhores procedimentos a adotar e não podia deixar aqui, porque também já aqui foi referido, que neste aspeto tivemos uma ajuda extraordinária dos colaboradores do Município que acompanharam e que acabaram por dar resposta às solicitações que a auditoria solicitou e, portanto, muito pacientemente nos têm ajudado, porque também para muitos de nós isto é novidade e, portanto, queria deixar aqui a minha gratidão e o meu louvor, e penso que os colegas pensarão o mesmo, porque muito nos têm ajudado na implementação destas medidas e por isso, para eles, o meu bem haja e senhor Presidente, continua com essa postura de nos ajudar porque realmente aquilo que fazemos está à vista. Podem fazer as fiscalizações que entenderem, as auditorias que entenderem que o trabalho está feito e é para responder às necessidades das nossas populações. Disse."

Intervenção do senhor Presidente da UF de Colmeias e Memória – Artur Santos

Transcrição:

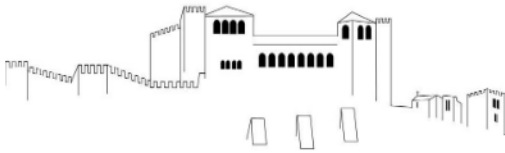
"Boa noite a todos e se me permitem cumprimento-os na pessoa do senhor Presidente. Eu há determinadas coisas que isto mexe comigo, especialmente aquilo que tem a ver com injustiças e tenho muita dificuldade, de facto, em lidar com essas injustiças, sejam elas provenientes de onde quer que venham. Quando ouço determinadas conversas obviamente



Município de Leiria
Assembleia Municipal

que estou ali e não estou bem comigo e não podia deixar de vir inclusivamente a este local. Recordo-me perfeitamente quando cheguei aqui há 12 anos e o estado em que encontrei este Município, só uma grande parte que infelizmente, porque eu estou aqui como independente, faço questão de dizer e sempre disse, sou independente eleito pelo Partido Socialista. Portanto, há 12 anos só tenho pena que os senhores deputados do PSD e outros, Partido Comunistas, etc., que eu tenho ouvido aqui, tenham a memória curta e que se esqueçam daquilo que encontrámos há 12 anos atrás onde as Juntas de Freguesias recebiam o dinheiro, mas não faziam o trabalho. Cheguei à minha freguesia em 2009 e uma obra tinha sido acabada de concluir há sensivelmente ano e meio, que era um pavilhão gimnodesportivo e tinha silvas com quase 3 metros de altura. As estradas, hoje fazemos questão que não haja uma casa, uma casa que não tenha estrada alcatroada ou tenha inclusivamente estrada sem ser alcatroada sem que, pelo menos uma vez por ano, as silvas e os matos sejam cortados. Não há dúvida que muito se deveria fazer se calhar ou muito devia ter sido feito e foi feito e a verdade é que aquilo que acontece neste momento, e eu tenho dito isto várias vezes, eu faço a gestão de uma junta de freguesia com se fosse uma empresa e a verdade é que, e se tiver dúvidas senhor deputado está à vontade de entrar dentro da Junta de Freguesia de Colmeias esteja completamente à vontade para mostrar e a transparência dessa mesma junta, não tenho problemas nenhuns em mostrar, e a verdade é que os documentos que nos são exigidos hoje de uma Câmara Municipal, obviamente que alguém está a exigir, é quase inclusivamente como se nós fossemos quase uns criminosos. A documentação, eu tenho mais burocracia praticamente a apresentar documentos do que praticamente executar trabalho. Para podermos apresentar neste momento, se calhar há 12 anos não era necessário ou há 10 anos ou há 8 anos, neste momento é uma realidade e a verdade, eu tenho que dizer também o seguinte, há 12 anos tive oportunidade inclusivamente de dizer nesta casa, e disse-o pela 2ª vez, no Teatro José Lúcio da Silva, em que os senhores deputados municipais se esqueciam das Juntas de Freguesias, só se lembravam da cidade. Eu nunca, até vários anos depois, aliás, nunca ouvi nenhum deputado municipal a falar de uma junta de freguesia, é realidade, inclusivamente houve um deputado na altura, do PSD, que veio ter comigo e que disse que deixei muito mal visto diante dos deputados municipais. Eu só questioneei se porventura tinha mentido. A verdade é que hoje temos escolas onde as juntas de freguesia em colaboração com a Câmara, não tenho dúvida porque as Juntas de freguesia não fazem milagres se a Câmara inclusivamente não nos ajudar. Nada tem a ver com aquilo que eram as escolas de há 12 anos, nem vias municipais, nem caminhos, inclusivamente vicinais. Era só um desabafo e aquilo que eu estava a sentir quando estava ali, a injustiça que estávamos a ter. Obrigado.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Sobre a questão do regulamento e daquilo que o senhor vereador disse do Regulamento de Apoio às Freguesias disse perceber e concordar, pois é um pouco como o senhor Presidente da UF de Memória e Colmeias. Na sua opinião, as injustiças têm de ser denunciadas e o senhor deputado António Pereira de Melo, que disse não conhecer o regulamento e que o mesmo nunca foi presente à Assembleia, votou nele no dia 7 e 10 de fevereiro. Referiu ainda que não só votou nele como até usou da palavra tendo passado a citar: "...apesar de irem votar a favor do Ponto Um e Dois existe uma questão no Ponto Um em que é dito que..."

Realçou que o senhor deputado esqueceu-se de falar naquilo que seria o mais importante, não tendo sequer apresentado contributos positivos, de tal forma que até se esqueceu que o regulamento já sido apresentado à Assembleia e que até tinha usado da palavra no referido ponto. Continuou dirigindo-se ao senhor deputado, dizendo que mesmo assim veio usar da palavra acusando a Câmara e a ele próprio de que não tinham trazido este regulamento à Assembleia. Questionou sobre o que se faria agora, que o "bota-abaixo" é fácil e que o problema é quando se é apanhado a mentir como foi o caso. Questionou o senhor deputado se não se lembrava do que tinha feito tendo o mesmo dito que não. Concluiu a sua intervenção dizendo que da sua parte está desculpado.

A Assembleia Municipal de Leiria **tomou conhecimento.**

Ponto 5 – Organização Interna

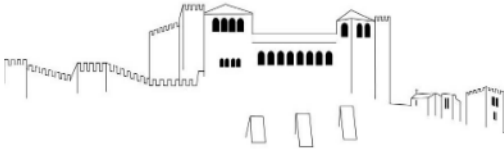
Ponto 5.1 – Declaração de extinção e abertura de procedimentos concursais. Proposta de designação, pela Assembleia Municipal de Leiria, de júris de recrutamento - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 5.1** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 2 abstenções** (1-CHEGA e 1-IL) a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Declaração de extinção e abertura de procedimentos concursais. Proposta de designação, pela Assembleia Municipal de Leiria, de júris de recrutamento.**

Ponto 5.2 -1ª alteração à proposta de criação dos serviços do Município de Leiria. 1ª alteração à proposta de mapa de pessoal para 2022. Competências da Assembleia Municipal - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Esclareceu consistir numa alteração ao mapa com a introdução de dois elementos da área da coordenação técnica, um encarregado operacional para poder ser, entretanto, nomeado para estas funções e depois o respetivo concurso, um na área educativa e outro na área da manutenção e conservação viária.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 5.2** votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 2 abstenções** (1-CHEGA e 1-IL) a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **1ª alteração à proposta de criação dos serviços do Município de Leiria. 1ª alteração à proposta de mapa de pessoal para 2022. Competências da Assembleia Municipal.**

Ponto 6 – Regulamentos:

Ponto 6.1 - Projeto de Alteração ao Regulamento do Fundo Municipal de Emergência Municipal – Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

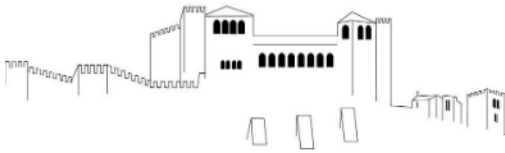
Referiu serem alterações ao regulamento que está atualmente em vigor, que permite que a abrangência das candidaturas a este fundo possam incluir pessoas que tenham um período de residência inferior aquele que estava estipulado no regulamento existindo assim abertura para que neste momento especial que estamos a viver, que outras pessoas que estejam há menos tempo a residir em Leiria possam recorrer a este fundo.

Intervenção da senhora deputada **Eugénia Costa – PSD**

Transcrição:

"Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, permita-me em seu nome cumprimentar todos os elementos participantes nesta assembleia, presentes ou mediados pela comunicação à distância.

Reza a História que o povo português é um grupo étnico da Península Ibérica, isto é, muitos outros povos oriundos de diferentes geografias se concentraram neste espaço à beira-mar plantado e promoveram a formação do povo português, pelo que se pode afirmar que somos um povo resultante de miscigenação. Existimos há 900 anos como país independente, possuidores de uma história rica, capaz de influenciar a história mundial, chegando a ser a potência mundial dominante, mesmo em tempos em que o número dos seus habitantes não chegava aos 2 milhões. Fomos capazes de dar «novos mundos ao mundo», alavancámos inovações que mudaram para sempre o ambiente mundial, como foi o caso da globalização do comércio internacional. Fomos, na verdade, os autores e promovedores dessa 1ª globalização.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

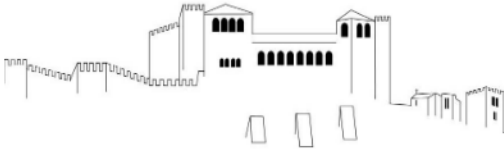
A grosso modo, Portugal é reconhecido como um país sereno, de gente resiliente, de nobres feitos e gestos, prestativa, solidária, franca, orgulhosa da sua cultura, possuidora de uma capacidade invulgar de encontrar soluções para problemas inesperados ou fora do comum, «desenrascando» a solução. Encontramo-nos nos primeiros lugares de rankings internacionais reconhecedores das nossas belezas naturais e dos nossos méritos. Por exemplo: a onda da Nazaré é a maior do mundo; Óbidos é das vilas mais lindas da Europa; temos pratos gastronómicos únicos; diz-se que somos o 6º país mais bonito do mundo; usufruímos de um dos melhores sistemas de saúde do mundo, visível, por exemplo na elevada esperança média de vida e a taxa de mortalidade infantil portuguesa é das mais baixas no mundo. O nosso sistema de ensino, apesar de necessitar de limar várias arestas, faz inveja a muitos outros países. Formamos os melhores cientistas, desportistas, produzimos dos melhores vinhos conhecidos, temos uma gastronomia ímpar, somos saudosistas e choramos a cantar o fado, utilizando a palavra saudade como mais ninguém a sabe usar...e poderia continuar com os exemplos que nos destacam enquanto povo, também conhecido como de brandos costumes e o primeiro a abolir a pena de morte.

Mas, o que nos falha então?

Provavelmente, estratégia, organização e planeamento realista, ou seja, a capacidade de conceber estratégias de médio e longo prazo, suficientemente claras e devidamente conhecidas para poderem ser adotadas e seguidas por todos os envolvidos; montando, de seguida sistemas adequados de alavancagem, em todos os níveis, promovendo o sucesso nos resultados.

Somos um país, e neste caso, um município sensível aos desaires dos nossos semelhantes e as reações desencadeadas pelas atrocidades sofridas pelo povo ucraniano, é um exemplo cabal. Mobilizaram-se forças para fazer chegar apoio de bens essenciais aos resistentes sofredores das barbaridades dos invasores; acolhem-se refugiados, fluxos populacionais deslocados por razões de ameaças de vida ou de liberdade infligidos pelo invasor. O município de Leiria, em analogia a outros exemplos, procura ir mais longe nas boas práticas de acolhimento, o que é louvável.

No entanto, ao projetar a Alteração ao Regulamento do Fundo Municipal de Emergência Social e Alteração ao Regulamento do Programa de Participação ao Arrendamento, deveria fazer a distinção clara, entre Refugiados de guerra e Outros munícipes do concelho de Leiria, de modo a evitar a situação de aproveitamento / oportunismo desta boa vontade do município, por parte de uma orla de habitantes estrangeiros (imigrantes) e locais, que se encontram neste município por escolha própria em busca de melhores condições de vida e não em emergência ou afugentados pela guerra, especialmente no



que diz respeito à suspensão de regime de permanência, e vê uma oportunidade de apoio facilitado tanto para o arrendamento como para apoio financeiro.

Do mesmo modo, convém explicitar se esta mudança implica quem já é beneficiário destas medidas e assim sendo está dispensado da audiência prévia ou se é a primeira vez que solicita apoio e também está dispensado de audiência prévia. Será que a suspensão do período de residência vai ajudar os munícipes na melhoria socio económica nesta conjuntura de inflação? Não será «passar uma carta em branco» a agentes menos idóneos?

A bancada do PSD recomenda vivamente a revisão destes Regulamentos através da criação de uma Adenda de modo a precaver situações de grande desigualdade e injustiça entre os munícipes, clarificando em que medida as propostas de alteração apresentadas serem ajustadas na melhoria socioeconómica dos residentes neste concelho e uma mais-valia para a sociedade no seu todo.

Por outro lado, estas medidas facilitadoras de integração devem ser revistas e atualizadas anualmente e não renovadas de forma automática.

Por conseguinte, a bancada do PSD opta pela abstenção nos pontos 6.1 e 6.2.”

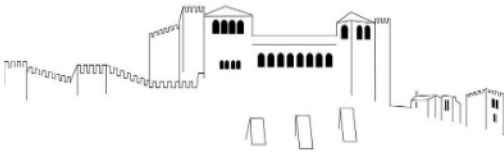
Intervenção da senhora deputada Marta Violante – PS

Transcrição:

“Propõe o executivo da Câmara Municipal de Leiria que se altere o regulamento do Fundo Municipal de Emergência, criado em 23 de julho de 2020. Este Fundo corresponde a um apoio financeiro de caráter urgente e inadiável a agregados e pessoas isoladas em situação económico-social de emergência. A alteração vai no sentido de que se anule excecional e temporariamente a obrigatoriedade de audição e período de residência no concelho de Leiria por 2 anos por parte dos interessados em aceder ao referido Fundo. Esta é uma proposta que torna mais ágil e célere o processo de candidatura e acesso ao Fundo Municipal de Emergência.

Considerando que:

- a subida sequencial de preços que a condição da Covid-19 impôs e que é agora agravada exponencialmente pela guerra que testemunhamos, atira mais pessoas e famílias para uma situação de fragilidade económica e social;*
- e que, por conta da invasão militar (agora todos parecemos já concordar que é de facto de uma invasão que se trata; com recurso à força e à ameaça – ou nunca o argumento de que a Ucrânia deveria ceder perante as armas e a intimação destas teria sido utilizado!), mas dizia que por conta desta invasão militar perpetrada pela Rússia sobre a Ucrânia – um Estado soberano da Europa!, há cada vez mais pessoas deslocadas e a precisar de apoio económico-social.*



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Dizemos que este é um tempo de exceção de contornos urgentes e inadiáveis.

Em Leiria já mais de 100 pessoas foram acolhidas em consequência desta guerra. E o Alto Comissariado para as Migrações continua a contactar a Câmara Municipal de Leiria sempre que encontra necessidade de encaminhar eficazmente refugiados da Ucrânia.

Na verdade, Leiria foi dos concelhos mais céleres a dar uma resposta coordenada, articulada e concertada a esta realidade. Desde março até agora foram já acolhidas, como disse, mais de 100 pessoas e num trabalho de cooperação com entidades públicas e de resposta social e empresas privadas, Leiria acolhe trabalhando devidamente os processos de inclusão das pessoas e famílias e atua em vários domínios: o alojamento e a alimentação, a inclusão das crianças e jovens em estabelecimentos de ensino e outras atividades, o emprego para os adultos, e o ensino da língua.

Algumas destas pessoas chegaram com a expectativa de que a guerra duraria pouco tempo e em breve poderiam retomar as suas vidas no seu País. Por isso, o investimento por parte destas pessoas para encontrar respostas nesta rede que foi constituída, ou mesmo para aprender a Língua Portuguesa, pode não ter sido imediato. Estamos agora num ponto crítico para a inclusão destas pessoas: a passagem de uma situação transitória para uma realidade mais prolongada ou definitiva, para aqueles que assim o escolherem. Quer por questões de dignidade daqueles que chegam, quer por motivos de equilíbrio social, urge acelerar novas soluções e urge dar resposta de alojamento definitivo e apoio económico-social para que as pessoas se tornem autónomas e possam construir e seguir as suas vidas.

Introduzir uma ressalva de distinção como a que propõe o PSD, consideramos que é uma medida segregacionista com o que não podemos concordar.

Portanto, votamos favoravelmente à proposta de alteração do regulamento do Fundo Municipal de Emergência, dentro dos moldes apresentados.

Disse.”

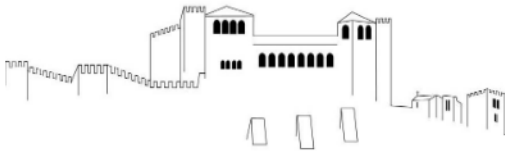
O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 6.1** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 13 abstenções** (9-PSD, 2-CHEGA, 1-CDS-PP, 1-PCP) o **Projeto de Alteração ao Regulamento do Fundo Municipal de Emergência Municipal**.

Ponto 6.2 - Projeto de Alteração ao Regulamento do Programa de Participação ao Arrendamento - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção da senhora deputada **Maria Alexandra Seródio – PS**

Transcrição:



Município de Leiria
Assembleia Municipal

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa cumprimento os senhores secretários;

Senhor Presidente da Câmara e restante vereação aqui presente,

Caros colegas Deputados da Assembleia Municipal de Leiria,

Uma saudação especial para o público aqui presente e para quem nos acompanha através das redes sociais,

Senhores jornalistas

O acesso à habitação é um direito consagrado na Constituição da República Portuguesa (artigo 65), cabendo ao Estado Programar e Executar uma Política de Habitação (alínea a) e incentivar e apoiar iniciativas das comunidades locais (alínea b).

Refere também a Constituição que "O Estado e as autarquias locais exercerão efetivo controlo do parque imobiliário" (nº4 do artigo 65).

Recordo que desde 1918 - ou seja há mais 100 anos -, que Portugal iniciou as Políticas Públicas de habitação.

Leiria é por tradição uma cidade de acolhimento!

E no que toca à habitação, o Município tem desenvolvido muitas iniciativas de apoio às famílias. O Programa de Participação ao Arrendamento - cuja alteração ao regulamento votamos hoje -, apoia atualmente 270 agregados familiares, representando um investimento superior aos 250 mil euros.

São famílias que por causa da pandemia que vivemos durante dois anos e, outros, pelo desemprego de algum elemento, ou até por terem pensões mais baixas, perderam a capacidade de assumir encargos com a renda da casa.

E quando pensámos que as nossas vidas iriam voltar à normalidade - porque acreditámos que ia ficar tudo bem e que iríamos sair melhores pessoas da pandemia - a Guerra entrou nas nossas casas.

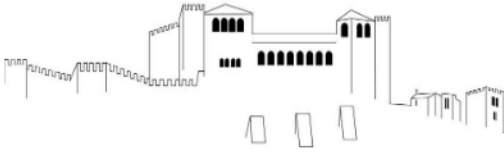
Senhores deputados,

Há dois meses que vivemos novas realidades, novas preocupações e muitas incertezas.

Leiria - a quinta cidade portuguesa com melhor qualidade de vida - tem agora mais famílias que aqui procuraram recomeçar as suas vidas.

Tudo faremos para assegurar o acolhimento e a integração de todos os cidadãos que escolhem o nosso Concelho para viver e para trabalhar, sem esquecer todos aqueles que, nestes tempos desafiantes que a Europa atravessa, encontram um clima de medo no seu país e chegam a Leiria à procura de uma vida melhor.

Porque somos um Município que sabe acolher e queremos continuar a ajudar os que já ajudamos e os que estão a chegar agora, torna-se imperativo votar favoravelmente este ponto.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Esta alteração que a Câmara propõe permite de forma excecional e temporária, a suspensão da aplicação de parte do artigo 1.º do Regulamento do Programa de Participação ao Arrendamento do Município de Leiria, no que diz respeito ao período de residência permanente dos seus beneficiários na área do concelho.

Em termos práticos, permitirá que as famílias que agora chegam possam também elas usufruir deste apoio ao arrendamento, desde que cumpram os demais requisitos previstos no regulamento.

E porque falamos de habitação, quero lembrar que esta Câmara assinou em 2021 um acordo de colaboração com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, permitindo o acesso à habitação a 129 agregados familiares, correspondendo a 311 pessoas que vivem em condições habitacionais indignas no concelho.

Um programa de mais de 8 Milhões de Euros a ser executado em 6 anos, que irá ser desenvolvido em todas as freguesias, e que, com certeza será objeto de melhoria permanente conforme isso se vier a justificar.

A preocupação social com as famílias deste concelho é notória.

Se bem se recordam, há um ano, a Câmara aprovou por UNANIMIDADE, a sua Estratégia Local de Habitação que permite sinalizar as situações de carência habitacional existentes no concelho e definir soluções habitacionais.

Outro exemplo da preocupação que esta Câmara tem com a habitação é o projeto Housing First, desenvolvido em parceria com a InPulsar, que permitirá tirar da rua todos os sem abrigo.

Provando a nossa capacidade de acolhimento, lembro que o Município de Leiria arrendou uma habitação para uma família afegã de seis elementos, respondendo assim ao desafio lançado pelo Alto Comissariado das Migrações.

O mesmo Alto Comissariado que nos continua a pedir apoio no acolhimento às famílias ucranianas que fogem da Guerra.

O problema da habitação está no centro das nossas prioridades, o que resulta da preocupação que temos para que haja resposta para as necessidades sentidas pela comunidade, garantindo o acesso à habitação.

É nosso desígnio melhorar as condições habitacionais e garantir um concelho cada vez mais inclusivo e próximo.

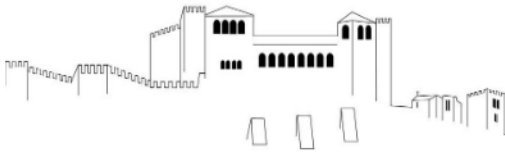
Por todas estas razões, o PS vota a favor neste ponto.

Disse!”

DECLARAÇÃO DE VOTO

Intervenção do senhor deputado **Hugo Morgado**

Transcrição:



Município de Leiria
Assembleia Municipal

"Boa noite.

Esta intervenção serve como declaração de voto do ponto transato e também para o presente ponto. Abstivemo-nos no ponto anterior e vamos abster neste, não por sermos contra que o Município acolha os refugiados da guerra, antes pelo contrário, como já dissemos noutras ocasiões, mas pelo simples facto de que lendo a proposta de alteração a causa justificativa da mesma parece prender-se realmente com os refugiados da invasão russa resultante da guerra da invasão russa. Isso também transpareceu, nomeadamente os depoimentos dos senhores deputados do PS que aqui vieram depor. Portanto, parece haver uma incoerência entre a causa justificativa e entre depois a própria alteração que não reflete esta razão de ser. Só por isso é que nos abstivemos. Muito obrigado."

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 6.2** à votação.

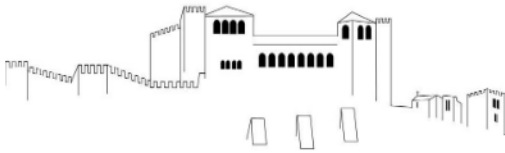
A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 13 abstenções** (9-PSD, 2-CHEGA, 1-CDS-PP, 1-PCP) a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Projeto de Alteração ao Regulamento do Programa de Participação ao Arrendamento**.

De seguida foram colocados a votação os pontos 2 a 6.2 da Ordem de Trabalhos, tendo a Assembleia Municipal de Leiria **deliberado por maioria, com 1 abstenção (PCP)** a sua aprovação em minuta, de acordo com o ponto 3 do Artº 57º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente da Assembleia, encerrada a sessão, eram **03h30** horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva sessão, nos termos do disposto no artigo 60.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Catarina Isabel dos Santos Clemente, que a elaborei nos termos legais.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

APROVAÇÃO DA ATA

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Leiria, em sua sessão ordinária realizada no dia 23 de setembro de 2022, deliberou **por unanimidade, aprovar a ata.**

O Presidente da Assembleia Municipal de Leiria
António Lacerda Sales

A Técnica Superior
Catarina Isabel dos Santos Clemente
